



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

**A HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA: PROMOVEDO A
VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO
COMBATE À EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

MACEIÓ

2022

MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

A HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA: PROMOVENDO A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE À EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas-IFAL, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Orientador: Professor Dr. André Suêlto Tavares de Lima.

MACEIÓ

2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

F451h

Fidelis, Mariluze da Silva Vieira.

História do curso técnico de eletrônica: promovendo a valorização e sensibilização da comunidade discente no combate à evasão na educação profissional / Mariluze da Silva Vieira Fidelis. – 2022.

237f. : il.

Orientador: Prof. Dr. André Suêlto Tavares Lima.

Dissertação de Mestrado - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2022.

1. Ensino. 2. Educação Profissional. 3. Evasão Escolar. 4. Produto Educacional I.
Título.

CDD: 370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)**


MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

**A HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA: PROMOVEDO A
VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO
COMBATE À EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Avançado Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Linha de Pesquisa do PROFEPT: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Macroprojeto de Pesquisa: História e Memórias no Contexto da EPT.

Aprovado em 12 de maio de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANDRÉ SUELDO TAVARES DE LIMA
Data: 19/05/2022 08:59:36-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima - (presidente e orientador) - IFAL

Documento assinado digitalmente
 FÁBIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO
Data: 24/05/2022 06:56:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho - IFAL

Documento assinado digitalmente
 MARIA DE FÁTIMA MATOS DE SOUZA
Data: 23/05/2022 22:56:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza - UFPA



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

VALORIZANDO IDENTIDADES E SABERES ATRAVÉS DA IMAGEM

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 12 de maio de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA
Data: 13/05/2022 08:57:17-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. André Suêlido Tavares de Lima - (presidente e orientador) - IFAL

Documento assinado digitalmente
gov.br FÁBIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO
Data: 24/05/2022 06:51:01-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho - IFAL

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DE FATIMA MATOS DE SOUZA
Data: 23/05/2022 22:58:36-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza - UFPA

Dedico este Trabalho a Deus, manancial de força e sabedoria.

A toda minha família. Ao meu esposo, João Fidelis da Silva Filho. Aos meus filhos, Jônatas Vieira Fidelis da Silva e Débora Vieira Fidelis da Silva. Aos meus pais, Sebastião José Vieira (in memoriam) e Maria Luiza da Silva Vieira. Aos meus irmãos, Maryluze da Silva Vieira e Eliézer da Silva Vieira. São essas as pessoas mais importantes da minha vida.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho foi tecida com a colaboração de muitas pessoas. A essas, meus sinceros agradecimentos.

A Deus, fonte da vida, da força e da sabedoria. Sua presença foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima, por sua paciência e compreensão, bem como por suas orientações e celeridade no atendimento durante todo o percurso de construção desta pesquisa.

Ao meu esposo, João Fidelis da Silva Filho, por todo o apoio e suporte na realização de todo o trabalho de informática, inclusive o design das fotos da exposição fotográfica e a diagramação do meu Produto Educacional, e principalmente, por sua presença em todos os momentos de angústias e aflições que passamos juntos, durante toda esta trajetória. Aos meus filhos, Jônatas e Débora, inspiração, equilíbrio e porto seguro nos percalços enfrentados neste período de mestrado.

À minha família, em especial aos meus pais, Maria Luiza e Sebastião José (in memoriam), que fizeram muitos sacrifícios para que eu pudesse concluir os meus estudos, sempre com muito amor e carinho. Ao meu querido e inesquecível pai, falecido em maio de 2021, um grande exemplo de vida, uma verdadeira inspiração. À minha querida irmã, Maryluze Vieira, por suas suaves e sábias palavras, fortalecendo-me, em muitos momentos, com seus preciosos conselhos. Ao meu irmão, Eliézer Vieira, por sua compreensão em ocasiões de muita tensão emocional.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, pelo empenho na ministração das aulas, especialmente ao Prof. Eduardo, pelo seu apoio na divulgação do Produto Educacional.

À Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza da UFPA e ao Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho do ProfEPT/Ifal, por suas importantes orientações durante o exame de qualificação.

A todos os colegas da turma do 2º semestre/2019, pelas trocas de experiências, e por dividirmos incentivos e angústias, em especial ao meu amigo Daniel, por ter me auxiliado na submissão do meu projeto ao Comitê de Ética e outras ações.

À Direção Geral do Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, que permitiu a realização da pesquisa e da divulgação do meu Produto Educacional.

Aos estudantes do Curso Técnico Integrado de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas. Eles são o foco da construção deste trabalho, e, apesar do contexto adverso, ainda acreditam na educação.

Aos professores que ministram aula no Curso de Eletrônica, principalmente ao professor Gregor Gama (ex-coordenador do Curso de Eletrônica), por ter me auxiliado em muitas ações na construção deste trabalho. Aos professores Adriana Almeida Franco, Carlos Vangasse, Valmir José Moreti e Sérgio de Almeida Franco (aposentado), por terem fornecido as fotos dos seus acervos pessoais para a construção da Exposição Fotográfica.

À coordenadora de Registro Acadêmico, Luiza Augusta Teixeira, por ter disponibilizado as informações referentes a cancelamentos, repetência e desistência dos estudantes do Ifal – Campus Maceió.

À professora e coordenadora do curso superior de Design, Valéria Rodrigues Teles, por sua prestatividade em ajudar na mediação da construção do projeto de instalação da exposição fotográfica, bem como ao Prof. Cleber Nauber e ao estagiário Carlos Eduardo, pela ajuda na elaboração do projeto de montagem da exposição e no seu monitoramento.

Ao professor Elton Barros do Nascimento, por ter fornecido valiosas informações sobre a implantação do Curso Técnico de Eletrônica, através do depoimento do seu pai, um dos fundadores do curso.

Ao Departamento e à Coordenação de Comunicação e Eventos, pela divulgação do Produto Educacional materializado na Exposição Fotográfica.

Se os poderosos senhores
Impõem-nos à força bruta
Silêncio pras nossas dores
E dor pra nossa labuta
Não calam os educadores
Só educa quem reluta.

Quanto mais a gente luta
Mais a luta nos educa!

Aprendi em movimento
Que quem para se amputa
E é vão o conhecimento
Que não espelha a conduta
Educa-se o pensamento
Sendo parte na disputa.

Quanto mais a gente luta
Mais a luta nos educa.

Se a luta é educadora
Então que ela repercuta
Contra a mão opressora
Que a classe trabalhadora
Una-se toda em luta.

Quanto mais a gente luta
Mais a luta nos educa. ¹

1 – Poema, “Luta Educadora”, de Jonathan de Oliveira Mendonça, Professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Rio das Ostras (RJ).

RESUMO

O trabalho pretende compreender a evasão escolar no âmbito do Curso Técnico Integrado de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), no Campus Maceió, com o intuito de atenuar o problema no contexto do curso, construindo propostas que auxiliem na permanência do estudante na integração dos estudos. A investigação empenha-se sobre a complexidade do tema, que envolve fatores pessoais, familiares, institucionais e políticos. A metodologia do estudo é de abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados em 2020 e 2021, pela aplicação de questionários *online*, viabilizados pelo *Google Forms*. Posteriormente, a fim de dar continuidade à sistematização do Produto Educacional (PE), realizamos outra coleta de dados, utilizando a técnica da roda de conversa por meio das salas virtuais do *Google Meet*. Enviamos também outro questionário pelo *Google Forms*, para 344 discentes do curso de eletrônica. Como produto educacional, sistematizamos uma exposição fotográfica para dar visibilidade e valorizar as identidades estudantis e seus saberes produzidos no âmbito do Curso Técnico Integrado de Eletrônica. Essa proposta está classificada na tipologia atividade de extensão, conforme documento da área de ensino da Capes para os mestrados profissionais. Essa problemática está associada à diversidade de profissionais e de estudantes que constituem os Institutos Federais, como é verificado em outras realidades, pelos estudiosos do assunto. Enfim, a problemática torna-se característica do dinamismo da inclusão. Conforme levantamento da avaliação do Produto Educacional, realizado durante o período da exposição fotográfica, a comunidade do Ifal, principalmente os discentes, expressou uma relevante aprovação, especialmente no tocante às informações da história do Instituto. Outro dado importante, que reflete a aceitação da exposição, refere-se ao quantitativo de visitantes, que chegou a 156 pessoas.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Educação Profissional Integrada de Nível Médio; Produto Educacional.

ABSTRACT

The present work aimed to understand school dropout in the scope of the Integrated Technical Course of Electronics of the Federal Institute of Alagoas, at Campus Maceió, in order to alleviate the problem in the context of the course, building proposals that help the student's permanence in the integration of studies. The investigation focuses on the complexity of the subject, which involves personal, family, institutional and political factors. The study methodology has a qualitative and quantitative approach. Data were collected in 2020 and 2021, through the application of online questionnaires, made possible by Google Forms. Subsequently, in order to continue the systematization of the Educational Product (EP), we carried out another data collection, using the technique of the conversation circle through the virtual rooms of Google Meet. We also sent another questionnaire through Google Forms to 344 students of the electronics course. As an educational product, we systematized a photographic exhibition to give visibility and value to student identities and their knowledge produced within the scope of the Integrated Technical Electronics Course, this proposal is classified in the extension activity typology, according to a document from the Capes teaching area for masters professionals. It is understood that this problem is associated with the diversity of professionals and students that make up the Federal Institutes, as verified in other realities, by scholars on the subject. Finally, this problem becomes characteristic of the dynamism of inclusion. According to a survey of the evaluation of the Educational Product, carried out during the period of the photographic exhibition, the IFAL community, especially the students, expressed significant approval, especially regarding the information on the history of the Institute. Another important data, which reflects the acceptance of the exhibition, refers to the number of visitors, which was visited by 156 people.

Keywords: School Dropout; Integrated High School Education; Educational Product.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Dados da evasão na rede federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019	43
Quadro 2 – Percentuais de evasão dos cursos em Nível Médio Integrado, ofertados no Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, nos anos de 2017, 2018 e 2019	43
Quadro 3 - Dados de matriculados e repetentes dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, durante os anos de 2015 a 2019	45
Quadro 4 – Dados de matriculados e desistentes dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, no ano de 2019	45
Quadro 5 – Dados de matriculados e repetentes dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, no ano de 2019	46
Quadro 6 – Dados de matriculados e desistentes dos Cursos Integrados ao Ensino Médio, ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, no ano de 2019	46
Quadro 7 – Relação de disciplinas da Formação Geral e Técnica.....	84
Quadro 8 – Ações para permanência do estudante.....	95
Quadro 9 – Ações para atrair alunos para o Ifal.....	110
Quadro 10 – Motivos de desistir dos estudos para trabalhar.....	113
Quadro 11 – Objetivos e ações para sistematização da Exposição Fotográfica.....	143
Quadro 12 – Plano de ação sobre a seleção do Produto Educacional e a organização da Exposição Fotográfica.....	152
Quadro 13 – Cronograma da montagem da Exposição Fotográfica.....	153
Quadro 14 – Avaliação dos visitantes sobre a Exposição Fotográfica.....	162

Lista de Figuras

Figura 1 – Sexo dos professores entrevistados.....	88
Figura 2 – Nível de escolaridade dos professores.....	90
Figura 3 – Percepção dos professores para diminuir a evasão.....	91
Figura 4 – Responsáveis pela evasão no Curso Técnico do Ifal – Campus Maceió.....	92
Figura 5 – Ações para permanência do aluno.....	96
Figura 6 – Motivos da evasão.....	99
Figura 7 – Proposta do Produto Educacional – Exposição Fotográfica	104
Figura 8 – Sexo dos alunos entrevistados.....	105
Figura 9 – Situação do aluno em relação ao trabalho.....	106
Figura 10 – Renda familiar	107
Figura 11 – Alunos repetentes.....	107
Figura 12 – Motivos da repetência	108
Figura 13 – Reação dos pais à repetência.....	109
Figura 14 – Recepção dos funcionários.....	112
Figura 15 – Desistir dos estudos para trabalhar	114
Figura 16 – Opinião sobre as aulas	115
Figura 17 – Importância dos estudos	117
Figura 18 – Layout 1 para a Mostra Fotográfica	157
Figura 19 – Layout 2 para a Mostra Fotográfica	158
Figura 20 – Layout 3 para a Mostra fotográfica.....	159

Lista de Imagens

Imagem 1 – Local da Exposição Fotográfica.....	146
Imagem 2 – Convite da exposição.....	147
Imagem 3 – Livro de visitantes.....	149
Imagem 4 – Mural do Campus Maceió.....	150
Imagem 5 – Professor Eduardo, do corpo docente do ProfEPT.....	151
Imagem 6 – Visita do meu orientador à Exposição Fotográfica.....	151
Imagem 7 – Carlos Eduardo, estagiário do curso superior de Design (operacionalização e monitoramento da Exposição Fotográfica)	152
Imagem 8 – Meu orientador em visita ao curso de Eletrônica e realização de orientação	152
Imagem 9 – Fotos das mudanças históricas do Ifal – Campus Maceió	160
Imagem 10 – Fotos do primeiro corpo docente, primeira turma e primeiro curso da Escola de Aprendizes e Artífices	161
Imagem 11 – Fotos antigas e atuais do Curso de Eletrônica	161
Imagem 12 – Fotos recentes do Curso de Eletrônica.....	161
Imagem 13 – Fotos recentes do Curso de Eletrônica	162

Lista de Siglas e Abreviações

- ABD – Associação Brasileira de Design de Interiores**
- CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**
- CRA – Coordenação de Registro Acadêmico**
- CREE – Coordenação de Relações Empresariais e Egressos**
- DEPPI – Direção de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**
- CORE – Coordenação de Suporte ao Usuário**
- DE – Diretoria de Ensino**
- DECNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio**
- DTI - Diretoria da Tecnologia da Informação**
- EM – Ensino Médio**
- EMI – Ensino Médio Integrado**
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio**
- EP – Educação Profissional**
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica**
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**
- IFAL – Instituto Federal de Alagoas**
- IFB – Instituto Federal de Brasília**
- IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte**
- IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro**
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira**
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases**
- MEC – Ministério da Educação**
- OCDE- Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional**

PE – Produto Educacional

PEIPE – Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Plano Pedagógico do Curso

PPG – Programa de Pós-Graduação

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT – Programa de Mestrado Profissional Em Educação Profissional e Tecnológica

SANE – Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SGA – São Gonçalo do Amarante

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
2 JUSTIFICATIVA	29
2.1 Relevância do estudo sobre os motivos da evasão escolar	29
2.2 Breves considerações sobre o ensino médio propedêutico e o ensino médio integrado.	30
2.3 As bases conceituais da educação profissional	35
2.4 O conceito de evasão	41
2.5 Evasão na Educação Profissional e Tecnológica.....	43
2.6 Relação da evasão com o Produto Educacional	46
3 PROBLEMATIZAÇÃO.....	48
3.1 Percentuais de evasão da rede federal e Institutos Federais e Cursos Integrados no Ifal – Campus Maceió nos anos de 2017, 2018 e 2019	49
3.2 Dados da evasão nos Cursos Médios Integrados do Ifal – Campus Maceió segundo informação fornecida pela Coordenação de Registros Acadêmicos .	51
4 METODOLOGIA.....	56
4.1 Tipo de Pesquisa.....	56
4.2 Itinerário da coletade dados para compreender a evasão no Curso Técnico Integrado de Eletrônica no Ifal – Campus Maceió e a elaboração do Produto Educacional.....	57
4.3 Critérios adotados para pesquisar a evasão no Curso Técnico Integrado de Eletrônica no Ifal – Campus Maceió	62
4.4 Critérios adotados para seleção dos sujeitos da pesquisa	63
4.5 Local e população da pesquisa	63

4.6 Instrumentos de Coleta	64
5 BREVE REFLEXÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E EM ALAGOAS	66
5.1 A Educação Básica no contexto de construção específica do capitalismo no Brasil	66
5.2 Antecedentes históricos da educação escolarizada e a dinâmica específica do processo de ensino no Brasil	67
5.3 A dualidade estrutural entre o Ensino Médio e a Educação Profissional	71
5.4 Acumulação flexível das décadas de 80 e 90 e redimensionamento do Ensino Médio e Profissionalizante	75
5.5 O Decreto nº 2.208/97 ratifica a histórica dicotomia entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.....	77
5.6 A aprovação do Decreto nº 5.154/04 retoma a discussão da universalização da Educação Básica sólida e unitária.....	79
5.7 Um breve histórico sobre a Educação Profissional em Alagoas	81
5.8 Algumas informações do Curso de Eletrônica Ifal – Campus Maceió	91
6 ANÁLISE DOS DADOS/RESULTADOS E DISCUSSÕES	98
6.1 Resultado dos questionários dos professores	98
6.2 Resultado dos questionários dos gestores do ensino.....	110
6.3 Resultado dos questionários dos estudantes matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica	115
6.4 Resultado das rodas de conversa com discentes matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica	131
6.5 Resultados dos questionários dos egressos evadidos	133
7 PRODUTO EDUCACIONAL – EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA	139

7.1 Articulação entre a problemática da evasão e a proposta do Produto Educacional.....	141
7.2 Proposições sobre a fotografia.....	142
7.2.1 Advento da fotografia	142
7.2.2 Algumas considerações sobre a imagem	144
7.2.3 A fotografia e o estudo de história	147
7.2.4 A Importância da utilização da fotografia nas práticas pedagógicas.....	148
7.2.5 A fotografia e a memória	151
7.3 Sistematização para montagem de uma exposição fotográfica	155
7.4 Projeto da exposição	159
7.4.1 Tema e subtemas da exposição.....	159
7.4.2 O Local Escolhido.....	159
7.4.3 O Período da exposição	160
7.4.4 Modelo do Convite	161
7.4.5 Texto de abertura	161
7.4.6 Ficha técnica	162
7.4.7 Disposição das fotos	162
7.4.8 Formulário de Avaliação.....	163
7.4.9 O Livro de visitantes	163
7.4.10 Divulgação	164
7.5 Plano de ação sobre a seleção do Produto Educacional e a organização da exposição fotográfica	167
7.6 Projeto de Instalação da exposição fotográfica.....	169
PROJETO DE MONTAGEM.....	169
I – Introdução	169

II – Tipo de exposição	170
III – Conceito “versátil”	170
IV – Método	171
V – Local	171
VI – Dados históricos	172
7.7 Avaliação dos visitantes	177
7.8 Últimas reflexões	186
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
9 REFERÊNCIAS	194
APÊNDICES	202
APÊNDICE 1 – Questionário Professor (a)	202
APÊNDICE 2 – Questionário Estudante	204
APÊNDICE 3 – Questionário Egresso(a) Evadido(a)	206
APÊNDICE 4 – Questionário (Gestão de Ensino)	209
APÊNDICE 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor(a) .	210
APÊNDICE 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais ou responsáveis dos estudantes menores de idade	214
APÊNDICE 7 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para estudante menor de idade	218
APÊNDICE 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Egresso Evadido	222
APÊNDICE 9 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Gestão do Ensino	226
APÊNDICE 10 – PRODUTO EDUCACIONAL	230
ANEXO 1 – Carta de Autorização	233

ANEXO 2 – Declaração de Isenção de Conflito de Interesse	234
ANEXO 3 – Declaração para Assistência Física e Psíquica Emocional	235
ANEXO 04 – Parecer Consubstanciado do CEP	236

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito inalienável da pessoa. Por isso, é imprescindível para as relações humanas e a integração social e inserção no mundo do trabalho. O Brasil apresenta a 53ª posição em educação entre as 65 nações apreciadas pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). De acordo com o PNUD/2012 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), um em cada quatro estudantes que ingressam no ensino fundamental no Brasil desiste da escola antes de concluir a última série. Esse fato constitui-se em um importante desafio para as famílias, as escolas e o sistema educacional.

A evasão é um fenômeno que atinge o processo de qualificação do estudante, que tem como propósito a formação e a inserção profissional. Suas variantes envolvem desde aspectos internos da escola, como os pedagógicos, determinados pelas relações entre professores e estudantes, metodologias de ensino, até fatores políticos, sociais, econômicos e familiares. Nessa vasta realidade interdisciplinar e basilar, várias são as hipóteses e acepções que necessitam ser discutidas e exploradas por todos os atores da unidade escolar. A finalidade é buscar esclarecimentos para essa problemática, principalmente em relação ao educando e educanda da rede federal de ensino profissional, uma vez que esse estudante evadido participou de um concorrido processo seletivo para seu ingresso no curso técnico. Isso nos faz entender que houve motivos contundentes para fazê-lo desistir de seus itinerários formativos. Portanto, diante desse cenário, a razão desta pesquisa se estabelece pela necessidade de verificar as possíveis causas que favorecem a deserção, e como a escola pode cogitar propostas de evitá-las, problema que transformou indispensável a busca de sua superação.

Torna-se pertinente investigar por que uma instituição do prestígio social dos Institutos Federais apresenta relevantes índices de evasão? Quais os motivos que impossibilitam a permanência de um quantitativo significativo de estudantes nos cursos técnicos do Ifal – Campus Maceió? Quais possíveis estratégias são necessárias para que promovam a permanência? Quais procedimentos o Ifal – Campus Maceió tem adotado para prevenir a evasão? Existe no Ifal – Campus Maceió uma política de prevenção à evasão escolar?

Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender a evasão no Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas Campus Maceió, no contexto da Educação Profissional e a valorização e sensibilização da comunidade discente no combate à evasão na educação profissional. Outro objetivo é buscar entender os fatores da evasão no Curso Técnico de Eletrônica Ifal – Campus Maceió, apontar estratégias que possibilitem a permanência dos discentes até o desfecho de seu percurso formativo e elaborar um Produto Educacional em formato de uma Exposição Fotográfica.

O interesse pela temática da evasão escolar exprime minhas inquietações durante a trajetória profissional na educação básica, nos anos de 1991, 1993, 1994 e 2006 a 2012, quando atuei como professora da rede privada e pública de ensino, nas esferas municipal e estadual. A escola estadual em que trabalhei foi criada como escola-modelo na década de 1980. Os antigos docentes lembravam com pesar as salas de aulas repletas de estudantes. Porém, nos anos 2000 deste século, me sensibilizava bastante o esvaziamento pela fuga dos discentes do sistema. A curiosidade pelo tema tornou-se mais aguçada durante minhas experiências na educação profissional de nível médio da rede federal, quando passei a desempenhar atividades no corpo técnico administrativo, ocupando o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais. Naquele momento, o atual Instituto Federal de Alagoas (Ifal) denominava-se Escola Técnica Federal de Alagoas. Minha trajetória na rede federal de ensino teve início através de concurso público realizado em 1983 e com a nomeação no ano de 1995, permanecendo até os dias vigentes. Nesse período, atuei em diversos setores como: Coordenação de Registros Acadêmicos, Setor de Estágio, Equipe Pedagógica e Coordenação de Pesquisa. Atualmente, sou integrante da Coordenação do Curso Técnico de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió. Vale ressaltar que quase todo o meu itinerário profissional na rede federal de educação ocorreu no Campus Maceió, exceto no ano de 2011, quando estava vinculada à Coordenação de Pesquisa, parte integrante do organograma da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Reitoria do Ifal.

Durante esse percurso de experiências, foi possível perceber, nas conversas informais com estudantes, professores e profissionais da educação, bem como nas reuniões de natureza pedagógica e em eventos de atualização no campo educacional, a recorrência de debates sobre a problemática dos altos índices de

reprovação, repetência e deserção estudantil. Quando desenvolvi a atividade de apreciação legal dos requerimentos dos estudantes, eram altas as solicitações de trancamento de matrícula, indícios de que o discente estava em uma situação de desistência. O mais enigmático é por essa realidade transcorrer numa rede federal de educação profissional, avaliada como de excelência e reconhecida como referencial educacional no âmbito da educação básica brasileira.

Dessa forma, faz-se necessário investigar o que ocorre nos institutos federais de educação profissional. Por seu prestígio social e pela demanda do mundo do trabalho por profissionais preparados, a instituição permanece fascinando muitos jovens. Em contrapartida, porém, vive o impasse de não conseguir realizar a permanência de uma parcela significativa dos discentes até o término do curso.

Silva (2015, p.6), em sua pesquisa sobre evasão com uma turma do turno noturno, no Curso Técnico de Mecânica na modalidade subsequente, no ano letivo de 2011, no Ifal – Campus Maceió, afirma: “os dados analisados indicam que o índice de alunos evadidos é alto. (...) Dos estudantes matriculados nos primeiros módulos em 2008 (50% evadiram), em 2009 (45% evadiram), em 2010 (44,82% evadiram), em 2011 (39% evadiram).”

Costa, Soeira e Brasileiro (2015) afirmam, na pesquisa referente à evasão nos cursos de licenciaturas presenciais do Ifal no âmbito do Campus Maceió, que a conclusão dos resultados possibilitou registrar a percepção de que o empenho social, determinado legalmente, tem sido contestado pelos relevantes índices de evasão dos discentes das licenciaturas presenciais ofertadas pelo Ifal.

Além disso, outro fato que me induziu ao assunto da evasão ocorreu na época em que compunha a Comissão de Implantação do Programa de Educação Profissional de Nível Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, durante os anos de 2006 a 2008. Nos espaços de discussões e formação dos professores para atuarem nessa nova modalidade no campo da rede federal de ensino profissional, fundamentada na literatura científica, a afirmação era que a instauração e manutenção da educação de jovens e adultos foi formulada em consequência das discontinuidades dos processos formativos dos estudantes da educação básica, que deserdam e retornam aos bancos escolares por meio dessa modalidade de ensino.

Essa investigação de tipo qualitativa e quantitativa, por abordar uma problemática social em seu ambiente natural, se propõe a explicar os fatores que dificultam a permanência dos discentes do Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió. Também objetiva discorrer sobre a história da educação profissional, principalmente no Estado de Alagoas, propor possíveis estratégias para dirimir o fenômeno da evasão e elaborar um Produto Educacional que interfira gradativamente e positivamente nesse contexto complexo de desistência.

Essa pesquisa também visa promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, atividades essas indissociáveis, possibilitando a formação integrada, humana e cidadã.

A evasão é um problema habitual no sistema educacional brasileiro, sendo passiva e reiteradamente incorporada e tolerada por escolas e sistemas de ensino. Essas instituições, de forma absurda, consentem a matrícula de um quantitativo mais elevado de alunos por turma do que o aceitável, com vistas à previsão de abandono ao longo do ano, admitindo, assim, antecipadamente, a "desistência" de muitos durante o transcorrer do ano letivo (BRASÃO; DIAS; 2016).

A desistência escolar na educação profissional configura um prejuízo à formação e promoção de jovens e adultos que pretendem, através da educação, melhores empregos e ascensão social. Apesar de uma progressiva procura por cursos profissionalizantes, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgados no Censo Escolar de 2010, e crescentes parcerias entre escolas profissionalizantes e empresas, objetivando a qualificação de trabalhadores ou a assimilação de força de trabalho qualificada (estudantes egressos e em formação), o abandono escolar profissional vem alcançando percentuais expressivos, que impressionam as instituições de Educação Profissional (ARAUJO; 2013).

Compreender as razões da dinâmica da evasão é de extrema importância, não só perante a exigência mercadológica, como também no contexto conduzido do Estado de Direito e da cidadania, estabelecido pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988). Nessa Constituição, diversos recursos democráticos foram prescritos, dentre os quais o da educação, que é de interesse específico desta pesquisa. O artigo 206 do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto na Seção I – Da Educação,

preconiza: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (EC nº 19/98 e EC nº 53/2006) I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] (Brasil, 1988).

Igualmente, outro dispositivo legal importante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), ao regulamentar o direito ao acesso e a permanência dos alunos na escola, instituindo a igualdade de condições a esse direito. Apesar da necessidade crucial de assegurar ao estudante o que prescreve a LDB a respeito desse direito, o problema da permanência constitui-se ainda na grande dificuldade das instituições de ensino, a de assegurar esse direito para uma importante parcela da população de jovens e adultos, integrantes da educação básica, principalmente a de nível médio.

Da mesma maneira, concernente ao acesso, a controvérsia do processo seletivo contraria a igualdade de condições, opondo-se à legislação, uma vez que a rede de escolas públicas de educação profissional adota o sistema seletivo como mecanismo de acesso.

Do ponto de vista legal, a evasão configura-se em um impasse de natureza democrática de direito, pois o direito à permanência do estudante na escola não está sendo assegurado pelas políticas públicas vigentes. Por isso, entender as causas que facilitam a evasão consiste em um modo de efetivar as prerrogativas legais do direito ao acesso e à permanência estudantil na escola e, com efeito, ao processo de formação humana. No esforço de melhor conhecer esses eventos, o presente trabalho inclui-se na linha de pesquisa: Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o qual se caracteriza por ser um mestrado em Rede Nacional, vinculado à Área de Ensino da CAPES. O objetivo é a produção de conhecimentos como desenvolvimento de produtos, através de pesquisas que compreendam os saberes específicos à formação em educação profissional e tecnológica no mundo do trabalho. É necessário empenhar esforços para fortalecer um espaço de formação e pesquisa que promova a melhoria dos processos de ensino na EPT em espaços formais e não formais. Portanto, é fundamental gerar uma produção científica e técnica de natureza interdisciplinar sobre o mundo do trabalho e as viáveis associações nas áreas do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia em suas várias formas de organização e práticas educativas em EPT, no

empenho de contribuir com a transformação da realidade da educação profissional brasileira, tão adversa à formação humana integral (PIZZATO; ESCOTT; SOARES; 2021).

Vale destacar que o ProfEPT está centrado na formação continuada de servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de Professores da Educação Básica. Infere-se que a implementação do ProfEPT reflete um avanço para a Rede e para a Educação Básica. Esse êxito, porém, está seguido de desafios que incluem a formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a prática da interdisciplinaridade e a elaboração de produtos educacionais (EP) fundamentados nas bases conceituais da EPT (SOUZA, 2019).

Realizado esse comentário preliminar, antecipo o itinerário para o tratamento do tema. Começarei buscando justificar a relevância de pesquisar os fatores da evasão e a exigência de se buscar a sua superação. Em seguida, farei algumas considerações sobre o ensino médio propedêutico e o ensino médio integrado. Prosseguindo, abordarei sobre as bases conceituais da educação profissional. No decorrer do texto, trato sobre o conceito de evasão e evasão na educação profissional. Depois, apresento as problematizações acerca da evasão. Seguidamente, esboço o nosso percurso metodológico. Logo depois, continuo com uma reflexão sobre o contexto histórico da Educação Básica e Profissional no Brasil e em Alagoas. Na sequência, analiso e interpreto os dados da pesquisa de campo pela mediação do referencial teórico. Imediatamente, me debruço sobre o processo de elaboração do Produto Educacional, materializado em uma exposição fotográfica com vistas a responder a problemática da evasão escolar. Finalmente, teço algumas considerações propondo alternativas para atenuar o problema.

As fontes utilizadas para composição do projeto foram artigos científicos, monografias de especialização, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrados, livros, documentos do Ifal, legislações e diversas publicações já existentes a respeito do tema.

Para isso, me ancoro em diversos estudiosos, como FRIGOTTO (2005), RAMOS (2006), KUENZER (2001; 2007), SAVIANI (2000), CIAVATTA (2012; 2019), CUNHA (2005), MACHADO (1992), MANFREDI (2002) e outros.

A pesquisa de campo foi realizada através do *Google Forms* e *Google Meet*, e incorporou a utilização de instrumentos e técnicas de coleta tais como:

questionários dirigidos aos estudantes, aos professores da formação geral e técnica, aos gestores do ensino e egressos evadidos, assim como a sistematização das rodas de conversa estruturadas para os educandos e educandas, matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió.

A intenção é que esta produção contribua com ações positivas no âmbito do Ifal, na difícil tarefa de combater a saída prematura do educando e da educanda antes de concluir o seu itinerário formativo. Ao mesmo tempo, também se propõe a promover o diálogo e incentivo para aqueles e aquelas que pretendem investigar sobre o tema, bem como possibilitar a construção de indagações que favoreçam a formulação de novos projetos sobre a temática.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Relevância do estudo sobre os motivos da evasão escolar

Os cursos ofertados pela educação profissional e tecnológica são de suma importância, levando-se em consideração as exigências atuais do mundo do trabalho por profissionais qualificados, bem como a complexidade das demandas sociais. Ponderando sobre essa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional, percebe-se que os elevados percentuais de desistência dessa modalidade de ensino apontam para uma discrepância com a realidade. A importância do estudo dos fatores da evasão e a busca de sua superação na EPT articulam-se, também, como elemento estratégico para garantir a construção da formação da cidadania de jovens e trabalhadores, para uma melhor inserção na sociedade e para a compreensão dos mecanismos dos princípios que determinam a reprodução social contemporânea.

Desse modo, o estudo sobre as causas do abandono escolar possibilita a ampliação de informação a fim de fundamentar a discussão sobre esse importante assunto que macula a educação brasileira e, ainda, dar solidez às análises para redimensionar essa preocupante conjuntura.

Ao compreender os aspectos da evasão, as instituições de ensino terão condições de ampliar o debate sobre a definição de proposições que respondam eficazmente a essa problemática que atinge e trava o avanço da educação profissional.

O levantamento sobre as causas da evasão pode ser extremamente complexo, porque está relacionado a vastos e obscuros fatores, os quais estão associados à escola, família e trabalho. No entanto, Dore e Lüscher (2011), (apud Rumbeger 2011, p.776), um dos mais conceituados pesquisadores sobre o tema nos Estados Unidos, afirma que entender as razões da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema.

A problemática da evasão escolar atinge os diversos níveis e modalidades da educação básica e do ensino superior (YAKOTA, 2015). Esse fenômeno tem

inquietado profissionais do campo educacional. O debate sobre o tema ocupa espaço significativo nas reflexões da educação brasileira, bem como no contexto das políticas públicas educacionais. Isso está relacionado à dificuldade de acesso e permanência dos alunos no sistema escolar, sendo esta realidade uma peculiaridade importante da educação brasileira (NASCIMENTO; COSTA; 2013).

Desse modo, reiteramos que os estudos referentes ao abandono dos estudantes da escola fornecem conhecimento para identificar as diversas causas do problema. Porém, não basta apenas conhecer as causas da evasão, se faz necessária também a discussão, no âmbito das instituições de ensino, de propostas que apontem melhoria na educação e, conseqüentemente, uma escola que priorize a permanência do aluno na sala de aula.

Sendo a pesquisa científica uma atividade de natureza intelectual propositiva com vistas a responder questões humanas (SANTOS, 2007), esta pesquisa visa, além de reconhecer e identificar o problema da evasão nos Cursos Médios Integrados no Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió, utilizar os estudos para propor estratégias e práticas pedagógicas que influenciem positivamente no cotidiano da instituição, com objetivo de minimizar a problemática em destaque. O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) discute a necessidade de articular o Ensino e a Pesquisa para a elaboração de “um produto educacional que possua aplicabilidade imediata (...) na atividade profissional do mestrando(...) na realidade concreta de atuação dos professores”, dado que é na realidade objetiva que são experienciados os seus grandes confrontos (PASQUALLI, VIEIRA e CASTAMAN, 2018, p.114).

2.2 Breves considerações sobre o ensino médio propedêutico e o ensino médio integrado.

Torna-se relevante realçar o debate sobre a suposta ausência de identidade do ensino médio com o intuito de mobilizar esforços no que diz respeito à compreensão da proposta integrada, na perspectiva de uma escola unificada, capaz de articular a diversidade de experiências e situações em torno do objetivo

“mudança de postura pedagógica; do modo de agir não só de professores, mas também dos alunos,” a fim de formar seres humanos plenamente desenvolvidos (VIEIRA, 2016, p.86).

Embora durante a história da educação no Brasil o ensino médio ter sido regularmente descrito como espaço sem identidade, o que se observa é a manutenção da sua natureza propedêutica, tendo como importante propósito formar as classes dominantes para acessar o ensino superior, onde a estrutura curricular está marcada pelo ensino das humanidades e desvinculada das ciências aplicadas.

A história da educação no Brasil manifesta-se de forma dualista, expressa-se em dois valores, duas faces antagônicas, subordinada ao projeto de reprodução da cisão social. A perspectiva de educação profissional integrada ao ensino médio consiste como alternativa que pretende romper com a lógica do ser humano cindido historicamente pela divisão social do trabalho demonstrado na dicotomia entre o ato de fazer e o ato de pensar, para assegurar ao estudante a prerrogativa de uma educação ampla, a qual promova a compreensão do mundo e o exercício da cidadania (ANDRIONI; 2017).

O ensino médio no Brasil permaneceu a serviço dos interesses de uma classe proprietária como meio para atingir o ensino superior, ou seja, uma formação propedêutica, direcionada para o segmento, que tinha o privilégio de prosseguir os estudos rumo à educação superior (ANDRIONI; 2017).

Pelo trabalhador, essa formação geral ou científica, restrita a uma minoria privilegiada, só foi possível ser acessada, enquanto modalidade, em virtude da necessidade de qualificar a força de trabalho com o intuito de suprir as demandas da industrialização em expansão. Anteriormente a esse contexto, a classe operária, em decorrência de diversos fatores, estava cerceada ao direito à escola de ensino médio.

Nas décadas de 1930 e 40, período de expansão do ensino secundário, verificou-se dois modelos de formação, uma ofertada para as camadas populares, de caráter profissionalizante, e outra intocada, de modelo propedêutica, direcionada para a educação superior. Estas duas modalidades de oferta da educação secundária reforçam o que os estudiosos determinaram como dualidade do sistema

de ensino, dois itinerários diferentes, conforme o público a que era dirigido. A correspondência entre essas ofertas foi se realizando lentamente, até ser efetivada pela primeira LDB n. 4.024/61(MOEHLECKE; 2012).

A Constituição de 1988 determinou a contínua ampliação da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio, visando ampliá-lo para toda sociedade, padrão que foi demonstrado com o aumento da oferta nos anos seguintes. A emenda constitucional n. 14, de 1996, mudou a expressão “progressiva extensão da obrigatoriedade” do ensino médio para “progressiva universalização”. A mesma emenda estabeleceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Vale salientar que a LDB de 1996 tencionou conferir ao ensino médio uma identidade vinculada à educação básica, a qual deve ser assegurada a toda a população, na direção de uma ruptura com a dualidade entre o ensino médio e o ensino profissionalizante (MOEHLECKE; 2012).

Porém, o decreto n. 2.208/97, significou um importante retrocesso, no sentido de recuperar a dualidade entre a formação profissional e o ensino médio. Mas, o decreto n. 5154/04 e posteriormente, a lei n. 11.741/08, retomou ações mais integradas entre a educação profissional e a educação geral. Convém salientar o Plano Nacional da Educação (PNE) em 2011, lei n. 10.172, o qual estabeleceu, em termos legais, diversas metas para atingir a universalização do ensino médio. Assim como a emenda constitucional n. 59/2009, a qual reforçou a necessidade de assegurar a obrigatoriedade de estudo de crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos, reforçando, dessa forma, o objetivo de universalizar o ensino médio e promover a sua particularidade, como período final da educação básica.

Cabe destacar que, apesar da importante expansão do ensino médio nos últimos anos, mesmo assim, ainda está bastante longe a sua universalização. Essa conjuntura é demonstrada na dificuldade de continuidade da população ingressante da educação básica, a qual permanece presente no ensino fundamental, principalmente a repetência e a evasão, que conseqüentemente posterga o ingresso dos estudantes no ensino médio. Vale também lembrar o crescimento da matrícula que aconteceu principalmente no setor público, mais precisamente na rede estadual, reforçando a responsabilidade do poder público de investir em políticas de educação

que assegurem não simplesmente o acesso, mas, mormente, a permanência nesse nível de ensino (MOEHLECKE; 2012).

A permanência do estudante no ensino médio depende de vários elementos que podem favorecer ou dificultar: idade de acesso escolar, inserção ou não no mercado de trabalho, itinerário escolar anterior, índice de repetência e evasão, aproveitamento de estudos, infraestrutura ofertada, qualidade do corpo docente, e muitos outros. De qualquer forma, toda política para o ensino médio deve se preocupar com esses vários fatores.

As Diretrizes Curriculares Nacional do Ensino Médio (DCNEM) aprovadas no final da década de 1990 tornaram-se foco de importantes críticas, em razão de as mesmas apontarem as seguintes intenções: dependência da educação ao mercado, redefinição de conceitos como flexibilização, autonomia e descentralização; preservação da separação entre formação geral e formação para o trabalho e a restrição do poder de persuasão das diretrizes (MOEHLECKE; 2012).

Outro fator causador de instabilidade constatado nas políticas curriculares nacionais é a permanência do caráter provisório, demonstrada no estabelecimento de programas de governo, ou seja, com início e fim determinado pelos mandatos. Assim sendo, o tempo se torna exíguo para implantação e consolidação de tais políticas no período de um governo, provocando ruptura administrativa e pedagógica.

Por esse motivo, no ano de 2009, o Ministério da Educação, empenhou-se em desenvolver políticas de fortalecimento de um ensino médio integrado, através de um Programa de ensino médio inovador:

Nesse sentido, a fim de colaborar com a consolidação das políticas de fortalecimento do ensino médio, especialmente em termos da melhoria de sua qualidade, da superação das desigualdades de oportunidades e da universalização do acesso e da permanência, o Ministério da Educação apresentou, em 2009, o Programa do Ensino Médio Inovador, de apoio técnico e financeiro aos estados. Seu objetivo central é superar a dualidade do ensino médio, definindo-lhe uma nova identidade integrada, na qual se incorporem seu caráter propedêutico e seu caráter de preparo para o trabalho. Quer-se estimular a reorganização curricular da escola, de modo a superar a fragmentação do conhecimento, reforçando-se a flexibilização do currículo e desenvolvendo uma articulação interdisciplinar, por áreas de conhecimento, com atividades integradoras definidas com base nos quatro eixos constitutivos do ensino médio – trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Desse modo, propõe-se um currículo organizado não apenas em torno de

disciplinas, mas também de ações, situações e tempos diversos, assim como de espaços intraescolares e extraescolares, para realização de atividades que favoreçam a iniciativa, a autonomia e o protagonismo social dos jovens (MOEHLECKE; 2012 p.45).

As DCNEM-2011 não trouxeram nenhuma novidade no campo legal. A novidade verificada está relacionada à área política, ou seja, essas diretrizes dependerão muito da ampliação dos programas do Ministério da Educação e dos investimentos disponíveis a fim de atingir a aceitação de estados e municípios. Esta proposição curricular e fixação da identidade do ensino médio, lhe conferindo um caráter unificado e diversificado, entende-se ser sua importante mudança feita pelas novas DCNEM 2011, sendo, dessa forma, a sua maior tarefa a efetivação dessas ações nos sistemas escolares (MOEHLECKE, 2012).

Apesar disso, o conceito de formação tem sido corrompido pelo capitalismo, pela classe que se mantém da exploração do trabalho da classe trabalhadora. Tal conceito poderia atender aos ideais de emancipação e formação cidadã, campo para compreender os princípios da produção e da estrutura social, Contudo, se transformou em ferramenta capitalista usada para viabilizar os conhecimentos e a mão de obra necessários ao processo produtivo em expansão do modo de produção capitalista, bem como engendrar um conjunto de valores que fundamentam os interesses da classe burguesa.

Entretanto, nesse contexto, o ensino médio Integrado converte-se em mecanismo fundamental para o trabalhador. Essa modalidade de ensino lhe garante as possibilidades de preparo para o trabalho e de continuidade dos estudos. Melhor dizendo, torna-se imprescindível que o trabalhador adquira uma profissão ainda no ensino médio. Isso promove as condições de elevar-se em conhecimentos gerais que ultrapassem a conformação dos princípios da organização do trabalho e lhe possibilitem compreender os padrões da organização social, política e econômica.

À vista disso, o ensino médio Integrado é uma forma de resistência. Constitui-se, assim, como resistência ao padrão de educação que funciona de acordo com a lógica da exclusão, pela culpabilização individual do fracasso estudantil; é também de resistência a um critério de formação abstrata e segmentada, indiferente ao universo juvenil. Em contrapartida, essa proposta necessita de uma concepção

contextualizada aos anseios da juventude, às suas experiências, às suas trajetórias e às suas histórias. Portanto, consiste em um projeto de formação integral comprometida com a mudança social, cultural e econômica do país (ARAÚJO, SILVA, 2017).

O objetivo do ensino médio, portanto, constitui-se em formar cidadãos autônomos que interfiram nas esferas social, política e econômica. No entanto, o que se verifica é que a maioria dos jovens, prejudicados pela sociedade de classes, é forçada a estudar em cursos profissionalizantes destituídos de uma base científica, técnica e de cultura humana mais geral. Cursos que não os qualificam nem para as reais demandas profissionais, nem para o exercício autônomo da cidadania (ARAÚJO, SILVA, 2017).

Saviani (2000) defende a educação profissional desenvolvida na rede federal como uma experiência bem-sucedida de organização do nível médio a qual contém os “gêrmens” de uma concepção que une formação geral de domínio científico com o trabalho produtivo, onde seria possível desenvolver um referencial de ensino médio unificado passível de ser expandido por todo o Brasil.

Desse modo, a escola unitária se localiza no âmbito não somente dos estudos, mas de conflitos políticos pela sua concretização. Por esse motivo, torna-se imperativo entender a concepção e os pressupostos do ensino integrado com o objetivo de comprometer-se com a transformação, conforme os princípios preconizados.

2.3 As bases conceituais da educação profissional

A fundamentação teórica empregada para a compreensão da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, implantada nos Institutos Federais, ressalta os estudos dos educadores e pesquisadores Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, Paolo Nosella e Dermeval Saviani. Esses autores têm como parâmetro as concepções dos filósofos e educadores tais como: Marx, Engels, Pistrak, Gramsci, Manacorda, Krupskaya e Mézáros, os quais adotam os princípios

da escola humanista e de formação integral, pública, laica, de qualidade, para todos, orientada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Assim como também priorizam a publicação do Decreto nº 5.154/2004 em substituição ao Decreto nº 2.208/1997 (ANDRIONI, 2017).

Cabe discutir sobre o processo de implantação do Decreto n. 5.154/2004, considerando que a simples mudança do Decreto n. 2.208/97 que instituía a separação entre ensino médio e ensino profissional não assegurava a efetivação das concepções da educação integrada. Por isso, seria imprescindível a formação continuada de todos os profissionais da educação, sobretudo do professor, sob os princípios e conceitos que fundamentam o supracitado decreto. “Sabemos que a lei não é a realidade, mas expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade” (FRIGOTTO; RAMOS, 2005, p.27). Porém, é necessário reconhecer que o Decreto n. 5.154/2004 demonstrou uma conquista dentro de um embate político, bem como a constatação da vontade de mudança pelos que não se identificam com o cenário atual das coisas, sendo urgente a sua promulgação a fim de não ser assimilado pelo conservadorismo e pelos interesses do mercado.

Conceitualmente e decisivamente, a acepção de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (EPIEM) ultrapassa a ideia de articulação entre educação geral e formação técnica. Esse propõe a superação da divisão de classes, a cisão entre formação para o trabalho manual ou formação para o trabalho intelectual, empenha-se em resgatar, na atualidade e sob uma particular correlação de forças entre classes, as perspectivas de educação politécnica, educação omnilateral e escola unitária, as quais estavam presentes no projeto da LDBN da década de 1980, mas que se distorceram antes da aprovação da LDBN/96. Melhor, não se restringe a integração de formas, mas a formulação do Ensino Médio (EM), como itinerário educativo que compreenda os elementos centrais da vida, trabalho, ciência e cultura, gere outras perspectivas de vida para juventude trabalhadora e colabore para a supressão das desigualdades entre as classes sociais (ANDRIONI, 2017).

Para se alcançar a consolidação do projeto de Ensino Médio Integrado (EMI) da Rede Federal de Ensino, será mister assegurar a ampliação da participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, monitorando e avaliando os

itinerários escolhidos pelos projetos pedagógicos e pelos planos de cursos da Instituição, assim como se os objetivos determinados estão ou não sendo atingidos (ARAÚJO, SILVA, 2017).

Faz-se necessário contextualizar social e politicamente a educação, sobretudo no que se refere ao ensino médio, uma vez que a educação é uma atividade pertinente à totalidade da sociedade capitalista. É especialmente na última etapa da educação básica que se consolida com maior realce, por seu caráter intermediário, tensão entre educação geral e educação específica, o que resultará na cisão, instituindo a dualidade estrutural a problemática de análise essencial.

Essa dualidade estrutural está relacionada com o que ocorre no interior das relações sociais. Isso “implica reconhecer que cada sociedade, em cada época, dispõe de formas próprias para formar seus intelectuais”. Essas formas específicas são o que Gramsci denomina de “princípio educativo” (KUENZER, 2001, p.32).

Para isso, é fundamental compreender o trabalho além da forma econômica ou de empregabilidade. Melhor: entender o trabalho como princípio educativo é compreender o trabalho em suas correlações com a ciência, com a cultura e com a produção de subsistência. É reconhecer que o sujeito é capaz de apropriar-se da natureza, transformá-la, produzir técnicas para aperfeiçoar essa apropriação e transformação, como também aprimorar essas técnicas. Ainda, ter consciência do processo histórico que, no transcorrer da história, engendrou a divisão social do trabalho que está em curso na atualidade, onde uns poucos se apoderam dos meios de produção, do conhecimento e do trabalho. Em contrapartida, outros só têm a sua força de trabalho, ajustam-se ao estranhamento, à alienação e à exploração do homem pelo homem. O trabalho como princípio educativo remete o homem como sujeito de sua história, que vivencia relações sociais, constrói e reconstrói os meios de produção e adaptação da natureza para as suas necessidades, do mesmo modo que dimensiona as formas de produção e, igualmente, as de exploração do homem pelo próprio homem.

Em vista disso, considerar o trabalho como princípio educativo é entender o ser humano como criador da sociedade e da cultura de sua época, impedindo o processo de exploração do trabalho. A partir desse prisma, a educação passa a ter a prerrogativa de desenvolver uma educação omnilateral e politécnica, melhor

dizendo, uma formação para a vida, compondo a evolução física, mental, intelectual, prática, laboral, estética e política. Não se conformando como natural a ideia de trabalho que justifica que uma determinada classe social hegemônica explore o trabalho das massas (ANDRIONI, 2017).

Dessa forma, existe a possibilidade da construção de outra formatação social se apropriando da educação como um dos instrumentos de redimensionamento social. Porém, o mau entendimento está em pensar em resolver os problemas sociais exclusivamente pela força da ideia, superar o obscurantismo sem combater o problema do modo de produção e da necessidade de projetar outras formas de trabalho, imbricado com a educação (ANDRIONI, 2017).

Visto dessa forma, é imprescindível atacar as estruturas de poder que submetem os interesses da totalidade da sociedade a uns poucos da cúpula social, ou então permaneceremos replicando o que Francisco de Oliveira esclarece com a metáfora do ornitorrinco, em outras palavras, sociedade como um monstrengo social que se alicerça na desigualdade e dela se mantém.

Reforçando o pensamento anterior sobre o trabalho como princípio educativo, para além de suas dimensões mercantis, Ciavatta argumenta:

Pensar o trabalho criticamente, como princípio educativo, é pensar o trabalho além das formas mercantilizadas do trabalho, das lacunas da profissionalização, para conceber a educação do ser humano em toda a sua potencialidade. Em sua reflexão sobre a ontologia do ser social, Lukács (1978) examina o trabalho como atividade fundamental do ser humano, ontocriativa, que produz os meios de existência na relação do homem com a natureza, com a cultura e no aperfeiçoamento de si mesmo. De outra parte, muitas das quais degradantes, penalizantes, nas diferentes culturas, na estrutura capitalista e em suas diversas conjunturas (CIAVATTA, p.34, 2019).

Portanto, é essa dicotomia, e não particularmente os conteúdos, que caracteriza a natureza antidemocrática da educação humanista tradicional, que adéqua as classes sociais a um tipo de escola que preserva o privilégio de alguns exercerem as funções intelectuais e de comando, enquanto para a maioria

destinam-se as funções instrumentais (gorila amestrado). Como afirma Gramsci, esse tipo de educação proíbe ao operário aspirar atingir aos postos de direção, ou mesmo estar intelectualmente preparado para assumi-los (KUENZER, 2001).

Por isso, a versão do relator deputado Jorge Hage da proposta da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, fruto de intenso pleito político, pretendia a revisão dos currículos das escolas propedêuticas para incorporar conteúdo científico-tecnológicos e sócio-históricos, e, ao mesmo tempo, para que as escolas de caráter tecnológico passassem a inserir mais conteúdos científicos, não só instrumentais, mas também sócio-históricos.

Outro aspecto perverso da educação brasileira quanto ao ensino médio é o seu caráter seletivo, em face dos altos índices de não conclusão, a aumentar cada vez mais a exclusão. A burguesia mercantil brasileira permanece se apropriando da escola como filial de triagem, usando dissimuladamente das demandas das competências, porém, oculta a realidade das disputas de classe, no centro da educação, visto que não é por acaso que os que alcançam êxito na escola são os que melhor se adaptam às regras estabelecidas pelo mercado de trabalho: boa formação, bom porte, boa conduta, responsabilidade, pré-requisito de conhecimentos formais, habilidade intelectual, potencializando assim, com sua qualificação, o conseqüente acesso ao emprego com mais facilidade.

Mesmo que o ensino médio seja o nível de ensino que apresentou maior índice de expansão na década de 1980, “o índice de escolarização líquida, considerando a população de 15 a 19 anos, ainda não ultrapassa 25% (KUENZER, 2007, p.45)”. Assim, torna-se fundamental o esforço reflexivo na reelaboração da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as exigências de preparo de educação formal do jovem e da sociedade, diante da atual conjuntura social e produtiva (KUENZER, 2007).

Apesar de as transformações tecnológicas vigentes iniciarem a passagem do capitalismo industrial para um capitalismo tecnizado, essas mudanças, porém, são de caráter inovador, não instituindo modificações profundas na natureza do sistema capitalista. Essas, por sua vez, demandaram um novo processo de trabalho flexível, polivalente e trabalho em equipe (exigência de capacidade de comunicação coletiva), logo, a composição de um saber polivalente associado à organização de

uma educação básica, mas sem que seja necessária uma profunda mudança na escola (MACHADO *et al.*, 1992).

O novo regime de acumulação do capital expandiu-se nas décadas de 1980 a 1990, nos países europeus e posteriormente no Brasil. Essa forma de organizar a produção privilegia a flexibilidade e a polivalência, as quais exigem o trabalho em equipe e mobilidade do operário em distintos espaços no âmbito da produção. Outra marca desse atual modelo é a exigência de qualificação, resultando em maior e melhor capacidade produtiva. Porém, está claro que o objetivo desse novo modelo de acumular capital é viabilizar a desintegração coletiva da força de trabalho, por meio da flexibilização, precarização do emprego, das privatizações, tendo como consequência o desmonte da força sindical, o que demanda dessa classe, atualmente, novas estratégias de organização social (MAGALHÃES *et al.*, 2005).

Nesse contexto de acumulação flexível, e predominância das ideologias de empregabilidade e competências, Ramos menciona Santos, o qual denomina de fascismo contratual e fascismo profissional, respectivamente, o agravamento da vulnerabilidade do trabalhador nas relações de contrato de trabalho, e as exigências de aumento do nível de escolarização e qualificação no critério de exclusão/inclusão no setor produtivo, isto é, a “carteira de competências”. Assim, “as competências adquirem um valor não referente à sua própria natureza, mas conferido pelas relações sociais dominantes, que assim buscam ocultar a essência do fenômeno do desemprego, da diferenciação e da exclusão social (Apud SANTOS, 2006, pp. 218, 219)”.

Todas essas imposições do capital repercutem no enfraquecimento do conceito de qualificação diante do fortalecimento da ideologia de competências no âmbito do sistema educacional, limitando o ensino profissionalizante às práticas aligeiradas, concentradas para formações direcionadas e limitadas. Os discentes dos cursos profissionalizantes são os mais atingidos por esses discursos, uma vez que é nessas escolas que se dá, sem dissimulação, a formação para o mercado de trabalho. Nessa conjuntura, suas identidades pessoais se confrontam com as imposições de um mercado de trabalho opressor e seletivo, onde estará em jogo a sua sobrevivência (MAGALHÃES *et al.*, 2005).

É nesse contexto de fortalecimento das contradições do capital que pretendemos investigar as causas da evasão escolar, consolidando o debate nos espaços do Instituto Federal de Alagoas sobre a questão, principalmente nesse cenário atual de retrocessos social e político, como os que estamos vivenciando.

Torna-se imprescindível preparar o estudante para assumir-se como sujeito de sua história e da história humana, entendendo o “papel revolucionário da ciência para destruição das situações geradoras da exclusão, as quais são frutos da práxis humana, só através dela são superadas (KUENZER, 2007, p.49)”.

Considerando isso, o êxito do EMI da Rede Federal de Ensino será resultado da coragem e do comprometimento dos profissionais da educação no esforço constante de efetivar mudanças estruturais para fortalecer a radicalidade e a vitalidade desse projeto, bem preservar as condições para favorecer os referenciais de qualidade para educação da Rede Federal. Contudo, mais do que boas condições de trabalho e de organização, é essencial fortalecer o caráter emancipatório do Projeto Político Pedagógico do EMI. Isso significa que a questão não é exclusivamente a qualidade técnica, mas também a qualidade política, ideológica e epistemológica, porque são estas que depende o processo de transformação da realidade (ARAÚJO, SILVA, 2017).

2.4 O conceito de evasão

A evasão escolar representa um assunto crucial para a educação pública do Brasil. Não obstante ocorra em todas as etapas da educação básica, é no ensino médio que esse problema se intensifica.

Conter a evasão constitui-se essencial para a juventude, uma vez que a educação, além de ser um direito, possibilita a superação das desigualdades e contribui na formação de sujeitos livres, com mais probabilidade de inclusão no mercado de trabalho, atenuando os efeitos das desigualdades.

A desistência, especialmente nos últimos anos da educação básica, é preocupante, pois é nessa etapa que o estudante se sente pressionado a se dividir

entre os estudos e o trabalho. Assim, a inserção prematura no mercado de trabalho provoca a redução no tempo do educando no que diz respeito à dedicação aos estudos, incidindo no processo de permanência com vistas à integralização da formação (VEIGA, 2016).

Os resultados das pesquisas sobre o tema desvelam uma multiplicidade de causas da evasão escolar e, mediante essa análise, verifica-se que a escola, família, comunidade, sociedade em geral e poder público são, concomitantemente, responsáveis pela integralização da formação educacional da criança e do adolescente, uma vez que o abandono dos estudos impele o estudante às veredas da exclusão social (VEIGA, 2016).

A desigualdade social foi fator preponderante nas altas taxas de evasão no ensino secundário em pesquisas desenvolvidas na Romênia. Outros estudos também apontam a pobreza como motivo intrínseco do fracasso escolar (VEIGA, 2016).

Na reflexão crítica, não se solucionam os problemas da reforma do ensino médio e do currículo integrado à EPT agindo exclusivamente no interior da escola. Tornam-se necessárias ações articuladas com outras dimensões sociais (coletivos da escola, famílias, sindicatos, movimentos sociais organizados), discutindo a exploração do trabalho, a desumanização dos trabalhadores, as condições de vida de nossos estudantes, e nesse momento, refutando a ideologia da Escola “Sem” Partido (CIAVATTA, 2019).

Entre os diversos conceitos discutidos na literatura em relação à evasão, é relevante destacar a compreensão de que a desistência escolar consiste na última fase de um movimento dinâmico e cumulativo de desligamento do estudante da vida escolar.

A Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão, em 1996, nas Universidades Públicas Brasileiras, nomeada pelo MEC, admitiu não existir concordância a respeito do conceito de evasão, sendo indicado que a escolha esteja em conformidade com a problemática específica de estudo, acautelando-se do risco de generalização ou simplificações (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

A comissão apresenta três tipos de evasão: evasão de curso, quando o estudante se desvincula do curso superior em situações como abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; evasão da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

Em sua pesquisa, a comissão considerou a evasão como “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem ter concluído”. Uma das razões da escolha se refere à ausência, em esfera nacional, de um banco de dados eficaz concernente ao destino dos evadidos dos diversos cursos, travando o processo de aquisição de informações sobre a mobilidade dos estudantes (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

Assim, em razão da adaptação do problema específico de estudos, bem como aos objetivos formulados, a concepção de evasão admitida nesta pesquisa será a de evasão como saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo.

A evasão também consiste em um tema de alta complexidade, principalmente aos ligados aos levantamentos de identificação das suas causas. Essa dificuldade está relacionada a três fatores: a tendência dos egressos evadidos a se negar a participar das pesquisas, que na maioria das vezes está vinculada à própria dificuldade de localizá-los e ao mal-estar provocado pela situação; a imprecisão das respostas, sem consciência, as quais muitas vezes não tem relação com o verdadeiro motivo do problema; e, por fim, as limitações intrínsecas das bases de dados (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

2.5 Evasão na Educação Profissional e Tecnológica

A complexidade da evasão na EPT exige soluções de difícil efetivação e implica o comprometimento de diversos agentes sociais. As pesquisas apontam para a necessidade de prevenção e identificação antecipada do fenômeno e o

monitoramento individual dos possíveis estudantes que apresentam vulnerabilidade de permanência.

Concernente à evasão na EPT destaca-se a desvalorização na qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens nas experiências de integração no mercado de trabalho.

Embora a implementação de algumas políticas educacionais nos estados pelo Ministério da Educação (MEC) para Educação Básica em nível médio, o Brasil não tem diminuído os percentuais de evasão. Inclusive a universalização do Ensino Médio permanece sendo um grande desafio político, visto que taxas expressivas de adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estão excluídos do processo de escolarização, revelando a gigantesca dívida social que o país tem concentrado com esse público (SOUZA, 2013).

Souza (2013) destaca que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, estabeleceu, como objetivo, universalizar o ensino médio entre os 15 a 17 anos até 2016. Outro propósito do PNE era perfazer um total de 85% do índice de escolarização líquida entre as idades de 15 a 17 anos no ensino médio em 2020. Por fim, o PNE calculava expandir gradativamente os índices de conclusão para 90% na Educação Profissional entre os anos de 2011-2020. Porém, diante das circunstâncias atuais há muito o que se fazer para atingir essas metas.

Fredenhagen (2014), entre os anos de 2012 a 2015, empreendeu uma pesquisa sobre a evasão nos cursos técnicos e superiores do Instituto Federal de Brasília - IFB, onde foi apurado 59,63% de abandono no curso superior e 55,35% nos cursos técnicos. Analisando os dois níveis, totalizaram 56,35% de evasão.

As ausências de natureza institucional manifestadas nos depoimentos dos discentes não podem passar despercebidas na apreciação institucional: “relacionamento professor-aluno, avaliação, didática, clareza dos enunciados e sobre o que será avaliação, despreparo de professores, relação teoria e prática e estrutura do curso são alguns temas suscitados nos depoimentos dos evadidos, sugestivos para capacitação de docentes e técnico-administrativos e como pautas de discussão, oriundas do próprio contexto do IFB (FREDENHAGEM, p. 55, 2014)”.

Apesar de os estudantes da educação profissional procurarem, mediante a conclusão do curso, a integração no mundo do trabalho, ainda são grandes, como se observa, os índices de desistência nessa modalidade de ensino. Sendo assim, é fundamental conduzi-los na compreensão de que, por intermédio da qualificação profissional, ampliam-se as oportunidades de empregabilidade.

É de suma importância resistirmos ao projeto recente do “Estado de exceção” (redução dos direitos sociais), ampliando a luta pela garantia da expansão da Rede Federal de Ensino iniciada no limiar do século XXI. Esse projeto teve a finalidade de ofertar Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino e promover a integração e a verticalização da educação profissional (VEIGA, 2016).

O projeto centra-se na expansão do acesso à EPT e na permanência na educação de milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Desse jeito, o projeto é incrementado por diversos programas de financiamento educacional, os quais têm propiciado a ampliação de vagas e o alargamento dos níveis formativos no ensino médio, técnico e superior.

A construção do novo modelo de Ensino Médio Integrado, portanto, dependerá da democratização do acesso, da garantia da permanência dos nossos estudantes, bem como de tornar possível que todos consigam bons resultados escolares, melhor dizendo, de assegurar o direito à aprendizagem de todos que estão cursando o EMI, no seu ritmo e no seu tempo.

É importante salientar que, no decorrer da última década, o EMI da Rede Federal tem sido favorecido por investimentos que promovem a sua funcionalidade. Essa conjuntura o tem transformado em uma referência de educação de qualidade para um determinado público. “Os últimos resultados apresentados pela Rede Federal, nos exames do PISA, mostram a situação privilegiada da Rede. No PISA de 2015, na área de ciências, a Rede Federal obteve desempenho de 517 pontos, o que foi superior aos obtidos pelos países membros da OCDE (493 pontos); e muito acima do que foi conseguido pela rede privada de ensino (487 pontos) e pela rede estadual (394 pontos) (ARAÚJO, SILVA, p.13, 2017)”.

Entretanto, essa visão de qualidade, tracejada em avaliação de exames dirigidos aos estudantes, apresenta suas limitações e não alcança a complexidade do percurso educativo. Em contrapartida, não é objetivo dos Institutos Federais preparar estudantes para exames, mas sim para a formação dos seres humanos, devolução social e qualidade de vida para os que se beneficiam da escola, dos seus profissionais, no que diz respeito ao que a escola está fazendo para a sociedade (ARAÚJO, SILVA, 2017).

2.6 Relação da evasão com o Produto Educacional

As pesquisas sobre a evasão apontam ser possível observar que, a despeito dos relevantes avanços legais e sociais de inclusão na EPT, a permanência e êxito dos estudantes ainda se constitui em um enorme problema a ser superado. As evasões demonstram que não é suficiente inserir a pessoa no sistema escolar. Incluir é o oposto de inserir. Para que se efetive a inclusão, se faz necessário oferecer condições a fim de que o estudante seja capaz de finalizar o seu percurso formativo.

Esse fenômeno ocorre mundialmente e deve-se procurar alternativas para dirimir o abandono escolar através de estudos e desenvolvimento de ações de âmbito local. Torna-se primordial um estudo específico da evasão com o intuito de identificar os fatores que ocasionaram o problema e elaborar políticas internas de superação da evasão. Poucas escolas já organizaram núcleos de estudos e combate à evasão, os quais acompanhem e ajudem os estudantes em situação de vulnerabilidade escolar. Fomentar o interesse para pesquisas de contexto local pode promover resultados positivos maiores que o problema em pauta.

O Produto Educacional, sistematizado a partir das reflexões teóricas e metodológicas, assimila as possibilidades e desafios da utilização de registros fotográficos institucionais como estratégia de enriquecimento da identidade estudantil no incentivo do olhar interdisciplinar relativo aos processos históricos da educação profissional e tecnológica. Ao mesmo tempo, orienta para ações em defesa da educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade.

O ProfEPT visa à consolidação do espaço de formação e pesquisa que promova o desenvolvimento dos processos de ensino da EPT em espaços formais e não formais, em um período de intensa coação face às políticas ultraliberais da atual conjuntura. Sendo assim, a elaboração do PE em forma de uma exposição fotográfica busca resgatar e manter viva a história da EPT em uma perspectiva de formação integral, tendo o trabalho como princípio educativo, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Tendo como premissa os mestrados profissionais em EPT dos Institutos Federais do Brasil, este trabalho reflete sobre a elaboração de produtos educacionais de aplicabilidade nos espaços educativos que compreendam o diálogo da EPT com as diversas linguagens e teorias alternativas de aprendizagens. A ideia central é de que o estudante seja protagonista do processo de seu itinerário formativo por meio da valorização da identidade estudantil da EPT. Nesse sentido, o PE passa a ser uma ferramenta de promoção da permanência e êxito, inibindo a saída prematura do educando do ambiente escolar, uma vez que a organização do trabalho pedagógico no EMI prima pelo compromisso de uma formação integrada, emancipatória e incluyente.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

A compreensão acerca das causas da evasão escolar expressa uma necessidade imposta pela realidade. A realidade tanto pode ser conhecida como modificada, pois existe uma relação dialética entre o ato de conhecer e o de transformar, uma vez que só pode ser transformado aquilo que se conhece (MERCADO *et al*, 2007).

Diniz (2015) afirma que o Brasil apresenta altos índices de evasão escolar, conforme o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Em 2012, o país apresentou o terceiro maior percentual de evasão escolar entre os 100 países que tem o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O percentual de desistência escolar chegou a 24,3%. E a situação se torna mais grave se confrontado com países latino-americanos, só perdendo para a Guatemala (35,2%) e a Nicarágua (51,6%), que têm altos índices de abandono. Finalmente, conforme esse órgão, 23,6% dos jovens entre 15 a 17 anos não frequentam a escola e 70,2% dos que desistiam dos estudos decidiam antes de chegar ao Ensino Médio no ano de 2011.

De acordo com o INEP (Brasil, 2011) a taxa nacional de abandono é maior na 1ª série do Ensino Médio: dos 782.944 alunos que evadiram desse nível de escolaridade em 2011, cerca de 402.000 cursavam o 1º ano (DINIZ, 2015).

Veiga (2016) revela em seus estudos que a pesquisa do censo escolar (2014) constata que, congregando todas as fases da educação básica (séries iniciais e ensino médio), mais de 1,3 milhão de crianças e adolescentes em todo o Brasil abandonaram a escola ao longo do ano letivo 2013.

Apesar de a educação não ter um papel determinante na transformação da sociedade, não se pode questionar a sua relevância no que se refere a insistir de forma sistemática e coerente uma estratégia de ruptura com a lógica de domínio do capital em todas as esferas da sociabilidade humana (MERCADO, *et al.*, 2007).

Em consonância com as pesquisas desenvolvidas sobre a temática da evasão escolar, pretende-se abordar as problematizações relacionadas a seguir:

- A evasão escolar nos Cursos Técnicos Integrados está associada ao contexto socioeconômico dos alunos?

- O Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas apresenta um plano de ação para conter a evasão?
- O Instituto Federal de Alagoas tem concentrado esforços para discutir a sistematização de um planejamento que viabilize estratégias para atender as necessidades da parcela de discentes fragilizados pelas más condições materiais, principalmente no que diz respeito à compreensão das concepções e princípios da educação integrada?
- O Instituto Federal de Alagoas tem um plano estratégico para receber os alunos oriundos das camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora, isto é, os originários das escolas da rede pública municipal e estadual de Alagoas?

Em conformidade com essas indagações, o estudo em tela aponta a seguinte hipótese:

O aprofundamento do conhecimento das razões do processo de evasão colabora para se desenvolverem estratégias capazes de sistematizar ações para responder a realidade a ser investigada.

3.1 Percentuais de evasão da rede federal e Institutos Federais e Cursos Integrados no Ifal – Campus Maceió nos anos de 2017, 2018 e 2019

Com a finalidade de compreendermos melhor o contexto da evasão na rede federal de ensino profissional, bem como no Ifal e, principalmente, no Curso Técnico Integrado de Eletrônica, foi realizada uma consulta na Plataforma Nilo Peçanha da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da SETEC/MEC referente aos percentuais de evasão na mencionada rede, no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e nos cursos de ensino médio integrado no Campus Maceió nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Analisando os índices de evasão da educação profissional nas dimensões nacional, regional e local, apresentados nos quadros 1 e 2, fica evidente o quanto foram penalizados muitos estudantes cuja formação profissional foi sustada,

provocando prejuízo não somente a si mesmos, como à família, à escola e à sociedade.

O abandono escolar, verificado no quadro 2, no Ifal – Campus Maceió nos cursos de ensino médio integrado traz, por certo, consequências para o discente, uma vez que não estudam e nem se qualificam para o mercado de trabalho, mantendo-os, portanto, sem condições de competir igualmente com a população que concluiu os seus estudos na idade prevista pela legislação. Além disso, é óbvio que se geram sentimentos de fracasso.

Quadro 1 – Dados da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica referente aos anos de 2017, 2018 e 2019

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA SETEC/MEC – DADOS DE EVASÃO 2017/2018/2019			
DADOS DE EVASÃO	PERCENTUAL/ ANO 2017	PERCENTUAL/ ANO 2018	PERCENTUAL/ ANO 2019
Dados Nacional da Rede	23,3%	18,6%	15,5%
Região Nordeste	20,2%	17,2%	14,3%
Estado de Alagoas (Ifal e Ufal)	19,1%	14,7%	13,9%
Ifal (Cursos Técnicos)	15,7%	13,8%	13,5%
Ifal – Campus Maceió (Cursos Técnicos)	3,6%	10,2%	5,9%
Ifal – Campus Maceió (Cursos Médio Integrado)	3,2%	9,4%	5,9%

Quadro 2 – Percentuais de evasão dos Cursos Médio Integrado ofertados no Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió nos anos de 2017, 2018 e 2019

PERCENTUAIS DE EVASÃO DOS CURSOS MÉDIO INTEGRADO OFERTADOS NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS MACEIÓ NOS ANOS 2017/2018/2019			
CURSOS MÉDIO INTEGRADO	PERCENTUAL/ANO 2017	PERCENTUAL/ANO 2018	PERCENTUAL/ANO 2019
Edificações	3,9%	8,1%	4,0%
Eletrônica	3,9%	8,7%	7,6%
Eletrotécnica	2,6%	8,2%	6,8%
Estradas	2,7%	4,9%	5,4%
Informática	5,2%	27,7%	14,1%
Informática para Internet	1,4%	3,0%	3,1%
Mecânica	4,0%	16,8%	8,0%
Química	1,6%	6,1%	3,7%

3.2 Dados da evasão nos Cursos Médios Integrados do Ifal – Campus Maceió segundo informação fornecida pela Coordenação de Registros Acadêmicos

A fim de ampliarmos as informações sobre os dados referentes à evasão dos estudantes nos Cursos Médios Integrados do Ifal – Campus Maceió, especialmente no Curso Médio Integrado de Eletrônica, formalizamos no dia 14/09/2021 a solicitação à Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do quantitativo de matriculados, repetentes e desistentes. A CRA não adota a nomenclatura evasão para o público que desertou da instituição, mas emprega as terminologias desistentes e cancelados. Desistentes são estudantes que oficializaram seu desligamento da instituição. Já os cancelados são os que não formalizaram a desvinculação, mas foram desassociados pelo próprio instituto.

Consideramos também relevante, para compreensão da evasão no Ifal Maceió, um documento dos arquivos da Coordenação do Curso de Eletrônica, o qual

faz menção a uma pauta de reunião da Diretoria de Ensino (DE) de Maceió nas reuniões pedagógicas da semana de 20 a 24/05/2019. Nesse documento, a DE estabeleceu o objetivo do trabalho, em 2019, e metas para alcançá-lo. O objetivo refere-se à redução das altas taxas de evasão, desistência e reprovação, consequência de vários fatores: dificuldades de aprendizagem, proposta pedagógica da escola, tipo de metodologia empregada nas mais diversas áreas do conhecimento, falta de investimento em tecnologias, adoção de práticas que privilegiam o produto da aprendizagem em vez do processo, dificuldades financeiras, dentre outros. E ainda estabeleceu como metas o investimento na qualidade de ensino, o acompanhamento de frequência dos estudantes nas salas de aulas e o fortalecimento do trabalho em equipe.

Quadro 3 – Dados de matriculados e repetentes dos Cursos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió no durante os anos de 2015 a 2019

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS MACEIÓ QUANTITATIVO E PERCENTUAIS DE MATRICULADOS E REPETENTES NOS CURSOS INTEGRADOS DURANTE OS ANOS DE 2015 A 2019			
CURSOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO	MATRICULADOS 2015 A 2019	REPETENTES 2015 A 2019	PERCENTUAL 2015 A 2019
MECÂNICA	1.408	163	11,6%
EDIFICAÇÕES	1.640	150	9,1%
ELETRÔNICA	1.603	200	12,5%
INFORMÁTICA	438	14	3,2%
ELETROTÉCNICA	1.641	108	6,6%
QUÍMICA	1.591	97	6,1%
INFORMÁTICA PARA INTERNET	815	81	9,9%
ESTRADAS	924	115	12,4%

Quadro 4 – Dados de matriculados e desistentes dos Cursos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió durante os anos de 2015 a 2019

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS MACEIÓ QUANTITATIVO E PERCENTUAIS DE MATRICULADOS E DESISTENTES NOS CURSOS INTEGRADOS DURANTE OS ANOS DE 2015 A 2019			
CURSOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO	MATRICULADOS 2015 A 2019	DESISTENTES 2015 A 2019	PERCENTUAL 2015 A 2019
MECÂNICA	1.408	237	16,8%
EDIFICAÇÕES	1.640	256	15,6%
ELETRÔNICA	1.603	312	19%
INFORMÁTICA	438	154	35,2%
ELETROTÉCNICA	1.641	250	15%
QUÍMICA	1.591	158	9,9%
INFORMÁTICA PARA INTERNET	815	24	3%
ESTRADAS	924	77	8,3%

Quadro 5 – Dados de matriculados e repetentes dos cursos integrados ao ensino médio ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió no ano de 2019

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS/CAMPUS MACEIÓ			
CURSOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO	MATRICULADO	REPETENTE	PERCENTUAL
	2019	2019	2019
MECÂNICA	282	52	18,4%
EDIFICAÇÕES	414	58	14,0%
ELETRÔNICA	409	82	20,0%
INFORMÁTICA	16	7	43,8%
ELETROTÉCNICA	393	63	16,0%
QUÍMICA	374	41	11,0%
INFORMÁTICA PARA INTERNET	308	34	11,0%
ESTRADAS	302	46	15,2%

Quadro 6 – Dados de matriculados e desistentes dos Cursos Integrados Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió no ano letivo de 2019

INSTITUTO FEDERAL DE ALGOAS/ CAMPUS MACEIÓ			
CURSOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO	MATRICULADO 2019	DESISTENTE 2019	PERCENTUAL DE DESISTENTE 2019
MECÂNICA	282	3	1,1%
EDIFICAÇÕES	414	4	1,0%
ELETRÔNICA	409	2	0,5%
INFORMÁTICA	16		0,0%
ELETROTÉCNICA	393	3	0,8%
QUÍMICA	374	3	0,8%
INFORMÁTICA PARA INTERNET	308	4	1,3%
ESTRADAS	302	1	0,3%

Conforme se observa nos quadros 5 e 6, os dados fornecidos pela CRA apresentam certas discrepâncias nas informações de repetentes e desistentes no ano de 2019, no curso de Eletrônica, isto é, 20% de repetência e apenas 0,5% de desistência. Lira (2015), em uma pesquisa realizada no âmbito do Curso Superior de Design do Ifal – Campus Maceió, assinalou a necessidade de aprofundar os estudos na esfera do curso para estruturação de dados de forma institucional, uma vez que existem três sistemas no Ifal, Coordenação do Curso, Pró-reitora de Ensino, DTI/CORE, os quais apresentam distinção nos dados quantitativos dos estudantes e que necessitam ser clarificados. Não é demais destacar que esta pesquisa enfrentou muitos obstáculos para obtenção dos dados, decorrente dessa conjuntura de pandemia. Era necessário acesso aos registros das cadernetas dos professores, algo que não foi possível pelo motivo já apontado, a fim de nos aproximarmos de forma mais objetiva do nosso problema de estudo. Dessa maneira, esta pesquisa documental exige um aprofundamento no acesso a outras fontes de informações.

Outro aspecto que requer certa cautela está relacionado ao SIGAA, sistema utilizado pelo Ifal e algumas universidades na computação de dados, no qual já foi verificado que não responde de forma eficaz a inclusão de dados referentes aos cursos distintos com os ofertados nos Institutos Federais: Técnico Integrado, Técnico Subsequente, Licenciaturas, Graduações, Bacharelados, Pós-graduação, EAD e PROEJA (LIRA et al 2015).

Essa realidade foi detectada e ratificada em alguns documentos arquivados na Coordenação do Curso de Eletrônica, os quais relatavam informações contraditórias com as expostas no SIGAA. Documentos de pautas de reuniões da Diretoria de Ensino do Campus Maceió referentes aos anos de 2017 a 2019, tais como as reuniões dos dias 31/10/2017, 14/11/2017, 07/03/2018, 27/03/2018 e 04/06/2019, fazem referência a regularização de problemas e inconsistências apresentados pelo Sistema SIGAA do Ifal.

4 METODOLOGIA

A metodologia retrata o percurso que o investigador palmilhou para atingir o conhecimento de uma determinada realidade que em momento anterior planejou pesquisar. Assim, os métodos viabilizados pela ciência visam alcançar esse conhecimento. É fundamental que o pesquisador seja aquele que se apropria da postura de um permanente indagador na busca do desconhecido, posicionando-se como o autor, criador e produtor desse conhecimento (ARAÚJO, 2013).

O Conhecimento sistematizado atende a uma gama de situações referentes ao cotidiano. Sendo assim, a postura e atividade criativa do estudioso articulado com seu tempo histórico possibilitam, através da pesquisa, interferir efetivamente nas suas experiências profissionais e beneficiar e enriquecer as práticas de outros profissionais.

4.1 Tipo de Pesquisa

O estudo da temática em questão segue o padrão de pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. Bem como da relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos da pesquisa (PEREIRA et al, 2018).

A pesquisa de cunho qualitativo tem sido amplamente usada no campo da Psicologia e da Educação. Ela se caracteriza pelos seguintes aspectos: destaque na interpretação do objeto, realce no contexto do objeto pesquisado, familiaridade do pesquisador em relação aos fenômenos investigados, utilização de várias fontes de dados. Também considera a tendência interativa entre os objetivos investigados pelos pesquisadores, seus referenciais teóricos e seus dados empíricos e contesta a ideia que justifica um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHAR, SILVEIRA, 2009).

A pesquisa também se caracteriza por uma análise quantitativa, pois apresenta perguntas fechadas, onde os pesquisados escolham a resposta mais adequada entre as citadas nas opções (CARDOSO, 2012).

No campo epistemológico, o método da pesquisa será do tipo pesquisa-ação, considerando que a estrutura tem dois objetivos importantes: a transformação da

realidade e a produção de conhecimento (TANAJURA, BEZERRA, 2015 P.11). “A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para efetivar mudanças nas suas práticas educativas e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (...) (TRIPP, 2005, p.445)”. Sendo assim, torna-se fundamental frisar que o objetivo da investigação não reivindica mudanças profundas, mas entende que estas são gradativas. “Tais mudanças são necessariamente limitadas (...). Isso porque o sistema social nunca é alterado para sempre, pois as modificações ocorrem na consciência de algumas pessoas, o que pode gerar confusão a respeito do real alcance da pesquisa-ação quando é aplicada em campos de pequena ou média dimensão (TANAJURA, BEZERRA, 2015, P.14)”. Em vista disso, para efetivar essa orientação, a formação desses profissionais necessita priorizar a articulação entre pesquisa e prática pedagógica.

André (2017) reconhece os importantes contributos de David Tripp, principalmente no que concerne à questão de situar historicamente a pesquisa-ação e seus substanciais segmentos. A pesquisa-ação, segundo Tripp, consiste em “toda tentativa sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”. Ainda argumenta teses referentes aos posicionamentos metodológicos da pesquisa-ação, tais como: a necessidade de controle e organização do conhecimento, a função da reflexão, a responsabilidade com a participação e a ética.

4.2 Itinerário da coletade dados para compreender a evasão no Curso Técnico Integrado de Eletrônica no Ifal – Campus Maceió e a elaboração do Produto Educacional

Inicialmente, o projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, conforme prescreve a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado pelo Parecer nº 4.506.435. Em seguida foi encaminhado ofício para a Direção-geral do Ifal – Campus Maceió, localizado na Avenida do Ferroviário, 530, Centro, Maceió/AL, CEP 57020-600, para autorização do estudo. Esse ofício foi aprovado, conforme consta no Termo de Autorização da Instituição.

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), centra-se na formação de profissionais da educação básica, planejado em disciplinas e atividades. A finalidade é promover aos mestrandos oportunidade de reflexão crítica relativa à sua atuação profissional e investigação sobre sua prática, considerando que o itinerário do Mestrado Profissional em Educação demanda a articulação entre metodologia, conhecimento e atuação profissional, com o objetivo de resolução de problemas reais. Por isso a necessidade de elaborar um produto educacional (SILVA, SOUZA, 2018). Conseqüentemente, conforme Ribeiro (2005, p. 15), no Mestrado Profissional, deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo primordial consiste em formar alguém que “saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor à sua atividade”.

Finalmente, o que se intenciona é que o egresso do Mestrado Profissional compreenda o valor da pesquisa em seu campo profissional e seja capaz de integrá-la na sua prática de trabalho, ou seja, formar o pesquisador prático e o sujeito autônomo. Ademais, “desenvolver a disposição para a pesquisa (...). Isso vai implicar no aprendizado da problematização, da argumentação, da revisão bibliográfica, da produção e análise de dados, assim como a sistematização e o relato do caminho percorrido (ANDRE, 2017, p. 828)”.

Sendo assim, para a elaboração do Produto Educacional e também para compreensão da problemática da evasão no Curso Integrado de Eletrônica, efetuamos a coleta de dados através de questionários com perguntas fechadas e abertas. Por conta do cenário de pandemia persistir até a presente data, utilizamos o *Google Forms* para o envio dos questionários aos discentes ativos, egressos evadidos do curso técnico de eletrônica, professores da formação geral e da formação técnica que ministram aulas no curso em pauta e gestores ligados diretamente às ações alusivas ao ensino e aprendizagem do Ifal – Campus Maceió (coordenação do Curso de Eletrônica, coordenação pedagógica, coordenação da Formação Geral e Técnica, diretor de Ensino e Direção-geral).

O Curso Técnico Integrado de Eletrônica atualmente é composto por 395 estudantes matriculados, segundo dados fornecidos pela atual coordenação de curso (em setembro de 2021 ocorreu mudança de coordenador). O coordenador durante o início do período da pesquisa diagnóstica informou, através do Sistema

Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) do Ifal, o quantitativo de 409 estudantes matriculados. O mesmo apresenta 86 professores, sendo 73 professores da formação geral e 13 da formação técnica que ministram aulas em eletrônica, além de dois técnicos administrativos, um técnico em assuntos educacionais e um técnico de laboratório específico do curso, lotados na coordenação de Eletrônica do próprio Instituto Federal de Alagoas. A informação de 395 discentes foi comunicada pelo atual coordenador, o qual assumiu a coordenação no dia 02 de setembro de 2021. O coordenador anterior informou verbalmente que essa distinção de informação pode estar relacionada a pedidos de trancamento e cancelamento.

Na tentativa de entender a problemática da evasão no âmbito do Curso Técnico Integrado de Eletrônica Ifal – Campus Maceió, realizamos uma pesquisa diagnóstica nos meses de dezembro/2020 a janeiro/2021. Considerando o cenário da pandemia da Covid-19, os questionários foram enviados por e-mails, utilizando o formulário do *Google Forms*, entre os meses de dezembro/2020 a janeiro/2021, a 66 professores dos 86 informados, oito gestores diretamente ligados ao ensino e 194 discentes. Em virtude das dificuldades vivenciadas nesses quase dois anos de pandemia, atingimos tão somente 194 alunos dos 402 matriculados. Eles receberam os questionários através dos representantes de turma que compõem um grupo de WhatsApp, os quais tiveram acesso pelo envio do link pela coordenação do Curso de Eletrônica. Desse montante de pessoas informadas, obtivemos as respostas de sete professores, um gestor e 33 alunos. No dia 09/11/2021, de posse da relação dos 347 estudantes evadidos do curso de eletrônica (desde a implantação em 2005 da modalidade integrada de nível médio até a vigência), que tiveram suas matrículas canceladas por abandono, isto é, sem formalizar a desvinculação à Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA) do Ifal – Campus Maceió, foram enviados os questionários para investigação da evasão escolar. Porém, dessa lista de 347 evadidos, 101 informaram seus e-mails, e desses 101 e-mails, 90 estavam válidos. E desses 90 e-mails válidos enviados, dois egressos evadidos responderam ao questionário.

Atentando, mais uma vez, para o contexto pandêmico, dos 402 estudantes matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica, 194 alunos tiveram acesso ao formulário pelo *Google Forms*, ou seja, eles eram integrantes de duas turmas de 1º anos (311A e 321A), três turmas de 2º anos (312A, 322A e 322B) e uma turma de

3º ano. Apesar de o curso ofertar na antiga matriz curricular o 4º ano, não obtivemos respostas desses discentes.

A proposta do nosso Produto Educacional será sistematizar uma exposição fotográfica sobre as identidades e saberes estudantis, bem como sobre a história do Curso Técnico de Eletrônica. Essa proposição está classificada na tipologia atividade de extensão, conforme reconhece oficialmente a área de ensino da Capes para mestrados profissionais. Esse material favorece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, atividades indissociáveis, que possibilitam a formação integrada, humana e cidadã.

“Por falta de orientação, perspectiva de futuro e, em alguns casos, por necessidade, vários jovens abandonam a formação escolar, ingressando precocemente no mundo do trabalho, quase sempre em condições de subemprego, com prejuízos para o seu desenvolvimento e o crescimento do Brasil (Guia de Profissões, 2014, p.9).” Com a finalidade de contribuir com a permanência do discente no curso médio integrado à Eletrônica até a conclusão do seu itinerário formativo, disseminando a história do curso através da fotografia, a importância do mesmo no contexto laboral atual, as experiências e saberes produzidos no âmbito do curso em pauta, e as vicissitudes vivenciadas no dia a dia, propomos a sistematização de uma exposição fotográfica como Produto Educacional.

Ainda utilizamos duas rodas de conversa nas salas virtuais do *Google Meet*, nos meses de novembro e dezembro de 2021. No contexto da pesquisa narrativa, se expressa como uma maneira de produzir dados, onde o pesquisador inclui-se como sujeito da investigação, pela colaboração na conversa, e, simultaneamente, fornece dados para o debate. Na realidade, é uma ferramenta que oportuniza a partilha de vivências e o amadurecimento de reflexões sobre as atividades educativas dos sujeitos, em uma dinâmica mediada pelo diálogo com os pares, por meio das conversas internas e no silêncio observador e introspectivo (MOURA, LIMA; 2014).

A fim de realizar e sistematizar as rodas de conversas, objetivando a coleta de dados sobre a evasão e opinião dos estudantes sobre a montagem da exposição fotográfica, foram realizados vários contatos através de e-mails e pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, com gestores da área de ensino a partir do mês de setembro/2021. Porém, não logramos êxito nessa ação, uma vez que estavam concentrados na concretização do plano de retorno gradativo das aulas práticas

presenciais. Por isso, imediatamente, decidimos localizar os e-mails institucionais dos 395 discentes ativos no tempo presente, conforme relação fornecida pelo atual coordenador (ocorreu mudança de Coordenador no dia 2 de setembro de 2021), para marcar finalmente as rodas de conversas na última semana do mês de novembro/2021 nas salas virtuais do *Google Meet*. Dos 395 e-mails dos alunos ativos, apenas 344 estavam válidos, e 51 e-mails, inválidos.

Marcamos dois encontros pela sala virtual do *Google Meet*, convidando 200 discentes através dos e-mails institucionais. No primeiro encontro, ocorrido no dia 25/11/2021, às 17h, foram convidados 100 discentes, tendo comparecido 10. Outros 100 foram convidados para o segundo encontro, no dia 01/12/2021 às 16h, comparecendo três estudantes. É possível que o quantitativo reduzido de participação dos estudantes nos encontros esteja relacionado ao não envolvimento dos gestores na organização do evento, uma vez que alguns estudantes nos abordaram, por e-mail, buscando informações sobre o objetivo das reuniões.

O objetivo dos encontros foi apresentar o ProfEPT e seus objetivos, o significado de um Produto Educacional, a temática da pesquisa e o nosso Produto Educacional (exposição fotográfica). Ao mesmo tempo, também teve a finalidade de escutar a opinião dos estudantes sobre o assunto, e colher sugestões para montagem da exposição fotográfica, uma vez que o nosso objetivo está firmado na construção coletiva da exposição fotográfica. Nesses encontros, ficou acordado que os participantes nos enviariam as sugestões, fotos de suas experiências (aulas teóricas e práticas, pesquisas, visitas técnicas, experimentos, estágios e outros) no curso de eletrônica para elaboração coletiva da exposição fotográfica.

Com a mesma intenção de coletar dados para fundamentar a pesquisa e a elaboração do PE, reelaboramos novos questionários, pelo *Google Forms*, com perguntas fechadas e abertas, para os discentes ativos e discentes egressos por cancelamento, os quais foram enviados por e-mails, no dia 09/11/2021 para 97 estudantes cancelados, dos quais dois responderam. E, no dia 19/11/2021, para 344 estudantes ativos, sendo que 11 responderam.

Convém destacar que pedimos à Coordenação de Registros Acadêmicos do Ifal – Campus Maceió a relação dos egressos evadidos. A coordenação nos forneceu uma relação de 347 estudantes que, formalmente, solicitaram o cancelamento do Curso Técnico Integrado de Eletrônica. Porém, desses 347, apenas 101 informaram

seus e-mails. Ressaltamos também que esse quantitativo poderá ser maior, uma vez que o sistema continua sendo alimentado pela CRA, conforme novos dados que nos foram informados neste ano de 2022. Estes 347 cancelamentos são do Curso Técnico Integrado de Eletrônica, implantado no ano de 2005 no Ifal – Campus Maceió, sendo ofertado até o tempo vigente.

Na abordagem a todos os participantes desta pesquisa, através dos questionários e das rodas de conversa, tivemos o cuidado de iniciar com as questões mais simples até chegar às mais complexas. Uma vez que se recomenda atenção para as questões psicológicas durante a dinâmica do roteiro das perguntas, sendo prudente não saltar abruptamente entre as perguntas, aprofundando-se paulatinamente no assunto, evitando-se que questões complexas e de maior envolvimento pessoal sejam introduzidas precocemente, acarretando o bloqueio para responder as respostas posteriores (LÜDKE, ANDRÉ, 1986).

Também tivemos a cautela de comunicar a todos os colaboradores os propósitos da investigação e o respeito de manter o sigilo dos informantes. Visto que se torna fundamental que o entrevistado seja devidamente informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações cedidas serão empregadas especificamente com o intuito de pesquisa, considerando o sigilo referente aos informantes. É a anuência, para, a partir dessa confiança, responder às questões (LÜDKE, ANDRÉ, 1986).

4.3 Critérios adotados para pesquisar a evasão no Curso Técnico Integrado de Eletrônica no Ifal – Campus Maceió

- Por ser o meu local de trabalho. Estou lotada na Coordenação do Curso de Eletrônica há aproximadamente oito anos.
- Por ser um dos cursos de modalidade integrada de nível médio que apresenta maior índice de evasão, conforme pesquisa realizada na Plataforma Nilo Peçanha e dados fornecidos pela CRA do Ifal – Campus Maceió.

4.4 Critérios adotados para seleção dos sujeitos da pesquisa

- Estudantes matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió.
- Egressos evadidos do Curso Técnico Integrado de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió.
- Professores da formação geral e técnica que ministram aulas no Curso Técnico de Eletrônica Ifal – Campus Maceió.
- Gestores diretamente ligados aos processos de ensino e aprendizagem do Ifal – Campus Maceió.
-

4.5 Local e população da pesquisa

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica é ofertado no mais antigo Campus do Ifal, com 112 anos de existência, localizado na Avenida do Ferroviário, 530, Centro, CEP 57020-600, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas:

O IFAL - Campus Maceió, está localizado na capital do Estado, que se situa na parte central da faixa litorânea e é inserida na mesorregião do Leste e microrregião que leva o seu nome. Este município limita-se: ao norte, com os municípios de Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Flexeiras e Messias; ao sul, com o município de Marechal Deodoro e Oceano Atlântico; a oeste, faz fronteira com Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco; ao leste, com o Oceano Atlântico. Com cerca de 1.018.948 habitantes e um PIB de R\$ 21.306.115.950, segundo dados estimados do IBGE/2019, Maceió atualmente vive um intenso crescimento econômico e de infraestrutura, é uma cidade com grande vocação turística, que ajuda a impulsionar o crescente mercado da construção civil. Seu setor diversificado industrial é composto de indústrias químicas, açucareiras e de álcool, de cimento e alimentícias. Possui agricultura, pecuária e extração de gás natural e petróleo (PPC de Eletrônica; 2019).

O Curso de Eletrônica atualmente é composto por 395 estudantes, segundo dados fornecidos pela atual Coordenação de Curso (em setembro de 2021 ocorreu mudança de coordenador). O coordenador durante o início do período da pesquisa

diagnóstica informou, através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) do Ifal, o quantitativo de 409 estudantes, 86 professores, sendo 73 da formação geral e 13 da formação técnica, além de dois técnicos administrativos, um técnico em assuntos educacionais e um técnico em laboratório específico do curso, do próprio Instituto Federal de Alagoas, os quais são integrantes do curso em questão. A informação de 395 discentes foi comunicada pelo atual coordenador, o qual assumiu a coordenação no dia 02 de setembro de 2021. Ao consultar verbalmente o antigo coordenador a respeito das diferenças de informações concernentes ao quantitativo de estudantes, ele supõe que se devam a ocorrência de pedidos de trancamento, cancelamento ou desistência. Em outra conversa informal com um professor da área técnica de eletrônica, em seus registros de caderneta, só em uma turma ele constatou sete discentes que não estão frequentando regularmente o curso do ano letivo de 2021.

4.6 Instrumentos de Coleta

- Documental
- Questionário
- Rodas de conversa

Na pesquisa documental, utilizamos documentos de fácil acesso: informações da Plataforma Brasil, dados da CRA do Ifal Maceió, o PDI do Ifal, o Plano de Curso de Eletrônica Ifal Maceió, além de atas, memorandos, e-mails e matriz curricular. A coleta de dados foi reunida nos documentos que, posteriormente, foram descritos, transcritos e ordenados conforme a pertinência e adaptados às necessidades desta pesquisa.

A seleção do público selecionado para ser interrogado teve como critério o vínculo imediato com o processo de ensino e a aprendizagem. Para entender a realidade da evasão no curso médio integrado de eletrônica do IFAL Maceió, foi considerado mais adequado interpelar os próprios discentes matriculados e os discentes evadidos, os professores e os gestores diretamente ligados ao ensino do curso estudado. Por isso, a amostra dessa população foi considerada representativa

da problemática e forneceu uma imagem aproximada do contexto analisado, diminuindo a possibilidade de erros da amostragem. Em função disso, empregamos a técnica da amostra probabilista, da qual a população do ensino médio integrado do curso de eletrônica teve a oportunidade de participar.

Nas rodas de conversa, utilizamos a técnica de amostra de voluntários, fazendo um convite aos discentes que aceitassem participar da pesquisa.

5 BREVE REFLEXÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E EM ALAGOAS

5.1 A Educação Básica no contexto de construção específica do capitalismo no Brasil

O século XXI apresenta um saldo negativo em todos os níveis de ensino, que ressalta a dívida quantitativa e qualitativa do Estado no dever constitucional de assegurar a todos uma educação pública, gratuita e de qualidade. Contudo, os problemas acentuam-se no ensino médio, onde um importante percentual de jovens é obrigado a concluí-lo em condições precárias, sendo, portanto, impedidos de exercerem o direito à cidadania plena.

Como afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, educação não é um fenômeno isolado do conjunto das práticas sociais; para compreendê-la se faz necessário inseri-la no contexto específico de construção histórica do capitalismo no Brasil. A desigualdade educacional remete à particularidade da desigualdade social na formação capitalista brasileira.

Conforme Frigotto (2005), a análise de Florestan Fernandes, 1975 e 1981, afirma que, na estrutura capitalista do Brasil, as crises conjunturais das frações da burguesia são superadas pela rearticulação do poder, numa estratégia de acordo de interesses entre o arcaico e o moderno. Desse modo, os setores do atraso, do tradicional e do arcaico não se opõem ao moderno e desenvolvido, mas harmonizam-se, fortalecendo a forma específica do capitalismo dependente e subalterno do país na divisão internacional do trabalho.

A conciliação, para Frigotto (2005), favoreceu a elevada acumulação capitalista, o patrimonialismo e a concentração de propriedade e de renda, engendrando uma estrutura social das mais desiguais do mundo. É nessa conjuntura que a dualidade estrutural da educação no país será gestada e consolidada. São dois projetos pedagógicos distintos, onde fica clara a trajetória educacional dos que irão desempenhar as funções intelectuais e dos que exercerão as funções instrumentais. Isto é, uma escola acadêmica para os grupos dirigentes, e

uma escola simples para os pobres, atendendo, dessa forma, a divisão social e técnica do trabalho que se mantém intocável no interior dessa sociedade.

O acirramento do modelo de modernização e desenvolvimento conservador ocorreu durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso a fim de atender as exigências do processo econômico de desregulamentação, flexibilização e privatização, intensificando, assim, o processo de subordinação ao grande capital (FRIGOTTO, 2005).

As reformas da educação profissional ditadas pelo Decreto nº 2.208/97, refletem as contradições acima citadas, e, ao mesmo tempo, ratificam a histórica dicotomia entre a formação geral e a qualificação específica, ou seja, o retorno do paradoxo entre teoria e prática. Os cursos técnicos ministrados pelos Centros Federais foram desvinculados do Ensino Médio, numa clara disposição de deslegitimar a escolarização da oferta da Educação Profissional.

5.2 Antecedentes históricos da educação escolarizada e a dinâmica específica do processo de ensino no Brasil

A dinâmica educativa está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento da formação da sociedade. O homem, para garantir a produção e reprodução de sua existência, não o faz de forma solitária, mas depende da cooperação de outros homens. Estabelecem-se, assim, determinadas relações sociais. Essa necessidade de o homem viver em grupo para assegurar a sua existência é desenvolvida pela mediação da educação. Nessa dinâmica, serão criados formas e conteúdos confirmados pela experiência, o que se constitui numa verdadeira aprendizagem. Assim é que os elementos corroborados pela experiência serão transmitidos às novas gerações, a fim de garantir a conservação da espécie.

Nos termos acima expostos, a educação desenvolveu-se no interior das sociedades comunais, em concordância com a apropriação coletiva dos bens materiais. Porém, quando as sociedades escravocratas e feudais passaram a produzir a partir da propriedade privada da terra, foram criadas as bases para o surgimento de uma classe ociosa, de modo que isso permitiu o desenvolvimento de

uma educação diferenciada. Uma educação que servia para a referida classe preencher o seu tempo livre.

Com o advento da sociedade burguesa, a educação escolar passará a ter um novo significado. A burguesia, apesar de ser detentora da propriedade dos meios de produção adquirida pela expropriação dos trabalhadores, não será considerada uma classe ociosa, como os senhores feudais. Diversamente, é uma classe dinâmica impulsionada a inovar permanentemente as relações de produção de toda a sociedade. Essa classe converterá todo produto do trabalho em valor de troca onde a mais-valia inserida ao capital se multiplicará inexoravelmente. No interior dessa realidade, o campo estará subordinado à cidade e a agricultura à indústria. E a ciência do valor espiritual se converterá em valor material.

A generalização da dominação do campo e da agricultura à cidade e à indústria exigirá a generalização da escola. Nesse processo, o “direito natural” dará lugar ao “direito positivo” (SAVIANI, 2000, pp. 2, 3), cujo caráter convencional, formal e sistemático se expressará em termos escritos. Portanto, para participar ativamente da vida urbana será imprescindível o domínio da escrita.

Diante do exposto, ser cidadão burguês ou trabalhador produtivo implica inserir-se na cultura letrada. Considerando o caráter formal e sistemático dessa cultura, a mesma só será assimilada mediante o processo educativo de caráter sistemático. A instituição escolar será o espaço por excelência dessa sistematização, propiciando o acesso a essa cultura letrada reclamada pela sociedade capitalista.

Portanto, a principal forma de educação será a educação escolarizada. Apesar de a educação informal não ter sido suprimida, perdeu a sua importância ante o domínio da escolarização da educação. A escola passa a ser a forma mais avançada de educação. Por isso mesmo é que, através da escola, aprende-se o processo educativo.

Nessa linha de raciocínio é que a educação na modernidade se transformará em assunto público, pressionando o Estado a assumir o dever de prover a universalização do sistema escolar.

O século XVIII será marcado pela filosofia iluminista de visão laica do mundo, será também caracterizado pelo aparecimento da “escola pública estatal” Saviani (2000, p. 3). O auge desse século será a Revolução Francesa, quando se amplia a luta pela escola pública, universal, gratuita, obrigatória e laica, impondo explicitamente o dever do Estado de prover a educação.

A consolidação dos estados nacionais no século XIX fortalecerá o movimento de reivindicação da “escola pública nacional e democrática”. É nesse século, portanto, que se travará a luta pela democratização da educação, tanto quantitativamente através da universalização da escola fundamental, quanto qualitativamente com a difusão da renovação pedagógica.

A inclusão da história do Brasil na suposta Civilização Ocidental, esboçada acima, ocorrerá no século XVI, no período de surgimento e desenvolvimento da escola pública. A nossa primeira versão de educação pública religiosa, apoiada e mantida pela coroa portuguesa, abrangeu o período de organização do ensino pelos padres jesuítas. Tal educação estava centrada nas chamadas humanidades, voltada para formação das elites, ministrada nos seminários e colégios dos principais povoados.

Os jesuítas foram expulsos no século XVIII, pelo Marquês de Pombal, que tentou implantar a primeira educação pública estatal, fundamentada nos princípios filosóficos iluministas. Por diversos fatores este empreendimento fracassou. Entre estes fatores destacam-se: a escassez de mestres formados com base nos princípios iluministas, a insuficiência de recursos, visto que a colônia não contava com uma estrutura arrecadadora; e por fim o receio da influência dessas ideias nos anseios e movimentos revolucionários de ruptura do sistema colonial (SAVIANI, 2000).

O processo de independência e a instauração do regime monárquico denominado de império do Brasil não alteraram quase nada o cenário da educação, visto que todas as tentativas legais de estabelecer um plano nacional de educação popular não lograram êxito, permanecendo letra morta.

A emergência da industrialização e a crescente urbanização, bem como as pressões sociais da década de 20 do século XX pressionaram o enfrentamento do

problema do analfabetismo, considerado neste momento uma vergonha nacional. Assim, diversas lutas foram empreendidas no sentido de expandir a oferta pública do ensino nos Estados da Federação. Como também surge nesse período o debate sobre a qualidade do ensino, porém, o Estado nacional permanece distante desses embates (SAVIANI, 2000).

É só após a Revolução de 1930, porém, que o Estado brasileiro resolve enfrentar as questões inerentes da sociedade burguesa, entre elas a instrução pública popular. Nesse período é criado o Ministério da Educação e Saúde: “A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional” (SAVIANI, 2000, p.6).

Dessa forma, durante as décadas de 1930 a 40, nos ministérios, respectivamente de Francisco Campos e Gustavo Capanema, formular-se-á um corpo legal destinado à construção de um sistema de educação nacional. Entre os anos de 1942 a 1946 foi aprovado um conjunto de reformas chamadas de Leis Orgânicas do Ensino, visando organizar nacionalmente a educação (SAVIANI, 2000).

Portanto, somente com a Constituição de 1946, ao determinar à União a tarefa de fixar diretrizes e bases para a educação nacional, abriu-se a possibilidade de implantar um sistema nacional de educação com vistas à universalização da educação básica. É neste contexto, precisamente em 1947, que se iniciam as discussões da nossa primeira lei de diretrizes e bases da educação.

Após 13 anos de intenso debate com a sociedade, é promulgada a LDB nº 4024/61. Todavia, apresentava significativas limitações no que dizia respeito à democratização do acesso ao Ensino Fundamental. Dessa forma, é que a exigência de apresentar “comprovação de estado de pobreza do pai ou responsável e a insuficiência de escolas (SAVIANI, 2000, p. 6)”, era, entre outros, motivos para isentar o Estado de sua responsabilidade de criar mecanismos para cumprir o dever de suprir o acesso de todos à educação.

Portanto, diante desse esboço, está explícito no processo histórico da construção do ensino brasileiro a dificuldade de universalizar a educação básica, não a transformando em assunto público de discussão própria do Estado. Esse

fenômeno de esquivamento do Estado em relação à educação reflete as contradições específicas do capitalismo brasileiro (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005), que se revela na relação dialética entre o atrasado e o desenvolvido na estrutura de relações políticas, econômicas e culturais da nossa sociedade. Essa situação acarreta também perversas desigualdades no processo de formação dos intelectuais que serão inseridos na “divisão social e técnica do trabalho” (KUENZER, 2001, p. 32), conforme sua condição de classe.

É no processo produtivo que as classes sociais se originam, bem como suas necessidades e diferenças. Essas classes formam seus intelectuais, que serão responsáveis pela sua consciência e função nas esferas econômica, política e social. A proposta pedagógica, portanto, será definida pela escola, determinada pelas demandas de cada grupo, bem como pelas funções que cada um desempenhará na divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2001).

Por isso, entender a educação no seu sentido mais amplo implica assimilar as diversas formas educativas que ocorrem nas relações sociais. De modo que para formar o cidadão político e produtivo é necessário considerar que cada sociedade, em cada época, tem seus mecanismos próprios para educar seus intelectuais. Gramsci chama esses mecanismos próprios de “princípio educativo” (KUENZER, 2001, p. 32).

5.3 A dualidade estrutural entre o Ensino Médio e a Educação Profissional

Para o entendimento do caráter intermediário do ensino médio, última etapa da educação básica, é imprescindível a apropriação do princípio educativo que o fundamenta. O princípio educativo determinado pelo estágio das forças produtivas deverá enfrentar adequadamente as tensões entre educação geral e educação específica, visando à síntese possível das determinações socioeconômicas e políticas.

A história do Ensino Médio no Brasil tem enfrentado essas tensões. Sua síntese se estabelece na dualidade estrutural. O início dessa história se dará com as propostas pedagógicas da década de 40 do século passado.

A reforma Capanema de 1942, com a aprovação das leis orgânicas, instituiu os cursos médios de 2º ciclo, divididos em duas vertentes, denominadas de científico e clássico, com duração de três anos, de caráter propedêutico, ou seja, preparar os estudantes para o ingresso no nível superior (KUENZER, 2001). Este ensino pelo seu conteúdo e por seu caráter preparatório para o superior objetivava formar os dirigentes, conforme está explícito na exposição de motivos do anteprojeto da reforma (CUNHA, 2005).

“O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (CUNHA, 2005, p.41)”.

Dessa forma, os ramos profissionalizantes do ensino médio tinham objetivo de qualificar uma força de trabalho específica para os setores produtivos e a burocracia. Apesar de a lei orgânica industrial deslocar todo ensino profissionalizante para o grau médio, o acesso ao nível superior dos egressos do profissionalizante era muito restrito, tendo em vista que os mesmos só poderiam se candidatar apenas aos cursos relacionados à especificidade técnica concluída. Exemplo, um aluno que tivesse concluído o curso de eletrotécnica só poderia se candidatar ao curso superior de engenharia elétrica.

De acordo, com o quadro esboçado, para os concluintes do profissionalizante ascender a qualquer curso do nível superior era preciso submeter-se a exames de adaptação do secundário propedêutico. Isso significava que os referidos egressos dos cursos profissionais teriam que fazer adaptação de um currículo composto por línguas (português, latim, grego, francês ou inglês, espanhol), ciências e filosofia (matemática, física, química, história natural, história geral, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil, filosofia) e arte (desenho). Com efeito, teria de cursar todo curso médio de 2º ciclo. Isto porque são esses conhecimentos socialmente válidos para a formação dos dirigentes da sociedade, conforme já foi dito (KUENZER, 2001).

A dualidade do ensino no Brasil estava determinada pela divisão social e técnica do trabalho, a qual respondia ao modelo taylorista/fordista do

desenvolvimento industrial, consolidando-se com a instauração do sistema SENAI, em 1942, e SENAC, em 1946, de iniciativa privada, com vistas ao treinamento de mão de obra. Vale destacar, que é neste contexto que as escolas de aprendizes artífices convertem-se em escolas técnicas federais (KUENZER, 2001).

A promulgação da LDB nº 4024/61 efetiva a equivalência entre o ensino secundário e o profissional, para efeito de ingresso em cursos superiores, sem superar a dicotomia entre eles. O que ocorre na verdade é a combinação entre o projeto humanista clássico e as correntes profissionais, visto que a essência daquele permanece intocável, persistindo duas propostas de ensino diferentes, uma voltada para formação de intelectuais e outra para qualificação de trabalhadores manuais (KUENZER, 2001).

Mas uma vez para atender as mudanças do setor produtivo, é promulgada uma nova LDB a lei nº 5692/71, substituindo a equivalência entre o ensino secundário e profissional, pela obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau. Os currículos, tanto o do 1º grau quanto o do 2º grau, eram compostos por um núcleo comum obrigatório para todas as escolas do país e um diversificado para responder às necessidades locais, aos planos de ensino de cada escola e às diferenças individuais de cada estudante. Efetivamente a parte diversificada dos dois graus tinha a finalidade de atender ao mercado de trabalho, avaliado periodicamente (CUNHA, 2005).

Embora a Lei nº 5692/71 discursasse em favor da integração entre educação geral e educação específica, argumentada no Parecer nº 45/72, seus objetivos estavam bem distantes. Observa-se a expansão de oferta de cursos de natureza fragmentada para atender às demandas específicas de processo produtivo. Dessa forma, a Lei nº 5692/71, articulada com as proposições políticas e econômicas da ditadura, objetivava:

A contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960; a despolitização do ensino secundário, por meio de um currículo tecnicista; a preparação de força de trabalho qualificada para atender às demandas de desenvolvimento econômico que se anunciava com o crescimento obtido no “tempo do milagre”, o qual pretensamente anunciava

o acesso do Brasil ao bloco do 1º mundo (...) “(KUENZER, 2001, p. 17)”.

Essa lei também disciplinava sobre a modalidade supletiva, destinada a jovens maiores de 14 anos que não conseguiram completar o 1º grau, e maiores de 18 anos para os que não tivessem concluído o 2º grau. Os cursos destinados aos jovens e adultos tinham finalidades próprias a fim de atender as particularidades desses alunos.

A modalidade supletiva de caráter complementar, quando desenvolvida no campo dos seus cursos profissionais, era remetida ao Sistema SENAI e SENAC. As atividades desse sistema estavam voltadas para aprendizagem de menores e treinamento de operários adultos (CUNHA, 2005).

A universalização compulsória de habilitação nos cursos de 2º grau estabelecida pela Lei nº 5692/71 fracassou no seu intuito de articular educação geral e educação específica, haja vista a ausência de recursos humanos e financeiros para concretização desse empreendimento. Rapidamente a lei foi sendo modificada, até a promulgação da Lei nº 7.044/82, a qual recolocava a velha dualidade entre ensino propedêutico e ensino prático de relação imediata com o mercado de trabalho. Essas modificações fundamentadas nos Pareceres MEC n.º 45/72 E 76/75 acarretaram o acirramento da fragilidade e contradições do ensino médio e desestruturaram a rede de ensino técnico, conforme análise de Manfredi (MANFREDI, 2002).

“A velha dualidade, que, na prática, não havia sido questionada, voltava, assim, a se manifestar, mais agora sem os constrangimentos legais. No entanto, deixou como legado sua contribuição para tornar ainda mais ambíguo e precário o ensino médio e para a desestruturação do ensino técnico oferecido pelas redes estaduais das quais só escaparam as Escolas Técnicas Federais, provavelmente em razão da relativa autonomia com que contavam, desde 1959 (MANFREDI, 2002, p. 107)”.

A equivalência dos cursos propedêuticos e técnicos com relação ao acesso ao nível superior foi preservada. O aluno do técnico não foi impedido de ingressar

nos cursos superiores. A dualidade restabelecida pela Lei nº 7044/82 não ocorreu no sentido do acesso ao ensino superior, mas no plano dos valores e dos conteúdos da formação. A concepção social, portanto, reiterava o princípio de que o ensino técnico deveria estar centrado na instrução da classe trabalhadora com o fim da inserção no mercado de trabalho. Por isso, os alunos dos cursos profissionalizantes foram privados de uma formação básica plena, sendo esta predominante nos cursos propedêuticos, o que limitava a condição desses de ingressarem no ensino superior.

Encerrando o período dos governos militares, o processo democrático forçou a instalação do Congresso Nacional Constituinte de 1987. Por sua vez, educadores e intelectuais organizaram uma intensa mobilização pela inclusão do direito à educação pública, laica, democrática e gratuita na Constituição.

5.4 Acumulação flexível das décadas de 80 e 90 e redimensionamento do Ensino Médio e Profissionalizante

Outros elementos, não menos importantes, que os expostos acima, foram compondo o desenho de mudanças nas décadas de 80 e 90 do século passado. A reestruturação técnico-organizativa do novo modelo capitalista de acumulação flexível engendrou divergências no velho sistema escolar com as emergentes necessidades de educação para o trabalho. Instala-se nesse contexto o debate sobre o redimensionamento dos ensinos médio e profissional. “O imperativo consistia no enfrentamento do deficit de escolarização dos ensinos fundamental, médio e profissional, bem como a construção de uma ‘nova institucionalidade’ para atendimento a reestruturação produtiva, a internacionalização da economia brasileira e a pressão de ampliação dos direitos sociais(MANFREDI, 2002, p. 108). “

Problemas como a preservação da dualidade estrutural, a seletividade e a exclusão do sistema escolar, o domínio empresarial na esfera da educação e da capacitação profissional, políticas de formação profissional separadas de “políticas de desenvolvimento, geração de emprego e de distribuição de renda” tornaram-se os eixos centrais de discussão que precederam as disputas de formulação e promulgação da LDBEN nº 9394/96 (MANFREDI, 2002, p. 108).

O anteprojeto de Lei Otávio Elísio e o substitutivo Jorge Hage foram propostas para a nova lei de diretrizes e bases, amplamente discutidas com a sociedade civil organizada. Esses projetos centravam sua defesa em torno da escola pública e da educação dos trabalhadores. O imperativo para o ensino médio era a formação politécnica, entendida não como a multiplicação de habilitações profissionais, como foi preconizado pela Lei nº 5692/71.

A formação politécnica, argumentada pelos projetos acima citados, busca a superação da dicotomia entre formação geral e específica. A natureza dessa educação está focada na compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas usadas no processo produtivo. Contrariamente à concepção do 2º grau profissionalizante, onde educação profissional era concebida consoante um adestramento a uma certa habilidade sem o entendimento dos princípios dessa habilidade e, menos ainda, da conexão dessa habilidade com a totalidade da dinâmica produtiva.

O ideário da educação politécnica está voltado, sobretudo, para uma formação integral, resgatando o princípio da formação humana na sua totalidade. Do ponto de vista epistemológico e pedagógico, defendem um ensino que integre ciência e cultura, humanismo e tecnologia, objetivando o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. O ensino profissional não teria um fim em si mesmo e nem seria organizado para atender as expectativas do mercado, “mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 36).

Os primeiros projetos da nova LDB estabeleciam uma crítica a Lei nº 5692/71 que priorizava o ensino técnico em detrimento da Educação Básica. Diferentemente, esses projetos buscavam o resgate da função formativa da Educação Básica, insistindo na ampliação da carga horária do ensino médio, que deveria ter, no mínimo, 2.400 horas. A Educação Profissional poderia compor com este mínimo, qualificando o estudante para o exercício de profissões.

O longo processo de discussão do anteprojeto Otávio Elísio e o substitutivo Jorge Hage foi sendo tomado paulatinamente por diversas medidas legais até ser substituído pelo projeto do Senador Darcy Ribeiro, o qual foi promulgado como Lei

nº 9394/96. No ano seguinte foi imposto o Decreto nº 2.208/97 completando, assim, a reforma dos ensinos Médio e Profissional (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

Divergindo da proposição do substitutivo Jorge Hage de integração entre a educação geral e a educação profissional, o Decreto nº 2.208/97 restabelecia a dualidade estrutural entre as referidas formações. Esse decreto e outras providências legais, como a Portaria 646/97, não somente vetaram a educação integrada, como também instituíram a oferta de cursos técnicos fragmentados e aligeirados em atendimento às exigências imediatas do mercado de trabalho.

5.5 O Decreto nº 2.208/97 ratifica a histórica dicotomia entre o Ensino Médio e a Educação Profissional

O Decreto nº 2.208/97 representou um retrocesso no campo das políticas educacionais. No artigo 3º e incisos I, II, III estabelecia os níveis da educação profissional: básico, técnico e tecnológico. O nível básico estava estruturado independente da escolaridade prévia, educação não formal de duração variável destinada a atender as demandas do mundo do trabalho. O nível técnico estava destinado a proporcionar qualificação profissional aos alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio. O Artigo 5º referindo-se ao nível técnico prescrevia sua desvinculação do Ensino Médio, o qual afirmava que este nível teria organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este. Essas prescrições do Decreto revelam explicitamente o caráter mercantilista das mudanças impostas, bem como o empobrecimento da oferta profissional. Sendo, portanto, a assunção do “ideário pedagógico do capital ou do mercado” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 13).

A década de 1990 será cenário de uma profunda regressão das políticas de reformas do Estado, com vistas à adequação da economia ao processo de desregulamentação, flexibilização e privatização. Reflexo da condição do país de submissão ao grande capital, especialmente o financeiro.

As reformas da Educação Profissional ditadas pelo Decreto nº 2.208/97 refletem as contradições acima citadas, e ao mesmo tempo ratificam a histórica dicotomia entre a formação geral e a qualificação específica, ou seja, o retorno ao paradoxo entre teoria e prática, remetendo aos antagonismos de classe que, no caso brasileiro, são um dos mais profundos do mundo. Dicotomia essa bem ao estilo do paradigma taylorista/fordista.

Como se pôde notar, a “modernização conservadora” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 12) engendra uma estrutura social das mais desiguais do mundo, repercutindo amplamente na distribuição desigual do saber e em políticas que consolidam essa desigualdade. As reformas educacionais não modificam a sociedade e o conhecimento, portanto, mantêm o privilégio de alguns. Certamente, são as mudanças estruturais que tornam possíveis as reformas do ensino, garantindo o acesso igualitário de todos à educação.

O restabelecimento da dualidade de redes e currículos, possivelmente, também ocultou a perspectiva de redução de custos. O valor de um aluno do curso profissionalizante é bem mais alto do que o de um aluno do curso médio regular. A separação, portanto, servia para ampliar a oferta do Ensino Médio de caráter generalista, bem menos oneroso para o Estado, do que o ensino médio integrado ao técnico. Por outro lado, a oferta isolada do profissionalizante ensejava a possibilidade de parceria com a iniciativa privada para a manutenção e expansão da rede de Educação Profissional. Essa estratégia comprometeria seriamente a democratização do Ensino Médio, tornando-a privilégio das elites. Enquanto a Educação Profissional ficaria vulnerável a privatização (MANFREDI, 2002).

A desvinculação entre o ensino médio acadêmico e o ensino profissional pertinente ao sistema federal visava aumentar a produtividade, estreitar os vínculos com o mercado de trabalho e garantir o atendimento de uma parcela considerável da população de jovens e adultos. Além disso, objetivava que as instituições federais atuassem na prestação de serviços às empresas e agências governamentais, de modo que tais empreendimentos gerassem novas fontes orçamentárias. Todos os cursos deveriam ser modulares com trajetórias diversificadas, com certificação parcial e cumulativa. “Enfim a intenção é transformá-las num grande supermercado de cursos profissionalizantes, de níveis e duração o mais diversificado possível,

processo que Cunha designa de ‘Senaização’ das Escolas Técnicas Federais” (MANFREDI, 2003, p. 164).

Será nesse cenário degradante da Educação Profissional que emerge o debate sobre a revogação do Decreto nº 2.208/97. Durante todo o ano de 2003 educadores, formadores, dirigentes e consultores de sindicatos, de ONGs e de instituições empresariais discutiram a revogação do referido Decreto e a promulgação do Decreto nº. 5.154/2004.

5.6 A aprovação do Decreto nº 5.154/04 retoma a discussão da universalização da Educação Básica sólida e unitária

A aprovação do Decreto nº 5.154/04 significa, no plano teórico e político, a retomada das discussões, interrompidas pelo Decreto nº 2.208/97, sobre a universalização da educação básica sólida e unitária. Sabe-se que a lei não é a realidade, mas representa as disputas políticas no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Na verdade, esse documento representa a reelaboração dos fundamentos da educação dos trabalhadores para uma perspectiva emancipatória dessa classe.

Este dispositivo legal preconiza a necessidade de Educação Profissional, em todos os seus níveis, estar integrada à educação básica, “de forma a complementá-la e nunca substituí-la” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p.39), contemplando as demandas dos trabalhadores jovens e adultos, que, em sua maioria, apresentam baixos níveis de escolaridade formal e desempenho escolar. A qualificação e requalificação, seja na forma de cursos ou módulos, deverão garantir trajetórias formativas, articuladas às diversas especialidades dos setores da economia, propiciando a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Com relação às políticas públicas da educação profissional, é importante superar o aspecto assistencialista e compensatório e promover a inclusão social. Portanto, elas precisam estar articuladas às políticas de desenvolvimento econômico local, regional e nacional ao sistema público de emprego, trabalho e renda, do contrário não será possível promover expectativas de melhoria de vida.

O Artigo 2º e seus incisos I e II do Decreto em tela afirmam que a educação profissional observará a organização, por áreas profissionais, em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica, e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia. Seguindo a mesma lógica, o Artigo 3º desse Decreto indica a possibilidade de oferta de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores segundo itinerários formativos, compreendidos como conjunto de etapas que compõem a organização da Educação Profissional em determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Portanto, a efetivação dessas indicações dependerá de políticas públicas sociais e educacionais articuladas entre si. Mas o que deve ser compreendido com as ofertas dos cursos e etapas é a sistematização dos itinerários formativos, objetivando superar a oferta fragmentada e descontínua da formação profissional, somando créditos para os trabalhadores, seja para o exercício de profissões, seja para continuidade de estudos (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

Como se pode perceber, o Decreto nº 5.154/04 retoma a discussão sobre a articulação da formação profissional com as demais modalidades de ensino. Contemplando, dessa forma, a perspectiva de que a escola democrática é um serviço público, tornando-se direito de todos e dever do Estado. Por este motivo, é obrigação do Estado prover educação no campo das desigualdades, especialmente no caso brasileiro, através de políticas públicas que possibilitem maior igualdade no espaço social (Parecer nº. 11/2000).

Finalmente, no momento atual, denominado de “século do conhecimento” (Parecer nº 11/2000), torna-se um imperativo o acesso de todos a uma Educação Básica de qualidade, unitária e integrada, sendo necessário o incremento de políticas públicas que deem conta da inclusão do conjunto dos brasileiros, vítimas de uma história excludente.

5.7 Um breve histórico sobre a Educação Profissional em Alagoas

A história de Alagoas reflete a peculiaridade do domínio da continuidade das elites oligárquicas alagoanas, possivelmente em maior grau do que em qualquer outra região brasileira e, dessa forma, constituindo a sua particularidade.

O latifúndio e trabalho escravo, durante o período de colonização portuguesa, serão as bases da economia em território alagoano. Imediatamente, estes concorrerão na construção da estruturação social, condição bem típica, que, com os incentivos do poder público, o senhor de engenho, detentor de gigantescos domínios, vai exercer seu poder em grandes territórios e sobre muitas pessoas.

A força do engenho engendrará na vida social, política e econômica de Alagoas desde a sua origem, o denominado “ruralismo urbano”, tipificado pela ingerência “rural na vida da cidade, no seu movimento, no seu progresso, com tudo dependendo do engenho e do poder que ele dele emanava”. Essa singularidade não será somente particularidade das Alagoas, mas provavelmente tornou-se mais destacada do que em outras áreas do Brasil, em razão da predominância da economia açucareira durante toda a sua história econômica. Devido a essa dinâmica serão fortalecidas as bases integrantes da organização social alagoana, desenvolvendo-se e se disseminando as “famílias do açúcar”, as “famílias nascidas em engenho, dando origem a civilização do litoral, molemente, docemente recostada sobre o açúcar (VERÇOSA, p. 48, 2006)”.

No início do século XVIII, a região de Alagoas (hoje cidade de Marechal Deodoro) torna-se Comarca de Pernambuco. Essa condição promoverá um prestígio judicial, trazendo uma certa ordem legal anteriormente ausente, combatendo grupos violentos e armados que se espalharam no local, para ataque e defesa. Segmentos dessa população são anexadas aos engenhos, uns como trabalhadores, outros como “cabras” ao dispor dos serviços de violência, e os demais, que combinavam as duas funções, realidade mais corriqueira. A economia fundada sobre a mão de obra escrava não possibilitava amparo a todos, pela carga econômica que isso acarretaria (VERÇOSA, p.57, 2006).

Dessa forma, restaram os “vagabundos”, os “desocupados”, os “desordeiros”, conforme a ótica de muitos historiadores alagoanos da época. Excluídos dos grupos familiares e facções estruturadas constituíam-se em um problema no interior do sistema, já que pressionavam à inserção, por estarem à disposição em enormes

quantidades para se associarem a quem lhes proporcionassem maiores vantagens nas ocasiões de conflitos por terras ou pelo poder. Enfim, certa ordem institucional com restrições objetivas precisava se impor nessa realidade mais diversificada a fim de que as estruturas sociais e econômicas continuassem se consolidando.

Nesse período, notificou-se o aparecimento de certa organização formal de educação na região, com a prática de aulas de Gramática efetivadas pelos frades franciscanos nos conventos que foram erguidos nas vilas de Alagoas e Penedo. Instauradas em 1719, essas classes eram ofertadas sem remuneração, provavelmente as únicas iniciativas destinadas ao público, na esfera educacional, perdurando esta situação até o final do século (VERÇOSA, 2006).

Portanto, em uma realidade predominantemente rural e hierarquizada, o acesso aos rudimentos da cultura letrada foi efetivado pelos preceptores, corriqueiramente realizado pelos padres capelães, majoritariamente oriundos das famílias prósperas. O ingresso à educação mais estruturada só se deslocando para os maiores centros; o ensino superior estava limitado à Metrópole. Em virtude da ausência de uma educação institucionalizada formalmente, a expulsão dos jesuítas do território alagoano em 1759, naturalmente não provocou nenhum impacto na região.

Apenas em 1836 será formalizado o funcionamento das escolas de primeiras letras, após quase vinte anos de independência político-administrativa de Alagoas. Com escassas informações sobre a organização de escolas, a informação sobre essa época notifica um ensino péssimo e deficiente de responsabilidade recaída sobre os professores. A educação se encontrava tão pobre que um certo Governo Provincial, em 1837, determinou a utilização do Método de Lancaster, incorporado ao modismo nacional. Não foi possível abraçar tal ideia, por conta de não existir um professor capaz de se engajar para pôr em prática o método pedagógico.

Na segunda metade do século XIX foi inaugurado o Colégio de Educando Artífices para ensinar as primeiras letras e as profissões de alfaiate, sapateiro e músico às crianças pobres. Contudo, logo foi fechado, pelo Presidente da Província, alegando ser uma formação onerosa e de aplicação restrita, mas a verdade era que sua pretensão estava centrada em desenvolver um ensino agrícola na região. A proposta de uma educação agrícola foi aprovada pelo Legislativo, mas por não ser uma proposição baseada na realidade social alagoana, o Colégio de Educandos

Agrícola logo foi extinto dois anos após pelo mesmo Legislativo que o aprovou (VERÇOSA, 2006).

Uma pesquisa realizada por Moura (2015) a respeito do Educandário Artífices de Alagoas (1854-1861), instalado em Maceió para assistir e ensinar uma profissão aos meninos desvalidos da sorte, evidencia o esforço de impor o controle social, “civilizar” ou controlar através da educação, mentes e corpos. Desse modo, a educação dirigida para as camadas populares se configurava com o fim de barrar a desordem, concepção que esteve profundamente vinculada à formação profissional, a qual se tornou uma ferramenta para modelar, civilizar e conter a população.

Desde o século XIX, a implementação de instituições profissionais visava à educação de ofícios para crianças pobres, órfãos e adultos pobres, doentes ou com algum transtorno mental. Nesse panorama, vale salientar que a fundação de asilos, de orfanatos, de casas de misericórdia e de escolas de ofícios funcionavam como ideais de modernização do país. O ensino de ofício espelhava uma educação praticada em concordância com os ditames estrangeiros, principalmente os ditados pela Europa e os Estados Unidos, concretizado no ensino instrumental para formar sujeitos preparados para tal projeto social.

Os estudos revelam que durante a Colônia e o Império muitos intelectuais brasileiros concebiam como legítima apenas a educação realizada através de livros ou bancos da academia. Existia uma profunda aversão à conexão da cultura literária e as atividades manuais, demonstrada no repúdio aos ofícios práticos, especialmente na época da Colônia e do Império, quando a força de trabalho era primordialmente escrava. Esse modo de analisar passou a vincular a formação prática apenas aos que não conseguiam outra forma de viver a não ser pelo trabalho braçal, em outros termos, para a escória da sociedade, os miseráveis. Em função dessa visão depreciativa da vinculação entre ensino e trabalho, transformaria a educação profissionalizante socialmente desvalorizada, por associá-la ao trabalho escravo. Para a elite brasileira era aviltante e um insulto à dignidade exercer algum tipo de atividade manual nos seus espaços sociais (MOURA, 2015).

O Curso Normal para formação de professores era um projeto frequentemente presente nos discursos dos políticos da localidade, porém, a sua concretização só ocorreu em 1869, sendo anexado ao Liceu de Maceió.

No início dos anos de 1870, a população alagoana computava 310.000 habitantes e um quantitativo de 78.470 crianças e jovens que necessitavam de escolarização, dos quais apenas 9.483 estavam matriculados. A descrença no ensino público, nessa época, era generalizada. Os jovens oriundos das elites permaneciam deslocando-se para Recife ou Salvador a fim de ingressarem nos estudos preparatórios para os exames de seleção para entrada no ensino superior (VERÇOSA, 2006).

O Liceu, marcado por uma história típica de violência, tumultos e indisciplina desde a sua origem, refletirá no seu cotidiano a vida conflituosa da Província, ou seja, era a violência da rua transferida para o interior da instituição. Entre os egressos que participaram de agressões e violências, principalmente contra professores, serão assimilados como professores do Liceu de Artes e Ofícios, o qual tinha sido inaugurado para formar os filhos das camadas pobres de Maceió.

O início da República não promoverá mudanças significativas na educação alagoana, uma vez que esta sociedade permanece estruturada nas mesmas bases sociais. O Liceu permanecerá sendo o foco da atenção dos políticos, comparado ao Ginásio Nacional (1893), sendo anexado a este um curso de agrimensura (1897), e também atribuindo-lhe o direito de realizar exames. Serão esses exames que aprofundarão o descrédito no ensino oferecido por essa instituição oficial (VERÇOSA, 2006).

Não obstante, o movimento abolicionista e republicano empenhar-se-á para alterar o discurso depreciativo do ensino de ofício. Isto se materializará durante o período republicano, quando a educação prática será oficializada pelo decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, criando a rede de Escolas de Aprendizes e Artífices em 19 capitais brasileiras. Essas escolas ficaram sob administração do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. As tais escolas objetivavam a formação de operários e contramestres através do ensino prático e saberes técnicos impostos aos menores que tencionavam aprender um ofício (MOURA, 2015). Isto ocorreu no governo de Nilo Peçanha, então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Destaca-se que nessa época, em Alagoas, não existia polo industrial que respaldasse a instrução de mão de obra qualificada (SANTOS, 2018).

A datar da criação, a Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas passou por grandes dificuldades. As atividades de inauguração foram principiadas em 1909 e

tiveram que ser estendidas até o ano posterior, em razão do lugar cedido pelo governo do Estado encontrar-se em péssimas condições de preservação (SANTOS, 2018).

Documentos oficiais de 1910 evidenciam as precárias condições de funcionamento da Escola de Aprendizes e Artífices. A instituição computava 93 estudantes matriculados, mas apenas 60 frequentavam regularmente os cursos, elementar e de desenho. A escola mantinha dois cursos, o Curso Primário e o Curso de Desenho, com duração de quatro anos. Eram também ofertadas as oficinas de sapataria, marcenaria, serralharia, carpintaria e funilaria. Relatos oficiais dão conta das dificuldades para assegurar o bom funcionamento da instituição, situação peculiar desde o período de inauguração e funcionamento (SANTOS, 2018).

Na primeira metade do século XX, o atraso era a regra até mesmo nas usinas de Alagoas. Na tentativa de alavancar a decadente lavoura canavieira, a recente Sociedade Agrícola obtém do Governo a concessão por 20 anos das instalações da falida Usina Wanderley, em Satuba, na qual se implementa um campo de experiências e um posto zootécnico. Em consequência das limitações da região e das possibilidades de produção agrícola, será criada uma escola para trabalhadores rurais, “onde serão ensinadas noções de manejo de equipamentos agrícolas e animais domésticos, além dos ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro e de fabricante de laticínios que, inclusive, irão ter prevalência sobre a função agrária”. Após cinco anos, essa estação-escola passaria para o controle do Estado com o nome de Aprendizado Agrícola de Satuba (VERÇOSA, 2006).

Enfim, o Aprendizado Agrícola de Satuba, que ficou subordinado à esfera federal enfrentou sérios problemas, pois, durante o período de cinco anos teve suas atividades descaracterizadas, ofertando formação específica para aprendizes e artífices, ou seja, atividades peculiares da área das indústrias (SANTOS, 2018).

A situação da educação alagoana de modo geral era muito crítica, a ponto de o diretor da Instrução Pública, Araújo Rego, descrever o Curso Normal como “refúgio das crias de estimação e de raparigas atoleimadas e sem recursos pecuniários”, o qual depois foi transformado em instituição de caridade (VERÇOSA, 2006).

O Liceu de Artes e Ofícios (1889-1915) referendado para as crianças pobres, reorganizado pelo Governo do Estado em 1900, foi transformado em lugar de guarida dos amigos do Governo. A primeira iniciativa a nível federal só se efetivará

no final da década, quando será implantada a Escola de Aprendizes e Artífices, a qual dará origem ao ensino técnico-industrial no Estado (VERÇOSA, 2006).

Apesar desses antagonismos descritos acima, a educação elementar em tese tinha um papel fundamental no projeto liberal e conservador para este período histórico no Brasil. A educação deveria ter a atribuição de incluir o país no cenário das “nações civilizadas”. Era imprescindível “superar a desordem das ruas e impor ordenamento aos espaços urbanos, buscando disciplinar e conscientizar a população, principalmente a pobre, para um novo jeito de viver, o qual giraria em torno da ordem, do trabalho, da higiene, do progresso e do regimento moral (MOURA, p. 31, 2015)”.

O Colégio de Educandos Artífices foi a primeira iniciativa de educação profissional em Alagoas (1854). Depois outras sociedades filantrópicas que se orientavam ao ensino profissional similarmente foram implantadas, como a Escola Central (1887), escola que assistia crianças negras com a finalidade de ensinar as primeiras letras e também um ofício, e o Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho em 1887, idealizado para instruir e amparar meninas cujos pais tinham sido vítimas da Guerra do Paraguai. O Orfanológico da Cidade das Alagoas atendia 88 órfãos. Criado em 1890 por decreto do governo do Estado, ofertava ensino primário e instrução de marcenaria. E, por fim, o Liceu de Artes e Ofícios de 1884, o qual funcionava para adultos e crianças, homens e mulheres da classe operária.

Porém, eram as sociedades civis as provedoras dos liceus de artes e ofícios. Na metade do século XIX essas sociedades iniciaram as suas atividades em razão do crescimento da produção manufatureira. Os próprios artífices eram os integrantes e, ao mesmo tempo, seus mantenedores, bem como os intelectuais eram constituintes dessas sociedades, as quais funcionavam como disseminadoras da cultura europeia uma vez que nessa época era reconhecida “como a chave para alcançar a Modernidade (MOURA, p. 62, 2015)”.

O Colégio de Educandos Artífices de Alagoas não recebeu o apoio necessário dos governantes que alegavam que a instituição requeria muito investimento e não tinha muita utilidade para a província. Mas parece que esses administradores viam nesses cursos um desperdício de investimento nos pobres, uma vez que para eles os cargos públicos tinham quem os assumissem e não estavam disponíveis para pobres que ambicionassem esses postos através de uma

qualificação educacional. Demais, no discurso desses governantes fica claro que a educação deveria ser oferecida gradualmente, em pequenas quantidades para os segmentos populares. No século XIX, “havia uma forte tradição na concepção de educação destinada ao povo pensada pela elite, na qual o mais importante era ordenar e controlar, que propriamente instruir (MOURA, p. 63, 2015)”.

Não era uma tarefa fácil buscar desvendar todos os paradoxos existentes no interior das instituições educacionais. “Investigar uma instituição é tentar, de certo modo, abrir a ‘caixa-preta’ da escola, buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular”. Nessa mesma lógica, esse tipo de investigação descobre mais teses do que a concretização das mesmas, “mas não é possível esconder o fato de que a maioria das vezes que tratamos de instituições escolares e suas culturas estamos lidando mais com as suas prescrições do que com as suas práticas (MOURA, p. 23, 2015).”

Assim, ao trabalhar com as fontes da história, é fundamental compreender que o que delas emergem são as suas marcas, intenções e as perspectivas de mundo de quem as escreveu. Porquanto, não existe um confronto entre o certo e o errado, não consiste em juízo de valores, mas o tratar com as ideologias presentes e os mecanismos de convencimento utilizados, com o fim de controlar a sociedade.

Durante toda a história da primeira República (1891-1930), a educação no Estado de Alagoas será predominantemente direcionada pela chamada cultura geral, a única agrícola não funcionará como tal, “com apenas dois alunos formados em 1930 para o manejo de equipamentos agrícolas e um aluno estudando silvicultura, o que prevalecerá nessa instituição de instrução agrícola foram os cursos de marcenaria, ferraria, mecânica, sapataria, alfaiataria, aliás, com a exploração econômica desses ofícios (VERÇOSA, 2006)”.

Nos anos de 1934-1940, será nomeado Osman Loureiro para o governo alagoano. Era senhor de terras e tradicional produtor de açúcar. Essa nomeação fazia parte de uma forte rearticulação das arcaicas oligarquias, reflexo das circunstâncias econômicas e sociais que permaneciam inalteradas no Estado. Durante o seu governo, o sistema educacional primário atingirá certo desenvolvimento, favorecido especialmente pelo apoio federal, que a partir do movimento de 30, exercerá o seu papel de supridor na promoção da rede escolar de estados pouco desenvolvidos como Alagoas. Nesse contexto, ocorrerá a construção

de vários edifícios próprios para educação estadual na capital e no interior, com uma educação dirigida para o ensino da rede básica custeada pelo estado. Será também na sua gestão que se construirá o imóvel para a antiga Escola Normal de Maceió e para a Escola de Aplicação a ela anexa.

A despeito desse certo impulso na educação elementar, a educação profissional continuará capengando. A Escola de Agronomia, depois chamada de Escola de Agricultura, e a Escola de Comércio de Alagoas serão inauguradas sem nenhuma estrutura e apoio político, ou seja, elas “nasceram fadadas ao fracasso, “afinal, nada tinham, além da vontade de funcionar (VERÇOSA, p. 137, 2006)”. Assim, com tantas limitações, nem mesmo a escolha do General Góes Monteiro como patrono do empreendimento foi suficiente para garantir-lhe o sucesso. Dadas como existentes pelo IBGE ainda em 1934, o fato é que essas duas escolas desapareceram sem deixar maiores vestígios a partir daquele ano

A educação alagoana, nas décadas de 1950 e 60, terá um novo impulso. A rede de escolas secundárias públicas, até o momento restrita, terá uma ampliação considerável com a edificação de novos colégios na capital e em cidades relevantes do interior, como Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema. O setor privado complementaria a rede estadual com a criação de Ginásios, Escolas de Comércio e de Formação de Professoras Primárias em um número expressivo de municípios do interior e capital, apoiada pela CNEG (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos). Essa será criada com a intenção de abrir escolas secundárias para os jovens que residiam em lugares onde havia ausências do poder público e, por isso mesmo, não prosseguiram os estudos após a conclusão do primário. Contudo, após um tempo, essa instituição redimensionaria sua política, passando a ser manipulada para atrair prestígio político, expresso em votos e lucrativos rendimentos, barganhando por uma educação de qualidade questionável ofertada a crianças e jovens das camadas populares. No que pese essas contradições, essas ações contribuíram para uma parcela estudantil limitada ao curso primário, ampliasse suas perspectivas, a qual enxergavam a educação em níveis mais avançados como privilégio de poucos.

A instauração da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) na década de 60 e passados os dez primeiros anos de sua fundação, na década de 70, corresponderá para Alagoas mais uma oportunidade de modernização na base do projeto do

governo autoritário, então no poder. A industrialização do Estado adiada nos anos anteriores retornaria a ter ênfase nos discursos dos políticos. Porém, seus impactos se refletiriam mais uma vez na agroindústria sucroalcooleira. A aplicação de novas tecnologias na cultura da cana e incentivos fiscais favoreceram a ocupação acelerada do campo, impondo a expulsão dos agricultores de subsistência. As consequências dessa dispersão desses lavradores para as periferias da cidade acirraram o empobrecimento e o caos urbano realçado na favelização sempre crescente na cidade de Maceió. A tão esperada prosperidade econômica mediada pelo Polo Cloroalcooolquímico, a qual seria desenvolvida em combinação com a expansão da produção do álcool, perduraria circunscrita à indústria produtora de matérias primas, ao descalabro de se ter à “beira-mar”, em plena área urbana, uma indústria de cloro e soda cáustica, de altíssimo poder de poluição do meio ambiente (VERÇOSA, 2006).

Na esfera da educação, tanto a rede pública de educação básica quanto a própria Ufal padeceram às implicações do projeto militar. A Ufal se adequará às regras das reformas do novo modelo econômico e social imposto pelo golpe militar de 64; O ensino básico, por sua vez, se disseminará amparado pela LDB de 1971, permeado de muita improvisação pelo subterfúgio do empreguismo desordenado com fins eleitoreiros, forjando uma conjuntura nunca vista na história de Alagoas, acarretando danos inimagináveis.

Os Institutos Federais de Educação Profissional, no decorrer de seus mais de cem anos, passaram por uma série de mudanças, desde as nomenclaturas até as alterações de concepções ideológicas de educação. Na sua fundação, como já foi relatado, obteve o nome de Escola de Aprendizes e Artífices em 1909, sendo atualmente denominado de Institutos Federais (IFs), status adquirido através da publicação da Lei nº 11.892 de 2008, conjuntura que promoveu a ampliação e interiorização da Rede Federal de Educação. Esses Institutos ao longo da história se transformaram em referência de ensino equiparado ao nível das universidades, evidenciado pelos seus indicadores educacionais, influência social, êxito educacional, empregabilidade, produção científica, internacionalização e outras conquistas (SOUZA, 2013).

Ciavatta (p.36, 2019) chama de sombras os atuais movimentos de desconstrução das conquistas alcançadas após o término da Ditadura Empresarial

Militar (1964-1985) e, especialmente, as reformas efetuadas pelo governo Temer (2016-2018) e recente programa de privatização das Universidades Federais (UFs) e Institutos Federais (IFs), o programa “Future-se”, que, da forma como está colocado, pode ser interpretado por “recue no tempo, atrase-se, recolonize-se”.

Assim, a conceituação da História da EP admite a reflexão histórico-crítica, que não se reserva à aparência dos fatos, ou seja, à aparência do seu sentido. Pelo contrário, procura as múltiplas relações que estão na sua gênese e nos seus desdobramentos. Na formação histórica da sociedade brasileira, a educação do povo é uma questão desnecessária ou de interesse de manipulação da classe dominante. Essa classe à espreita com o fim de transformá-la em ferramenta de controle a fim de domesticar e disciplinar a classe operária para o processo produtivo, com vistas a aceitar os baixos salários impostos sob argumentos de corte de custos, para aumentar a produtividade e os lucros, operando em favor dos interesses do capital (CIAVATTA, 2019).

Assim sendo, a História do Brasil revela a inexistência de um projeto educacional direcionado para toda população desde o período colonial, no regime de escravidão, bem como no regime republicano, até a contemporaneidade. As elites governamentais em nenhum momento asseguraram um projeto efetivo de restauração da classe pobre das más condições de moradia, saúde, saneamento, segurança e educação.

É perceptível o papel da educação brasileira e local na legitimação dos interesses da classe burguesa. Essa constatação vem de uma análise amparada no materialismo histórico-dialético. Uma leitura que pensa a natureza política do agir humano como um agir que dá importância a sua intencionalidade na realidade, e que pretende a transformação consciente dessa realidade.

Para pensar a educação tendo como fundamento o trabalho como princípio educativo, o ponto crucial é a formação integral, com o escopo do desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e a sua emancipação. Busca-se, assim, um outro ideal de formação para o trabalhador, uma educação que permita, além do desenvolvimento pleno de suas potencialidades, a chance de assimilar a realidade em sua totalidade.

Outro aspecto a se considerar é que toda educação remete às relações entre as classes sociais e às disputas pelo domínio dos meios de produção da existência

humana, em uma dinâmica que, por ser histórica, está sujeita a mudanças nos fundamentos da sociedade.

A educação precisa ser desenvolvida na perspectiva de seu compromisso político, para além da restrita formação de pessoas, o educando deve ter consciência de sua missão social e da possível transformação que sua ação permite. A mudança do mundo perpassa, inevitavelmente, pela apreensão das contradições próprias dessa realidade.

5.8 Algumas informações do Curso de Eletrônica Ifal – Campus Maceió

O curso Técnico de Eletrônica foi implantado em 1982 por uma comissão de três professores, Benedito Barbosa do Nascimento, Luís Hermano Casado de Lima Júnior e José Adelmo de Araújo, designada pelo então diretor da Escola Técnica Federal, Prof. Breno Lins, a fim de atender as necessidades da sociedade alagoana, conforme relato do professor aposentado, Benedito Barbosa do Nascimento. A formação da primeira turma aconteceu em 1982, cumprindo um aprendizado de três anos e meio.

O curso foi criado na época em que a instituição era chamada de Escola Técnica Federal de Alagoas – Etfal. Durante mais de 20 anos, a organização curricular do curso técnico de eletrônica estava pautada nas diretrizes da Lei nº 5692/71. O curso objetivava a formação de técnicos generalistas de segundo grau (atualmente de nível médio) com aptidão para eletrônica geral, a partir da abordagem de conhecimentos de cultura geral e técnica.

O Memorando nº 98/2001 da então Gerência de Ensino da Unidade Sede (atual Campus Maceió) do CEFET/AL comunicou, para apreciação da Diretoria da Sede, a oferta de cursos para o Exame de Seleção do ano 2002. Nesse documento é informada a oferta do Ensino Médio propedêutico e o Ensino Técnico na modalidade Sequencial ao Médio. Para o Ensino Médio, foram ofertadas 280 vagas e para o Ensino Técnico Sequencial, 580 vagas. O Curso de Eletrônica Industrial na modalidade Sequencial ofertou 40 vagas para o turno diurno e 20 vagas para o noturno, distribuídas em duas turmas. O curso também oferecia o ensino técnico na

modalidade concomitante, conforme documentos emitidos pela Gerência de Ensino do CEFET/AL. Nessa conjuntura a instituição conduzia-se pelo processo de transição entre a Lei nº 5692/71 e o Decreto nº 2.208/97.

No final do ano de 2002, a Coordenadoria de Eletrônica com a colaboração da Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias - DREC do CEFET/AL elaborou o Projeto do Curso Técnico de Eletrônica para atender os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96, o art. 3, inciso II do Decreto nº 2.208/97 e o art. 4, incisos I e II da Resolução CNE/CEB nº 04/99, bem como para responder às necessidades da indústria alagoana. O curso foi denominado de Curso Técnico em Eletrônica Industrial, organizado em três módulos: Eletrônica Básica, Eletrônica Aplicada e Operacionalização Eletrônica, com duração de um ano e meio. O estudante concluinte dos três módulos e que realizasse o estágio supervisionado recebia o diploma de Técnico em Indústria com Habilitação em Eletrônica Industrial, com ênfase na Operacionalização Eletrônica, ou o diploma de Técnico em Indústria com Habilitação em Eletrônica Industrial, com ênfase na Manutenção Eletrônica, dependendo da escolha da habilitação. Neste diploma, constavam a carga horária total do curso e as competências e habilitações gerais e específicas adquiridas na sua formação.

O candidato que aspirasse ingressar no Curso Técnico em Eletrônica Industrial deveria ter constituído, previamente, sua formação básica. O acesso a esse seria através de exame de seleção, que avaliaria os conhecimentos, competências e habilidades adquiridas pelo candidato na sua educação básica. Para tal acesso, o candidato deveria ter como requisito básico a conclusão da 2ª (segunda) série do ensino médio ou equivalente.

O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Alagoas no ano de 2005 ofertou 860 vagas para os cursos técnicos de nível médio oferecidos nas unidades de Maceió, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios. Nesse ano, foram implantados os cursos técnicos integrados para estudantes em fase de conclusão ou concluintes do ensino fundamental e também os cursos subsequentes para candidatos em fase de conclusão ou concluintes do ensino médio em cumprimento ao Decreto nº 5154/04. Esse decreto determinava a oferta das mencionadas

modalidades de ensino profissional de nível médio, como já foi discutido neste trabalho na seção 2 e subseções anteriores a esta seção.

A unidade de Maceió ofertou, nesse mesmo ano, 40 vagas para o curso de Informática, 40 para Química, 40 para Mecânica, 80 para Eletrônica e 40 para Infraestrutura Urbana.

No ano de 2008 o Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas aprovou, na unidade de Maceió, o Plano de Curso do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletrônica, convalidando os atos retroativamente ao ano letivo de 2006. O plano foi aprovado pelo presidente do conselho, o professor Roland dos Santos Gonçalves, reitor nesse período.

Outro documento importante para o Curso Integrado de Eletrônica foi a emissão da Resolução nº 47 do Conselho Superior do Ifal, de 22 de dezembro de 2014, a qual aprovou as alterações nas matrizes curriculares dos cursos dos Campus Maceió, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios. No Campus Maceió, foram alteradas as matrizes curriculares dos cursos técnicos integrados de Química, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática referentes ao ano de 2012, aprovadas pelo substituto do Conselho Superior, o servidor José Jonas de Melo Alves.

O PPC do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em eletrônica de 2012 determinava o acesso através de processo seletivo público, para a 1ª série do curso destinado a candidatos que comprovassem a conclusão da última etapa do Ensino Fundamental.

A estrutura curricular do Curso Integrado de Eletrônica do ano de 2012 previa uma carga horária total de 3.833,3h, sendo 2.333,3h para o Núcleo Comum, 266,7 para a Parte Diversificada, 1.233,3h para a Formação Profissional e 400h de Prática Profissional, compondo um total de 4633,3h.

Conforme documentos de pautas de reuniões organizadas pela Diretoria de Ensino do Campus Maceió, arquivados na Coordenação de Eletrônica, constata-se que durante o ano de 2016 a 2019 ocorreram discussões a respeito da reformulação dos PPCs do Ifal. A Pró-Reitoria de Ensino organizou um Seminário sobre o plano estratégico institucional de permanência e êxito (PEIPE/Ifal) nos dias 06 e 07 de novembro de 2017, no Campus Marechal Deodoro. Dirigentes de ensino e equipes

pedagógicas do Ifal fizeram a análise da proposta de trabalho para a reestruturação dos cursos técnicos integrados. Esses debates culminaram com a reformulação em 2019 dos PPCs dos cursos integrados do Ifal.

O PPC de Eletrônica 2019 apresenta a justificativa da reformulação da seguinte forma:

O presente Plano de Curso representa um processo de reestruturação do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica, que passou de 4 (quatro) anos para 3 (três) anos, vislumbrando a necessidade de readequar as disciplinas da área técnica, com o objetivo de atualizar, modernizar e dinamizar o curso, tornando-o assim, mais atrativo para os jovens, que cada vez mais estão inseridos no mundo digital e, conectados com novas tecnologias. Para tanto, realizamos um levantamento sobre as competências e habilidades que um profissional da área de Eletrônica necessita para atender ao mundo do trabalho cada vez mais exigente. Assim, notou-se a necessidade de condensar e atualizar os conteúdos, levando à fusão de alguns componentes curriculares, aumento da carga horária de atividades práticas em laboratórios e criação de novos componentes(...) (IFAL, PPC 219, p. 8).

Atualmente, a carga horária da Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica é constituída de 3.466 horas, sendo 2.033 horas destinadas aos componentes curriculares da formação geral, 1.233 horas aos componentes da formação profissional e 200 horas à prática profissional.

A organização curricular do curso está centrada no trabalho como princípio geral da ação educativa. Para isso, adota os seguintes princípios para a conclusão do curso: foco na área do conhecimento e/ou de atuação profissional, estabelecimento de eixos comuns a áreas e cursos, cujos componentes curriculares deverão ser privilegiados na proposta pedagógica, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defesa do conhecimento politécnico numa perspectiva histórica e adoção do método teórico/prático apropriando-se do trabalho como meio de ação transformadora da natureza e construção da sociabilidade.

A matriz curricular está sistematizada objetivando a articulação entre os componentes curriculares orientados pelos conceitos da contextualização e

interdisciplinaridade, visando à formação integrada e articuladora dos eixos ciência, trabalho e cultura.

A reformulação de 2019 da estrutura curricular do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica abrange 1799,2 h para o Núcleo Básico, 499,95h para o Núcleo Integrador, 966,57h para o Núcleo Profissional e 200h para a Prática Profissional, integrando 3466,34 h, conforme quadro a seguir.

Quadro 7 – Relação das disciplinas da Formação Geral e Técnica

	Componente Curricular	Código	Carga Horária em Hora Relógio
Formação Geral	Língua Portuguesa	LIPO	266,7
	História	HIST	166,7
	Geografia	GEOG	166,7
	Química	QUIM	200,0
	Física	FISC	200,0
	Biologia	BIOL	166,7
	Matemática	MATE	266,7
	Artes	ESAR	66,0
	Sociologia	SOCI	100,0
	Língua Inglesa	LING	133,3
	Língua Espanhola	LESP	66,7
	Filosofia	FILO	100
	Educação Física	EDFI	133,3
	SUBTOTAL		2033,3
Formação Técnica	Gestão Ocupacional e Segurança do Trabalho	GOST	66,66
	Projetos Eletrônicos	PREL	66,66

	Introdução à Programação	IPRO	66,66
	Laboratório de Circuitos Elétricos	LCEL	66,66
	Circuitos Elétricos	CIEL	99,99
	Eletrônica Digital	ELDG	99,99
	Laboratório de Eletrônica Digital	LELD	66,66
	Eletrônica Analógica	ELTN	99,99
	Laboratório de Eletrônica Analógico	LELN	66,66
	Desenho Técnico e Simulação Eletrônica	DTSE	99,99
	Sistemas Digitais Programáveis	SIDP	99,99
	Sistemas de Áudio e Vídeos	SAVI	66,66
	Eletrônica de Potência	ELPO	66,66
	Sistemas de Comunicação	SICO	66,66
	Robótica	ROBOT	66,66
	Instrumentação e Automação Eletrônica	INAE	66,66
	SUBTOTAL		1233,3
Prática Profissional			200

A organização curricular do Curso Técnico Integrado em Eletrônica está disposta em regime seriado/anual em 03 (três) anos, apoiado em 03 (três) núcleos formativos: Núcleo Básico (NB), formado pelas áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, promovendo uma formação

crítica, capacitando a interlocução com os diversos conceitos e conteúdos da base científica e cultural fundamentais para a formação integral. O Núcleo Integrador (NI), que tem o propósito de unir Núcleo Básico ao Núcleo Profissional, constituído por conhecimentos importantes para integração curricular, que fundamentam as tecnologias e a contextualização do sistema de produção. E, por fim, o Núcleo Profissional (NP) integrado pelos componentes curriculares referentes aos conteúdos específicos em concordância com os conhecimentos tecnológicos do curso, com a prática profissional, com as normas do exercício da profissão e perfil do egresso.

Atualmente, a Coordenadoria de Eletrônica está localizada no prédio anexo ao bloco principal da indústria – Campus Maceió, que é dividido em três pavimentos. O Campus Maceió é o mais antigo do Ifal, com 111 anos e 7 meses de existência.

A equipe docente consta de 86 professores, sendo 73 professores da formação geral e 13 da formação técnica;

O acesso ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica permanece sendo mediante processo seletivo aberto ao público, para candidatos que comprovem conclusão da última etapa do Ensino Fundamental.

As diretrizes institucionais para os cursos técnicos integrados ao ensino médio do Ifal estão estabelecidas na Resolução nº 22/CS/2019 de 23/09/2019.

6 ANÁLISE DOS DADOS/RESULTADOS E DISCUSSÕES

Amparadas nos dados coletados, foram efetuadas as análises correspondentes às perguntas formuladas nos questionários enviados aos professores da formação geral e formação técnica que lecionam no curso técnico integrado de eletrônica, gestores que lidam diretamente com as situações de ensino e aprendizagem, alunos matriculados no curso técnico integrado de eletrônica e os egressos evadidos (especificamente do curso de eletrônica na modalidade Integrada) do mencionado curso, no Ifal – Campus Maceió. Conforme portal da coordenação, o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica, tendo como base o ano letivo 2020.1, possui um total de 10 turmas, 402 discentes matriculados constantes no sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) do Ifal e um total de 86 professores da formação geral e formação técnica (PPC do Curso). Vale salientar novamente que o questionário só atingiu 194 estudantes do 1º, 2º e 3º anos, conforme detalhado na metodologia.

A pesquisa qualitativa e quantitativa foi realizada a partir do envio dos questionários, os quais apresentam perguntas fechadas e abertas. As informações obtidas foram examinadas através de parâmetros teórico-analíticos (ARAÚJO; 2013).

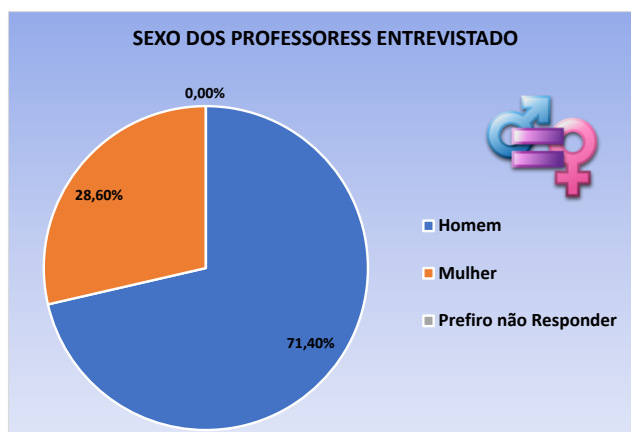
6.1 Resultado dos questionários dos professores

Prosseguindo, apresentam-se os resultados dos questionários respondidos pelos professores, os quais chamaremos no texto de P.

Ao serem indagados a respeito do sexo, 71,4% responderam masculino e 28,6% feminino (Figura 1). Essa realidade da predominância de homens em determinadas profissões não está presente somente no contexto do Ifal. Segundo Araújo (2013), a associação do gênero a algumas profissões está determinada pela justificativa construída socialmente de que existem profissões que são apropriadas exclusivamente para homens e outras, para mulheres. As crenças e valores

elaborados nas relações sociais concernentes a profissões adequadas para homens e mulheres podem influenciar para que mulheres não acreditem em suas possibilidades em frequentar determinadas profissões.

Figura 1 – Sexo dos professores entrevistados



Fonte: Autora (2021)

A figura 2 questiona a respeito do nível de escolaridade. 57,1% dos professores afirmaram que tinham mestrado, 28,6% que tinham doutorado e 14,3% que tinham especialização. “O quadro de docentes do IFAL é atualmente composto por 979 professores, distribuídos entre a Reitoria e os 16 Campi em funcionamento. Em relação à qualificação de seu corpo docente, a instituição possui 559 mestres, 213 doutores e mais de 160 são especialistas (PDI 2019/2023)”. Esses dados são referentes a dezembro de 2018. Observa-se na figura que mais de 50% dos docentes apresentam uma boa qualificação acadêmica. Essa realidade não é peculiar do Ifal. As pesquisas de Souza e Souza (2018) revelam que os docentes dos Institutos Federais possuem uma excelente qualificação técnica. Porém, constata-se em sua pesquisa a necessidade de incluir na formação dos docentes da EPT a formação pedagógica com conceitos que estabeleçam conexão com a educação de modo geral, e também com a educação e trabalho e a educação profissional, e ainda com os conteúdos exclusivos da EPT, a exemplo da legislação, conceitos e padrões do currículo da EP, currículo integrado e outros temas.

Apesar da destacada formação dos professores da rede federal de educação profissional quanto à formação dos conhecimentos específicos, não se deve ignorar outro aspecto fundamental para o êxito da educação técnica integrada, referente à necessidade do conhecimento dessas concepções na formação docente. Henrique, Baracho e Silva (2011) em suas pesquisas, averiguaram o exíguo conhecimento dos professores sobre as concepções e princípios do caráter politécnico da educação, favorecendo, na prática, a não efetivação da articulação entre a formação geral e técnica.

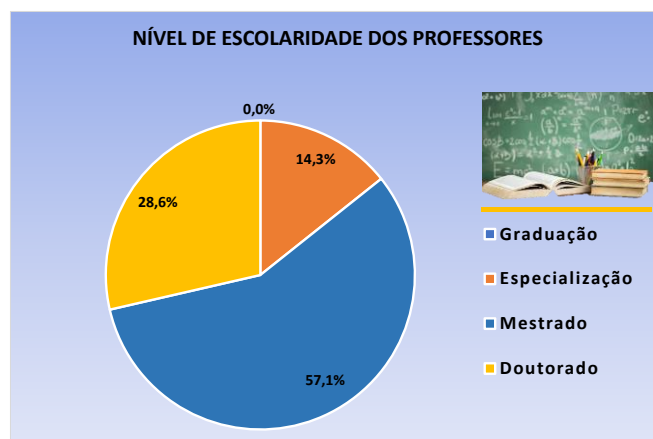
A pesquisa de Gomes e Brasileiro (2015) elucida a formação docente no Ifal – Campus Maceió, expondo que uma nova matriz curricular para formação de professores proposta aos IFs implica numa tarefa de difícil execução, uma vez que um contingente expressivo do coletivo de professores apresenta uma composição adaptada a formar técnicos. E, como efeito, habilitar estudantes para um mercado de trabalho centrado em indústrias, com perfil formativo pautado nas diretrizes da época da Revolução Industrial, fincado num período em que se educava estritamente para atender as necessidades do mercado.

Os achados de tal pesquisa expõem que o traço específico dos docentes do Ifal em Maceió, no geral, compreende toda a sua formação orientada para o conhecimento específico. Com excepcionalidade, verificaram-se casos de professores em que suas primeiras experiências na docência ocorreram no âmbito de um curso de licenciatura, levando em conta que primeiramente tais docentes desempenhavam atividades específicas de bacharéis. Bem como foi constatado que os professores participantes da pesquisa atuavam em diversas modalidades e níveis de ensino em um mesmo semestre, caracterizando-se como professores polivalentes. Tal contexto suprime do trabalho desses docentes uma identidade específica, necessitando, dessa maneira, redimensionar a sua ação educativa para responder a toda essa pluralidade pedagógica, a qual exige estudo e metodologias pertinentes para cada nível e modalidade de ensino. “Percebe-se ainda certa confusão e talvez uma falta de preparo em distinguir em como devem ser suas práticas para atuar em diferentes modalidades (GOMES; BRASILEIRO, p. 37, 2015)”.

Por fim, a formação de professores da EP (Educação Profissional) também perpassa a pós-graduação, uma vez que muitos desses docentes, originários de várias áreas, apenas se aproximam da reflexão a respeito da docência ao se

deparar com a necessidade de atuação como professores, ou pela inevitabilidade de formação continuada. Sendo assim, é importante entendermos, apoiado nas vivências, na memória, nas perspectivas a construção da docência na e para a EP (HENRIQUE et al., 2021).

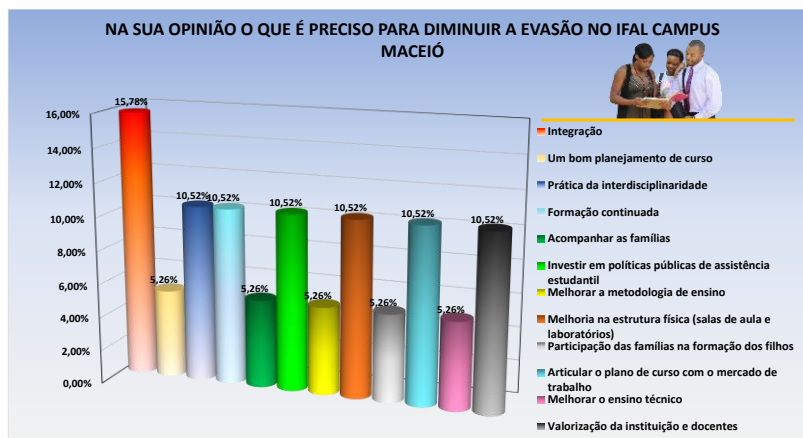
Figura 2 – Nível de escolaridade dos professores



Fonte: Autora (2021)

A Figura 3 expressa a opinião sobre o que é preciso para diminuir a evasão no Ifal. 15,78% dos entrevistados informaram a necessidade de a instituição pensar e possibilitar a integração entre os setores. Foram citados também como segunda opção a realização de práticas de interdisciplinaridade, formação continuada para professores, investimento em políticas públicas de assistência estudantil. Estabelece-se, dessa maneira, um diálogo com Johann (2012). Ele afirma que a gestão, atualmente, necessita refletir sobre os fundamentos da educação, especialmente referente à evasão escolar, e, por meio do coletivo diretivo, buscar meios possíveis para evitar e monitorar com toda comunidade escolar essa situação. Deste modo, a instituição é responsável por desenvolver uma política escolar de integração com a família dos alunos, bem como pela forma como o professor desenvolve as aulas que não têm despertado o interesse do estudante com as atividades escolares.

Figura 3 – Percepção dos professores para diminuir a evasão



Fonte: Autora (2021)

Os resultados da figura 4 referem-se à opinião sobre de quem é a responsabilidade de um estudante evadir do curso. 40% dos respondentes afirmaram que todos os envolvidos no contexto da educação têm responsabilidade com a saída precoce do estudante. Essa opinião converge com as concepções dos diferentes autores que fundamentam este estudo, quando alegam que a desistência se caracteriza por um fenômeno multifacetado. E 20% alegaram falta de condições sociais. Assim sendo, genericamente, isso indica que os paradoxos na evolução da evasão são multiformes, desde a necessidade do próprio discente até implicações institucionais, passando por exigências de desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a permanência do educando em sala de aula.

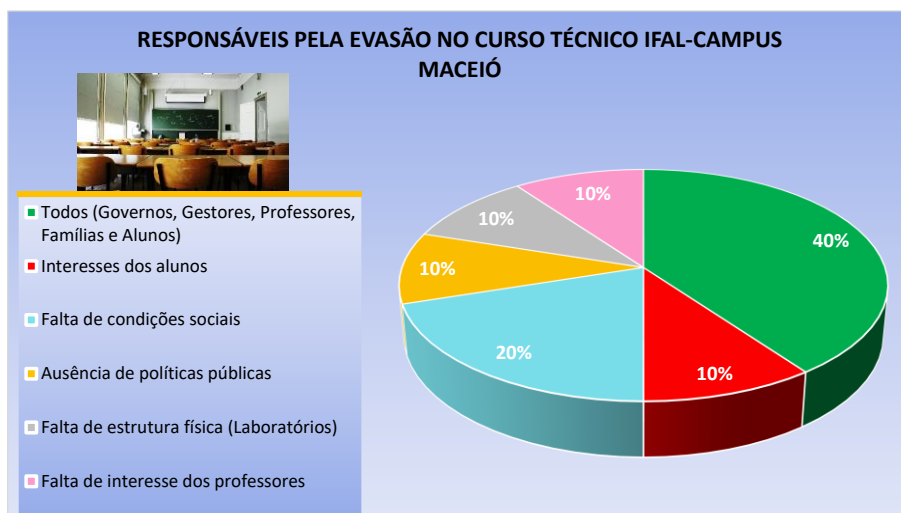
A evasão escolar causa muitos efeitos nocivos na vida dos adolescentes e jovens, tais como: ocorrência de baixa autoestima, aprofundamento da desigualdade social, desqualificação e rebaixamento de salários, incentivo à violência, prostituição, gravidez precoce, consumo de drogas, desqualificação para inclusão no mercado de trabalho e baixa qualidade de vida.

Para prevenir o abandono dos estudos, torna-se imprescindível que uma equipe multidisciplinar trabalhe com os estudantes a motivação sobre a importância da formação escolar, estimulando seu envolvimento nas atividades escolares, bem como promovendo discussões entre a gestão, docentes, família e alunos. A unidade

de ensino precisa conhecer quem são os seus estudantes, a fim de que seja possível auxiliá-los nas suas reais necessidades.

Outra consideração importante é o que argumentam os autores Henrique, Baracho e Silva (2011) ao reafirmam que as experiências de implantação e implementação da educação integrada concentraram-se em projetos interdisciplinares ou na elaboração de currículos estruturados em disciplinas, dificultando a integração dos conhecimentos das áreas técnicas e geral. Apesar de alguns progressos referentes às práticas tradicionais, ainda há muito o que fazer para superação da dualidade entre educação profissional e educação geral, ou seja, o desenvolvimento de uma proposta que envolva a associação “epistemológica, de conteúdo, de metodologias e de práticas educativas”.

Figura 4 – Responsáveis pela evasão no Curso Técnico Ifal – Campus Maceió



Fonte: Autora (2021)

Todos os professores da pesquisa declararam que mantinham boas relações interpessoais com os educandos, um aspecto benéfico para a aprendizagem. Figueiredo e Salles (2017) sustentam que os estudantes tendem a permanecer quando o convívio que estabelecem com os docentes são favoráveis. No entanto, de acordo com os estudos, a repercussão das convivências positivas decorre do perfil organizacional e estrutural da escola.

Quando questionados sobre o relacionamento que mantinham com estudantes, todos os sete professores afirmaram manter um bom relacionamento com os alunos. O P1 justificou sua resposta afirmando acompanhar o desenvolvimento, manter o diálogo, só exige o que foi ministrado em aula, incentiva com elogios e valoriza a voz de cada um. P2 alegou exercitar a escuta por meio de fóruns diversificados de discussões. Da mesma forma, P3 e P4 fundamentaram as suas respostas, dizendo praticar o feedback das aulas e avaliações. Igualmente, P5 e P6 alegaram manter um relacionamento amigável e respeitoso, incentivando a interação no processo de aprendizagem, explicando que, quando possível, atendem os casos particulares, e se preocupam com a aprendizagem. Finalmente, o P7 esclareceu que tinha problemas pontuais com alunos com falta de postura e educação.

O quadro 7 reporta-se à questão acerca de que ações necessárias o Ifal deve tomar para contribuir com a permanência do estudante até a conclusão do curso. Os respondentes sugeriram: diálogo permanente entre os professores e o setor pedagógico, mais espaços de convivência, monitoria e reabertura do Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane), recuperação da identidade institucional, ensino integral, formação continuada para professores, metodologias atuais de ensino, adequação das instalações do curso à prática profissional e cobrança para a participação da família na formação dos jovens.

Concernente à reabertura do Sane, Parizotto e Breitenbach (2021) afirmam que certas escolas, desde metade da década de 1940, reconheceram a considerável relevância das ações referentes à oferta alimentar nos processos de permanência e rendimento escolar. O governo de Juscelino Kubitschek incentivou a campanha da merenda escolar publicando o Decreto n. 37.106. Ao longo da História, os expedientes legais foram sendo aperfeiçoados até que em 1979 passou a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), denominado comumente de “merenda escolar”. “Foi através de luta social que o Programa se tornou referência mundial e atualmente contribui para a permanência e êxito de muitos estudantes nas escolas por meio da oferta de merenda escolar, contribuindo para o desenvolvimento fisiológico e cognitivo destes, melhorando hábitos alimentares e formando cidadãos (PARIZOTTO, BREITENBACH, 2021, p. 134)”.

A oferta de alimentação pelas escolas torna-se necessária para o desenvolvimento psicofísico dos estudantes, favorecendo as condições físico-motora, intelectual, afetivo-emocional, econômico-social, auxiliando os estudantes em situações benéficas no processo da aprendizagem. A escola que disponibiliza as refeições à base de alimentos saudáveis, determinada legalmente, exerce uma função importante na evolução cognitiva dos estudantes. O alimento escolar torna possível uma vida saudável e melhoramento do rendimento escolar (PARIZOTTO, BREITENBACH, 2021).

Quando perguntados sobre quais ações o Ifal deveria desenvolver para promover a permanência discente até a conclusão do curso, o quadro 7 expressa resultados que também são constatados nos estudos de Souza (2013), que demonstram que a prática pedagógica tem uma função importante no sucesso da permanência escolar, destacada pelos estudantes, assim como pelo pronunciamento dos 50% dos entrevistados dos professores e gestores do Instituto Federal do Rio Grande Norte (IFRN), em especial o Campus SGA (São Gonçalo do Amarante). Dessa forma, Souza entende que os entrevistados apontam ações que possibilitam a permanência discente, sendo necessário refletir de forma sistêmica para consolidar essas possíveis ações e prescindir de ser uma consideração pontual e individual de cada servidor.

Torna-se importante lembrar que, conforme Johann (2012), o corpo docente, em sua maioria, tem uma qualificação profissional excelente, apresentando nível de mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento e atuam como professores. Esta realidade também é percebida nas respostas do questionário, conforme Figura 2, onde 57,1% dos professores entrevistados têm mestrado e 28,6% tem doutorado, No entanto, alguns amparam-se, muitas vezes, apenas no conhecimento específico da sua formação, com escassa e até com total ausência de orientação pedagógica.

Deste modo, torna-se determinante a formação pedagógica como pré-requisito para a prática da docência, sendo importante a reformulação da admissão de novos professores nas universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para o professor da educação profissional, é primordial compreender que o seu conhecimento necessita ser redefinido continuamente, fortalecendo uma

conduta de professor transformador que repensa sempre sobre sua prática, redimensionando conceitos (JOHANN, 2012).

A escola, através dos setores responsáveis, tem o compromisso de possibilitar a formação continuada, para que os professores permanentemente atualizem-se, com intuito de desenvolverem aulas mais dinâmicas. Torna-se imprescindível que os professores pensem em aulas diversificadas para incentivar o aluno a permanecer até a conclusão dos estudos.

Cumpra à escola respaldar os professores durante as reuniões pedagógicas a fim de refletirem um plano interno de redução do abandono escolar, uma vez que a escola tem a obrigação de prevenir a saída prematura do educando/a, promovendo a aprendizagem e o êxito de todos os discentes (JOHANN, 2012, p.79).

É de extrema relevância argumentar pela necessidade de uma política coerente e continuada de formação dos profissionais da Rede Federal de Ensino. Tal política deve ser admitida como “política pública sistêmica e não ação isolada”, como tem ocorrido no desenvolvimento de formação da Rede Federal, ainda que existindo iniciativas esporádicas (ARAÚJO, SILVA, p. 16, 2017).

No que concerne à participação familiar como fator de permanência, a pesquisa de Cardoso (2012) constatou que uma considerável parcela de estudantes pesquisados afirmou que, para reduzir a evasão escolar, a família precisa se envolver mais com a educação dos filhos. Entende-se que na atualidade as famílias estão cada vez mais distantes dos filhos. Contudo, os educandos apoiados pelos familiares têm bom relacionamento familiar e, onde os limites são estabelecidos, apresentam um bom desempenho escolar, tanto qualitativa, quanto quantitativamente, tendo mais facilidade para acompanhar as rotinas escolares. O aconchego dos pais exerce uma influência muito positiva no aprendizado dos seus filhos, mais do que eles próprios imaginam (CARDOSO, 2012).

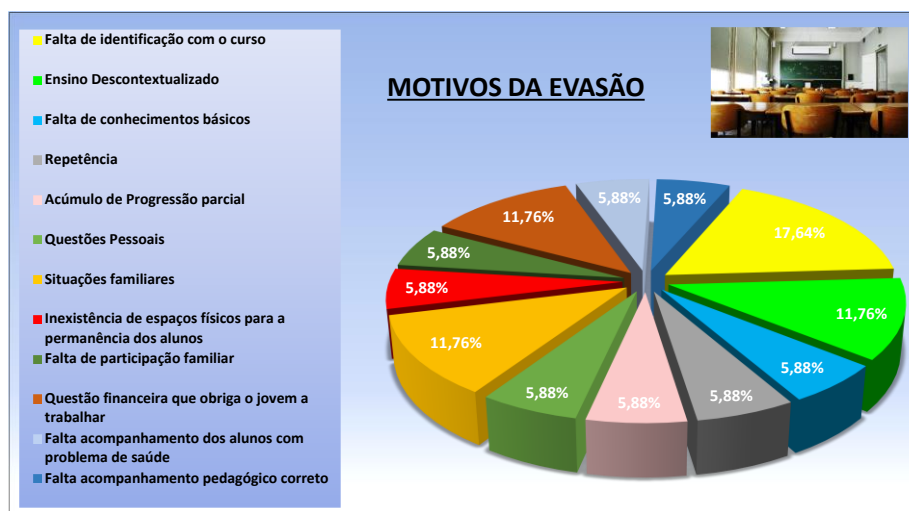
Quadro 8 – Ações para permanência do estudante.

Ações para permanência do aluno	
Diálogo permanente entre professores e com a pedagogia	12,50%
Mais espaços de convivência, monitoria e reabertura do Sane	12,50%
Recuperar identidade institucional	12,50%
Ensino integral	12,50%
Formação continuada para professores	12,50%
Metodologias atuais de ensino	12,50%
Adequar as Instalações do curso à prática profissional	12,50%
Cobrar a participação da família na formação dos jovens	12,50%

Fonte: Autora (2021)

Quando consultados sobre os motivos que levam à evasão dos estudantes dos cursos do Ifal (Figura 5), 17,64% dos professores apontaram que uma parcela de estudantes que ingressam no Ifal não se identifica com os cursos que estão matriculados. Essa realidade também é verificada nos achados de Souza (2013). Na sua pesquisa, uma grande parcela dos estudantes do Curso Subsequente de Redes de Computadores do IFRN optou pelo curso casualmente, escolheu na época por ser a única opção, e desejava estudar em escola conceituada. Esse problema da falta de informação sobre a natureza dos cursos técnicos promove muitas vezes a falta de identificação com os mesmos, favorecendo à desistência. Isto aponta para a necessidade de se desenvolver uma ampla e consistente divulgação dos cursos do Ifal junto à comunidade externa dos estudantes, como estratégia para reduzir a evasão.

Figura 5 – Motivos da evasão



Fonte: Autora (2021)

Dos professores consultados a respeito da proposta do Produto Educacional ser uma exposição fotográfica, 57,2% acharam muito boa, 28,6% boa e 14,3% sem eficácia para influenciar na realidade dos alunos, conforme figura 6. A considerável aceitação da proposta pode estar relacionada à força de comunicação que a fotografia apresenta. Guran (2012) assevera que, com o desenvolvimento da tecnologia digital, com seus inúmeros métodos de produção de imagem, câmeras, telefones, tablets e outros, e os processos recentes de propagação e popularização da informação visual, a fotografia de documentação converteu-se no principal objeto de comunicação visual usado de maneira cada vez mais mundializada, pela sua disseminação em nível global e por ser acessível às mais diversas classes sociais.

As ciências sociais resistiram durante muito tempo à assimilação da fotografia como meio confiável de investigação de informação e também na exposição das conclusões de uma pesquisa. Porém, há aproximadamente duas décadas capitulou irreversivelmente ao poder e eficiência da imagem fotográfica para esses fins (GURAN, 2012).

O desenvolvimento da tecnologia militar, com as armas de fogo no século XVI e da metralhadora no século XIX, tornou-se primordial para que a Europa dominasse a América e a África, provocando a destruição de muitas culturas. Atualmente é o

predomínio dos meios de comunicação e dos seus apetrechos através das culturas hegemônicas que vem acarretando a devastação das culturas demográfica e economicamente mais fragilizadas. Nas regiões onde as relações de poder ainda possibilitam resistência, como na América Latina, as culturas foco do ataque da mídia globalizada ainda relutam, ou assimilando itens da cultura hegemônica para sobreviver, ou contrapondo através da inclusão das suas próprias referências culturais no interior da cultura dominante (GURAN, 2012).

A imagem fotográfica se configura em umas das principais armas, ou a principal, dessa resistência. Porquanto a imagem é testemunho, é exemplo, é o que se vê, simultaneamente, por isso é o que realmente permanece. “Não é por outra razão que, pelo mundo afora, vemos governantes mais preocupados com sua imagem – no sentido mais amplo do termo – do que com a própria eficiência dos governos. Se a imagem de um governante não é boa junto à opinião pública, trabalha-se a mídia, e não os planos de governo. Hoje mais do que nunca, parecer parece ser mais importante do que efetivamente ser (GURAN, 2012, p.97)”.

Na demonstração da mídia, quem tem o domínio dos meios de produção da imagem revela o mundo conforme a sua visão ideológica. Melhor dizendo, forja a imagem de si em conformidade com a sua conveniência e evidencia o outro partindo dos seus preconceitos, para que o mundo permaneça segundo os seus interesses (GURAN, 2012).

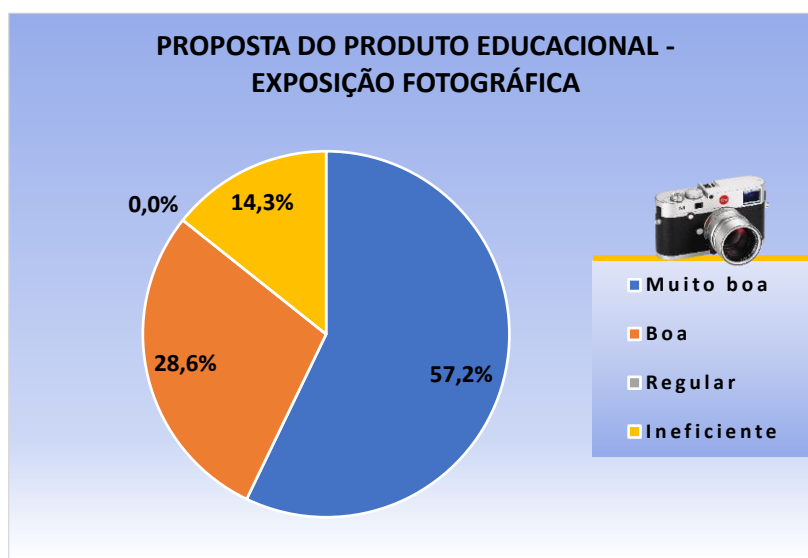
A grande parcela da população, excluída da produção da imagem, se caracteriza, assim, em virtuais analfabetos visuais. Esses segmentos da população são os despreparados para o uso coerente das máquinas urbanas modernas e os outros instrumentos de trabalho, o que focaliza ainda mais a sua situação de exclusão. Torna-se necessário expandir o direito de todos à sua própria imagem. Isso se tornou possível com o advento da fotografia, que outorgou a todos que não tinham rosto a representação da sua vida social retratado antes pela pintura, de se converterem em sujeitos da representação da sua própria imagem (GURAN, 2012).

Conforme Guran (2012), ultimamente, em inúmeros lugares do mundo, vêm funcionando projetos de inclusão visual:

A exemplo do que vem sendo feito em diversas partes do mundo, operam no Rio de Janeiro dezenas de projetos de inclusão social, baseados na

utilização da fotografia – que nós chamamos de projetos de “*inclusão visual*”. São realizados em favelas, comunidades desfavorecidas, associações de moradores e escolas públicas de bairros populares. São projetos que visam a valorizar a autoestima destas comunidades, a formar profissionalmente os jovens, dando-lhes acesso a instrumentos para o exercício da sua cidadania, além de valorizar suas próprias relações sociais, propiciando-lhes uma visibilidade social baseada no que suas comunidades possuem de melhor, livrando-os, desta forma, da condição de habitantes de verdadeiros guetos (GURAN, 2012, p.105).

Figura 6 - Proposta do Produto Educacional – Exposição Fotográfica



Fonte: Autora (2021)

6.2 Resultado dos questionários dos gestores do ensino

O gestor em tela respondeu que ocupa o cargo de docente, é do sexo masculino e tem nível de escolaridade de mestrado.

Quando questionado sobre sua opinião do que é preciso para diminuir a evasão no Ifal – Campus Maceió, respondeu: “Sou novo no campus e não saberia dizer os motivos que influenciam a evasão, mas, por ser aluno egresso da escola, acredito que a falta de atividades mais práticas e voltadas às aplicações da teoria sejam o principal motivo. Então, em minha opinião, os projetos, oficinas e eventos seriam ferramentas atenuadoras desse problema”.

Concernente à necessidade da integração entre teoria e prática para estancar a evasão, as ponderações de Wille et al (2021) justificam a importância do compromisso com a construção da concepção de uma educação humana integral, tornando possível ao trabalhador o acesso aos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, contribuindo com a travessia para uma outra sociedade e, dessa forma, para um outro referencial educacional que consinta na realização da formação omnilateral. Por essa razão, a superação da dicotomia educação/trabalho inerente à sociedade capitalista equivale em uma luta contra-hegemônica, sendo primordial transpor dicotomias consolidadas na gênese da própria escola, ou seja, “a escola do doutor e a escola do trabalhador: a primeira acentuadamente livresca e desinteressada; a segunda acentuadamente profissional e prática (MANACORDA apud WILLE et al, 2021, p.35)”.

A pedagogia histórico-crítica, fundamentada no materialismo dialético, permite conceber o conhecimento não como algo que se origina nem do concreto nem do abstrato, mas da dinâmica entre esses dois elementos, da suplantação destas oposições pela síntese dialética (WILLE et al, 2021).

Dessa forma, essa proposta pedagógica favorece a apresentação da unidade indissolúvel entre teoria e prática, desfazendo a dualidade que evidencia a alienação entre trabalho intelectual e manual implantada pela sociedade capitalista, o que subentende compreender a base e o movimento da realidade concreta para superação dos fatos que se expressam na prática e são assimiláveis pela nossa compreensão (WILLE et al, 2021).

É fundamental frisar que não existe uma didática para a pedagogia histórico-crítica, mas diversas didáticas empregadas em realidades distintas (WILLE et al, 2021).

Vale também salientar que a valorização da historicidade pode ser essencial para a compreensão dos conteúdos de forma integrada. A construção histórica dos fatos e do conhecimento confere sentido aos conteúdos de ensino, tendo em vista que foram cientistas e segmentos sociais que produziram as teorias, os quais evidenciam a mobilização do homem à procura do conhecimento. Essa compreensão nos possibilita a nos enxergarmos como sujeitos e não como objetos

de um enredo social que ignoramos, isto é, a nos percebermos como intelectuais e capazes de dirigir as nossas vidas e os rumos da sociedade (WILLE et al, 2021).

Sobre a pergunta de quem é a responsabilidade por um estudante evadir do Ifal, retornou, dizendo: “acredito que existe uma série de fatores que influenciam a evasão, desde a estrutura familiar, condição econômica, os fatores estruturais da escola e professores, além disso, acredito que a falta de perspectiva em relação ao futuro profissional na área também influencie”.

Em relação aos fatores que contribuem para o educando desistir dos estudos, afirmou serem “múltiplos fatores”. Essa realidade não se limita exclusivamente ao Ifal – Campus Maceió, mas, conforme estudos apresentados na pesquisa bibliográfica, é uma conjuntura que se repete nos diversos contextos do país.

A declaração do gestor em dizer que são múltiplos os fatores que contribuem para o educando desistir é aspecto recorrente na literatura científica, pois a evasão no Brasil demonstra um imbróglio histórico, que se perpetua até a atualidade, consequência de inúmeros e complexos aspectos. Essa complexidade tolhe a compreensão do abandono escolar, bem como que seja analisado isoladamente. Tal entrave tem raízes históricas, mas também é decorrência de numerosas ingerências do governo, no planejamento escolar, rendendo-se à política ditada pelas elites. A despeito de todas as melhorias desenvolvidas, o sistema educacional do Brasil permanece demasiadamente elitista (DINIZ, 2015).

Estudos recomendam que as resoluções para evasão, da mesma forma com os muitos problemas do nosso sistema educacional, transitam, previamente, pela suplantação das formas das estruturas sociais e econômicas fundadas no capitalismo, que situam a escola como um canal de reprodução e conservação de relações antagônicas (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

No tocante a quais ações o Ifal deveria desenvolver para possibilitar a permanência do aluno até a conclusão dos estudos, assevera: “incentivar os professores a se aperfeiçoarem a novas tecnologias, gerar expectativa em relação às possibilidades de trabalho para o aluno, aperfeiçoar e investir na atualidade de sua infraestrutura”.

A alusão do gestor quanto a incentivar os professores a se apropriarem da tecnologia nos remete às reflexões de Wille et al (2021), que salienta a importância de assegurar o acesso ao que “há de mais moderno, no entanto não basta garantir o acesso à tecnologia do ponto de vista técnico operacional, mas promover o entendimento dos princípios científicos e dos processos que as viabilizam”. Essa ideia questiona o tecnicismo, que é a compreensão aligeirada e instrumental de técnicas, visto que está articulada ao trabalho como princípio educativo, reconhecendo o propósito político do ensino médio integrado (WILLE et al, 2021, p. 42).

O depoimento do participante no tocante a gerar expectativa de possibilidades de trabalho no educando/a nos encaminha às reflexões de Silva e Castilho (2021) sobre os pressupostos do planejamento institucional dos IFs, esclarecendo que na atualidade tem ocorrido uma expansão constante dos compromissos da escola, consoante aos fatores de natureza social, econômico-cultural, científica e tecnológica, e aos relacionados aos de promoção do conhecimento e do processo educativo. Tais elementos têm colaborado para a expansão das responsabilidades da escola e o dever de elaborar projetos político-pedagógicos que permitam a construção de experiências relevantes do processo ensino e aprendizagem. Em outras palavras, o planejamento conduz a uma ação, a um fazer, porém, está dirigido por teorias, valores e outros que se torna imprescindível as suas elucidações. De acordo com essa premissa, um dos objetivos dos Institutos Federais é fomentar e apoiar procedimentos educacionais que promovam a geração de trabalho e renda e a autonomia da pessoa na perspectiva da promoção socioeconômica local e regional, o qual só é possível através de planejamento.

Além disso, a relevância e a necessidade do planejamento em educação ponderam que a conduta do gestor escolar será tão abrangente ou restrita, como ampla ou estreita for sua visão sobre a educação, sobre a gestão escolar e sua função profissional na liderança e organização escolar. Em face disso, o planejamento é um *feedback* à complexidade educacional, tornando-se fundamental viabilizar mudanças racionais, fundamentadas nas circunstâncias existentes e de construção de possíveis situações. Por conseguinte, “é impossível separar o processo de planejamento do processo de gestão da educação, pois o planejamento

é a parte inicial da gestão, sem a qual os resultados ficam comprometidos (SILVA, CASTILHO, 2021)”.

É fundamental compreender que o planejamento é algo contínuo, ou seja, “planeja-se antes, durante e depois das ações, pois não é possível prever antecipadamente todas as condições de execução de planos, notadamente, das dinâmicas sociais, como é o caso da educação (SILVA, CASTILHO apud LUCK, p. 5, 2021)”. Em outras palavras, a educação é um movimento social, atrelado às situações específicas da realidade a qual está inserida, por isso o planejamento deve ser coerente, mas não engessado, porque o seu papel é igualmente orientar as tomadas de decisões, de forma permanente sobre as necessidades de ajustes nos objetivos, reorganização e redimensionamento de ações (SILVA, CASTILHO, 2021).

Referente à proposta do Produto Educacional como uma proposta de uma exposição fotográfica, afirmou: “acho que seja uma proposta fraca, para motivar aluno, precisa ser mais dinâmica, oferecer uma perspectiva de futuro na área ou algo que os motive a se manter no curso, não vejo como uma amostra de fotos trará motivação para alunos que estão imersos na tecnologia e na velocidade da internet, enquanto suas aulas continuam monótonas”.

O depoente considera a proposta do PE uma proposta fraca, porém, os estudos sobre a fotografia como método de ensino são escassos, especialmente no contexto do ensino médio e, em maior grau, na educação profissional. “Entretanto, tal artefato está presente no cotidiano e revela muitas histórias, o que implica a necessidade de ampliarmos nossos olhares, ajustarmos nossas lentes de pesquisa (RAMALHO et al, 2021, p. 386)”.

Torna-se pertinente frisar a capacidade da fotografia para a educação, principalmente no sentido da reconstituição histórica da educação profissional e das mudanças no âmbito do trabalho na conjuntura brasileira (RAMALHO et al, 2021).

O significado da fotografia extrapola o artefato fotográfico e a momentânea mensagem visual. A mediação pertence à esfera dos objetos problematizados nas suas diversas interações no tempo e no espaço, em conformidade com as práticas dos sujeitos sociais. As mediações não são meras opiniões, mas uma concepção que considera as múltiplas particularidades da realidade empírica, suas interações e

conexões que estabelecem modos e formas da vida social. É no contexto das singularidades históricas que se localizam as mediações. Conceber as fotografias como mediações compreende reconsiderar as múltiplas leituras permitidas da imagem fotográfica por meio de seus estudiosos; filtrar, diferenciar e organizar em sequência as fotos nos arquivos e identificá-las no seu contexto histórico, político e social; conectá-las com outros textos disponíveis sobre o momento, mediante a intertextualidade, suplantando a aparência envolvente das imagens e concebê-las no âmbito das práticas sociais complexas do seu momento histórico (CIAVATTA, 2012).

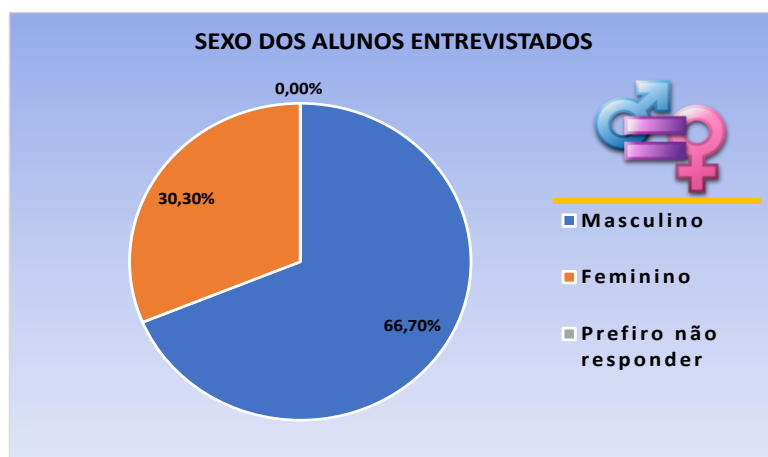
Dessa forma, torna-se relevante ampliar as pesquisas sobre a utilização da fotografia, em especial nas demandas educativas desenvolvidas na conjuntura da educação profissional. Logo, a assimilação da fotografia enquanto metodologia de ensino viabiliza a inserção dos estudantes no contexto histórico e social onde esses registros foram elaborados. Essa inserção permite “um olhar interdisciplinar sobre o mundo do trabalho dando visibilidade para as lutas em prol da efetivação de políticas públicas que garantam o acesso aos direitos fundamentais para a população local, incluindo o direito à educação pública e gratuita (RAMALHO et al, 2021, p. 390)”.

6.3 Resultado dos questionários dos estudantes matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica

Segue a análise dos dados referente ao formulário enviado aos 194 alunos. Esse foi repassado pelos estudantes representantes de turma aos discentes, sendo trinta e três (33) respondentes.

Dos alunos que responderam, 66,7% afirmaram serem do sexo masculino e 30,3% do sexo feminino (Figura 7).

Figura 7 – Sexo dos estudantes entrevistados



Fonte: Autora (2021)

Dos 33 discentes que responderam ao questionário, 9,3% estão cursando o 1º ano, 55,8% o 2º ano e 34,1% o 3º ano. Apesar de o Curso Técnico Integrado de Eletrônica ter o 4º ano como último ano para conclusão, os discentes dessas turmas não responderam ao formulário.

Os resultados revelaram que 97% dos entrevistados apresentam estado civil de solteiro e 3% união estável.

Conforme a Figura 8, quando arguidos a respeito de trabalho, 81,8% dos estudantes responderam que não trabalhavam e 18,2% responderam que sim. Esse dado revela que a maioria dos depoentes não trabalha, uma vez que ingressar no mercado de trabalho prematuramente possivelmente interfere na não permanência do educando nos bancos escolares (ARAÚJO, 2013).

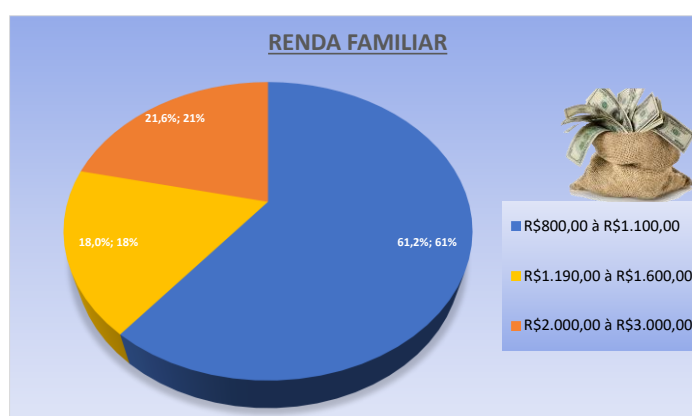
Figura 8 – Situação do estudante em relação ao trabalho



Fonte: Autora (2021)

Constata-se na Figura 9 que 61,2% dos estudantes entrevistados, uma parcela considerável, são oriundos de famílias que possuem baixa renda, condição esta que pode provocar o abandono escolar (VEIGA, BERGIANTE, 2016).

Figura 9 – Renda familiar



Fonte: Autora (2021)

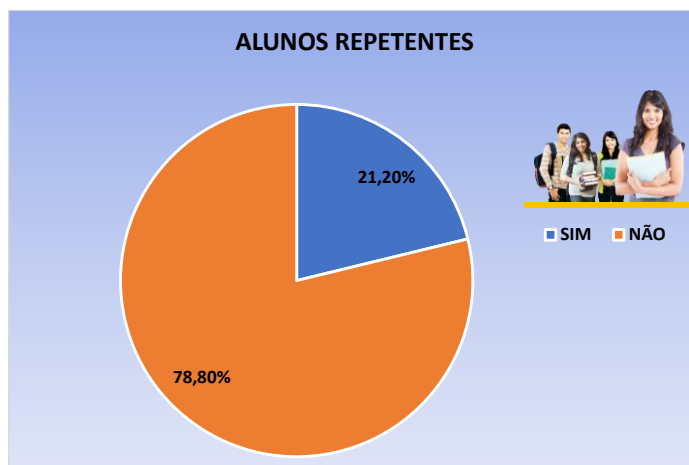
Quando questionados sobre a repetência, 78,8% responderam que não eram repetentes e 21,2% responderam que sim (Figura 10). Apesar de o índice de não repetência ser bem superior aos de repetentes, tal situação demanda mais elucidação. Diniz (2015) evidencia que na maior parte dos casos o número de estudantes que conseguem finalizar o Ensino Médio tem diminuído na maioria das

escolas públicas estaduais. Sem levar em consideração as altas taxas de reprovação terem crescido e os resultados em avaliações externas serem baixíssimos.

A evasão e a repetência caracterizam-se como entraves para educação pública pelo fato de seus motivos estarem associados a aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, porém, o seu agravamento está vinculado também às práticas pedagógicas obsoletas (DINIZ, 2015).

Pesquisas revelam que o Ensino Médio no Brasil tem caráter enciclopédico, assim, os estudantes têm dificuldades de assimilar, sucedendo, dessa forma, uma demanda de diversificação do conteúdo. Geralmente, a sala de aula é concebida como um ambiente desestimulante, com pouco diálogo, marcada pelo silêncio, pela negação da espontaneidade e os conteúdos destituídos de significado, estorvando a compreensão das ideias trabalhadas em sala de aula em função da ausência de conexão com o cotidiano (FIGUEIREDO, SALLES, 2017)

Figura 10 – Estudantes repetentes



Fonte: Autora (2021)

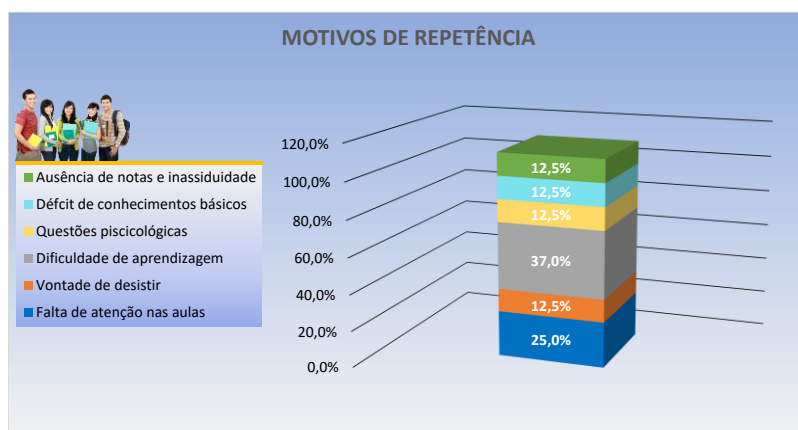
A figura 11 trata sobre os motivos da repetência e, dentre os citados, destacamos a dificuldade de aprendizagem e a falta de atenção às aulas, com 37% e 25% respectivamente. Discutir a evasão é pensar no fracasso escolar. As

respostas da figura 6 indicam várias causas que provocam o fracasso escolar, de forma predominante a “dificuldade de aprendizagem, reduzidos conhecimentos didáticos do corpo docente, desinteresse individual, envolvimento com drogas, gravidez, necessidade de trabalhar” e outros. Portanto, o fracasso escolar tem origem em aspectos culturais, sociais e políticos em que possa estar imerso o estudante (VEIGA, BERGIANTE, 2016).

Porém, é lúcido discutir o parecer de Charlot sobre fracasso escolar. Ele afirma que não existe fracasso escolar, mas alunos em situação de fracasso, os quais respondem com retração, indisciplina e violência. São essas situações escolares não exitosas que necessitam serem estudadas, analisadas, “e não algum objeto misterioso, algum vírus resistente, chamado ‘fracasso escolar’ (JOHANN, 2012, p.81).

É importante ressaltar que as frequentes reprovações favorecem para a apatia dos jovens e exercem relevante interferência na deliberação de prosseguir ou não os estudos, especialmente por acarretar a distorção idade-série. No decorrer dos anos, os repetentes ficam com a sua autoestima afetada, comprometendo a aprendizagem (DINIZ, 2015).

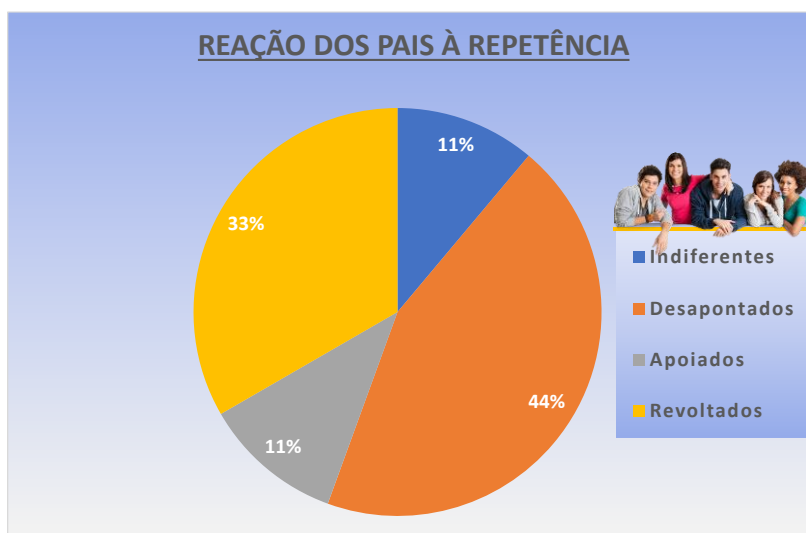
Figura 11 – Motivos da repetência



Fonte: Autora (2021)

Na Figura 12, ao serem consultados sobre a reação dos seus pais ao saberem que iriam repetir, os alunos informaram que 44% dos pais reagiram com desapontamento e 33% com revolta. Conforme (VEIGA, BERGIANTE, 2016), pesquisas realizadas em países latino-americanos demonstraram que a família desempenha um papel fundamental na vida escolar do sujeito. As pesquisas demonstram que quanto maior for o nível de escolaridade, principalmente da mãe, maior será a possibilidade de permanência, bem como o êxito escolar do filho.

Figura 12 – Reação dos pais à repetência



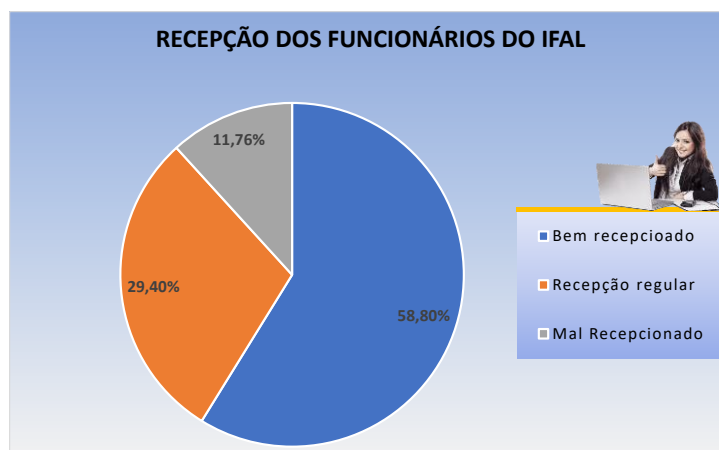
Fonte: Autora (2021)

Na figura 13, sobre a recepção dos funcionários do Ifal, 58,80% dos entrevistados responderam que eram bem recepcionados, 29,40% que eram recepcionados de forma aceitável e 11,76% afirmaram que eram mal recepcionados. A recepção acolhedora dos servidores da educação pública possui um papel importante e benéfico, no sentido de que os estudantes sintam-se acolhidos e, conseqüentemente, permaneçam e tenham sucesso em suas experiências educativas. Isso contribui com uma formação humanizadora, a qual promove a autoaceitação dos discentes, melhorando o desempenho escolar. Essa postura parte da premissa de que, no espaço escolar, assegurar os “elementos do afeto e respeito à diversidade pode significar um processo educativo mais prazeroso e significativo (FERREIRA, RODRIGUES, 2021, p. 194)”.

A instituição escolar é um ambiente educacional e ativo que precisa ser reconhecido não como um lugar de disciplina ou um lugar de armazenamento de seres humanos, com o objetivo de contribuir com as exigências do mercado de trabalho capitalista, e sim um espaço repleto de potencialidades de buscas e aprendizados. Os conhecimentos dos currículos e os temas comumente estudados nas distintas disciplinas são apenas um dos componentes deste lócus educativo, e a sala de aula é apenas um dos recintos da produção de saberes. “Assim, é fundamental compreender que a escola é composta de diferentes ambientes e que a educação ocorre também em locais distantes das classes, cadeiras e quadro: os estudantes formam-se no convívio social, que acontece também durante o intervalo, na biblioteca, no ginásio ou em outros espaços que contribuem para formação de uma cultura escolar (FERREIRA, RODRIGUES, 2021, p. 194)”.

Dessa forma, torna-se indiscutível que os professores e demais atores educacionais necessitam estar vigilantes para comportamentos desrespeitosos entre os seus integrantes, procurando aderir a uma prática pedagógica que incorpore mais que um determinado conteúdo. É necessário elaborar uma educação humanizadora baseada no amplo convívio com o outro, principalmente na diligência por uma cultura de paz (FERREIRA, RODRIGUES, 2021).

Figura 13 – Recepção dos funcionários



Fonte: Autora (2021)

O quadro 8 apresenta algumas possíveis ações para atrair estudantes para o Ifal. Dos discentes entrevistados, 15% apontaram a melhoria da metodologia e da didática desenvolvidas pelos professores e outros 9% indicaram a necessidade de ampliar o atendimento da psicologia. Esse resultado detecta que as razões e os efeitos da situação de fracasso escolar não estão apenas determinados pelos estudantes. Os professores podem contribuir com essa situação persistindo na utilização de didáticas obsoletas. Desse modo, uma escola não atrativa poderá ser um fator preponderante na exclusão do estudante no sistema de ensino profissional (VEIGA, BERGIANTE, 2016).

Os discentes, nesta pesquisa, reconhecem a importância do setor de psicologia no desenvolvimento e fortalecimento do emocional. Seria relevante que a escola formulasse um projeto de acompanhamento psicológico e suporte emocional desses adolescentes e jovens, ajudando-os a conhecerem a si mesmos. Promover dinâmicas de grupo que reforcem a motivação e a confiança pessoal do sujeito da aprendizagem será muito relevante para essa fase da vida, marcada por instabilidade emocional (DINIZ, 2015).

Quadro 9 – Ações para atrair alunos para o Ifal

Ações para atrair alunos para o Ifal	Número de citações	Percentual das citações
Melhorar a metodologia de ensino/didática	05	15%
Desenvolver programas de pré-vestibular	01	3%
Melhorar o atendimento da psicologia	03	9%
Priorizar a permanência do aluno no IFAL	01	3%
Retorno as aulas presenciais	01	3%
Melhorar a acessibilidade	01	3%
Melhorar as instalações físicas	01	3%
Adequar o ensino as novas tecnologias	01	3%
Melhorar o atendimento da pedagogia para os repetentes	01	3%

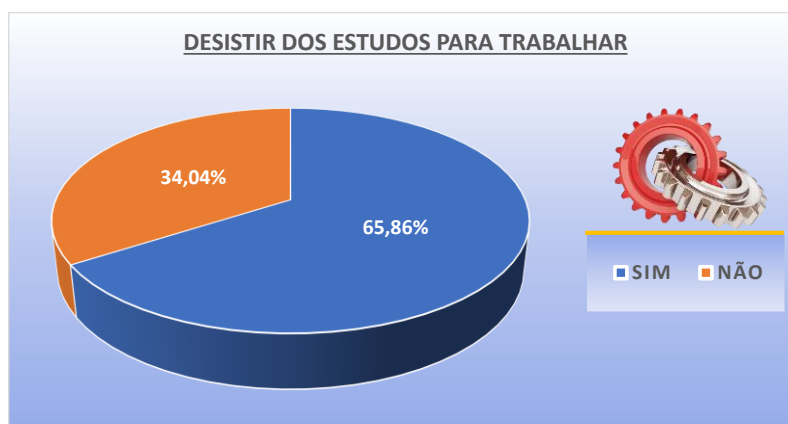
Diminuir quantidade de atividades	02	6%
Melhorar a organização da educação	02	6%
Melhorar a organização das atividades online	01	3%
Melhorar o comprometimento dos professores	01	3%
Melhorar a divulgação das pesquisas dos alunos	01	3%
Melhorar o apoio acadêmico	01	3%
Ampliar a oferta de cursos	02	6%
Diminuir a taxa do exame de seleção	01	3%
Melhorar a divulgação dos cursos	01	3%
Colocar o curso como opcional	01	3%
Investir em transporte escolar	01	3%
Melhorar a assiduidade dos professores	01	3%
Desenvolver um cronograma de estudos	01	3%
Diminuir o debate ideológico em sala de aula	01	3%

Fonte: Autora (2021)

Conforme a Figura 14, 65,86%, uma significativa parcela de estudantes, afirmaram que deixariam de estudar para trabalhar. Isso desvela as condições socioeconômicas instáveis em que estão inseridos. Tal decisão não ocorre espontaneamente, mas é decorrente desses motivos financeiros oscilantes, que acarretam a inclusão prematura no mercado de trabalho (VEIGA, BERGIANTE, 2016). É uma necessidade expandir a política de concessão estudantil, como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas e ampliação do serviço alimentar. Esse dado indica a urgência de se alargar a política educacional de assistência estudantil a fim de promover a permanência do aluno.

Almeida (2011) confirma em sua pesquisa que o baixo rendimento, a baixa renda familiar e conciliar estudos e trabalho são situações que contribuem para o abandono dos estudos.

Figura 14 – Desistir dos estudos para trabalhar



Fonte: Autora (2021)

Os resultados do quadro 9 revelam que 34,4% dos entrevistados alegaram que deixariam de estudar por dificuldades financeiras e 20,64% afirmaram que não deixariam de estudar, sem apresentar nenhuma justificativa. Inocêncio (2017) afirma que o ensino médio é o nível da educação básica mais complexo vivenciado pelos adolescentes e jovens, pois é nesse período que enfrentam os maiores desafios para prosseguir estudando. Geralmente, são vários os empecilhos. E é durante essa fase que o indivíduo recebe maior pressão para ingressar no mercado de trabalho, sobretudo se ele tem origem em uma família de classe trabalhadora em condição adversa, o que o impele a trabalhar para auxiliar na renda familiar.

Ao ingressar no mundo do trabalho, o jovem enxerga uma chance para obter bens que anteriormente não tinha acesso. Além disso, passa a contribuir com a renda da casa. Percebendo que a escola não coopera de imediato com suas necessidades materiais, e que o emprego é mais sedutor, decide pelo trabalho, preterindo a escola, remetendo-a a um projeto posterior. Porém, esse adolescente e jovem que optou pelo mercado de trabalho se vê inevitavelmente coagido pelo próprio mundo do trabalho a retornar à escola. Como esse mercado exige profissionais mais qualificados, ele é obrigado a trabalhar diuturnamente e retornar aos estudos em períodos noturnos, enfrentando docentes despreparados para encarar tal situação. Conseqüentemente, esse estudante que já evadiu uma vez, se não acreditar na escola, irá inevitavelmente evadir novamente (INOCÊNCIO, 2017).

Quadro 10 – Motivos de desistir dos estudos para trabalhar

MOTIVOS DE DESISTIR DOS ESTUDOS PARA TRABALHAR		
SIM	POR DIFICULDADES FINANCEIRAS	34,04%
	POSTERGAR OS ESTUDOS	3,44%
	A QUARENTENA FORÇOU A DESISTÊNCIA	3,44%
	FALECIMENTO DOS PAIS	3,44%
	EXCESSO DE ATIVIDADES EXIGIDAS PELOS PROFESSORES	3,44%
	COBRANÇA	3,44%
	SENTE QUE ESTÁ PERDENDO TEMPO NO IFAL	3,44%
NÃO	DIVIDIRIA O TEMPO ENTRE ESTUDO E TRABALHO	3,44%
	DAR CONTINUIDADE A FORMAÇÃO EM ELETRÔNICA	3,44%
	O ESTUDO É A BASE PARA O TRABALHO	6,88%
	SEM JUSTIFICATIVA	20,64%

Fonte: Autora (2021)

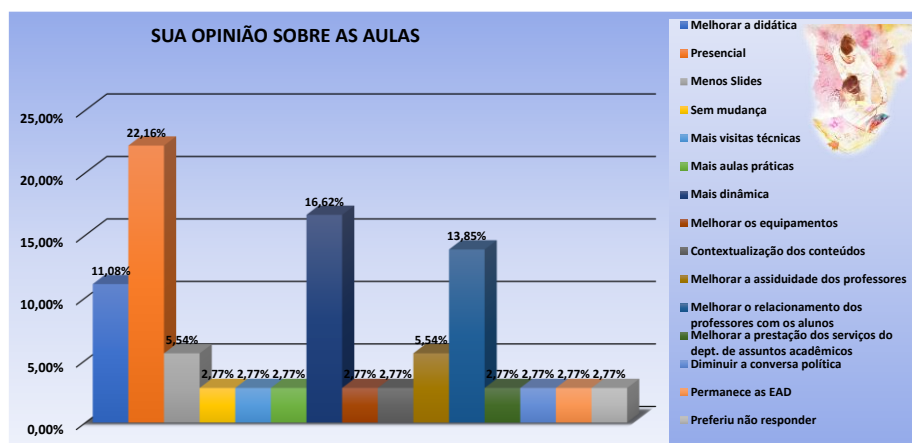
Na figura 15, indagados sobre como gostariam que as aulas fossem desenvolvidas, 22,16% dos estudantes anseiam pelo retorno presencial das aulas, 16,62% querem aulas mais dinâmicas e 13,85% pedem a melhoria no relacionamento dos professores com o estudante. Diante disso, será essencial repensar a concepção conservadora da prática docente, referente às aulas expositivas presenciais, que muitas vezes priorizam a repetição e a memorização do conhecimento e não têm eficiência para responder às variantes de conhecimentos da atualidade. No momento em que a tecnologia se expande continuamente, torna-se imprescindível a apropriação dos meios eletrônicos como ferramentas de ensino. Embora o livro didático seja a principal estratégia de ensino do professor para conduzir o ensino, na sociedade tecnológica que estamos vivendo, é fundamental a utilização de recursos como lousa digital, computadores, mídias e outros instrumentos para o docente atribuir qualidade ao conteúdo e aprendizado dos alunos (SOUZA; SOUZA, 2018)

Souza e Souza (2018) afirma que o docente da EP na atualidade está desafiado a responder às demandas consideráveis das mudanças do mundo do trabalho. Torna-se necessário ensinar considerando as inovações tecnológicas

utilizadas no mercado de trabalho, a ampliação das exigências de qualidade da produção e dos serviços, bem como dos assuntos referentes à ética e à sustentabilidade. Convém lembrar da necessidade da reflexão sobre as especificidades da natureza da docência, a qual exige um profissional atento às demandas sociais e culturais de seus estudantes.

Portanto, conforme Souza e Souza (2018), será indispensável que a formação inicial e continuada, realizada através de cursos *stricto sensu* ou de formação pedagógica complementar, seja parâmetro integrante de políticas públicas de educação profissional e dos critérios de qualificação das instituições formadoras de professores. A formação profissional não deve estar separada da prática pedagógica. Faz-se necessário uma permanente articulação entre teoria e prática para atuar na docência.

Figura 15 – Opinião sobre as aulas



Fonte: Autora (2021)

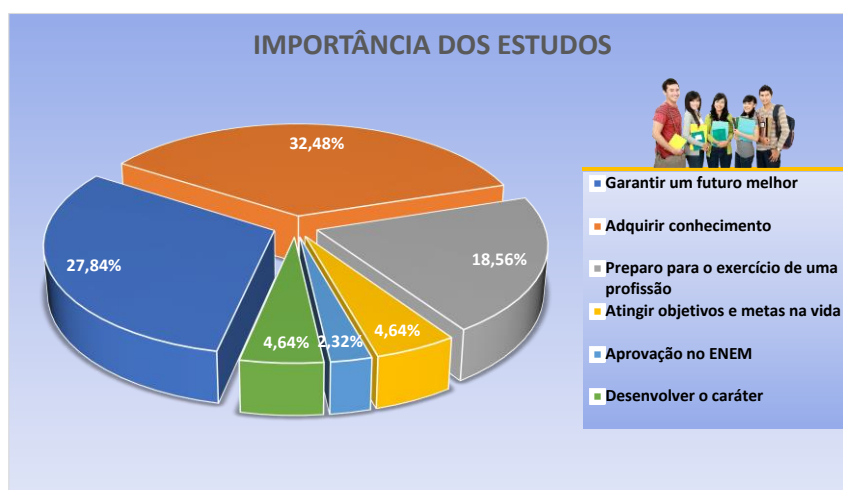
Na figura 16, respondendo sobre a importância dos estudos, 32,48% dos estudantes alegaram que é importante para adquirir conhecimento, 27,84% para garantir um futuro melhor e 18,56% como preparo para o exercício de uma profissão. Esses resultados evidenciam a percepção dos estudantes de que o mundo do trabalho está cada vez mais seletivo e excludente atualmente, e exige a aquisição de habilidades técnicas para a absorção do indivíduo.

Veiga (2016) destaca que o mundo do trabalho nos últimos 30 anos apresentou transformações decisivas, redimensionando as exigências de competências dirigidas para as novas gerações que são admitidas nesse mercado. Na década de 1980, os jovens sem ensino médio ainda tinham oportunidades de trabalho com salários incentivadores. Atualmente, esses empregos são exíguos, e, em geral, são ofertados salários irrisórios.

Será fundamental que a unidade de ensino auxilie os estudantes nesse momento tão significativo para a vida do jovem, especialmente porque as informações sobre as profissões são imprecisas e aligeiradas. Sendo importante que a instituição desenvolva anualmente um projeto de orientação profissional envolvendo todos os discentes do ensino médio integrado (DINIZ, 2016).

Almeida (2011) argumenta que a maioria dos estudantes indagados em sua pesquisa confirmaram ter um projeto pessoal que os incita e também pretendem conquistar mais conhecimentos, mesmo que esses conhecimentos sejam instrumentais, objetivando adquiri-los rapidamente para fins profissionais. Porém, cumpre à escola não somente instruir o estudante para garantir o ingresso no mercado de trabalho, mas ensinar a ampliação de sua compreensão do conhecimento, como também o anseio de saber mais.

Figura 16 – Importância dos estudos



Fonte: Autora (2021)

A Figura 17 demonstra que 26% dos questionados sobre os responsáveis pelo abandono escolar atribuíram a culpa aos próprios alunos, 16% afirmaram ser do professor e 14% da instituição. Johann (2012) analisa essa questão afirmando que o próprio estudante também pode ser um dos motivos da evasão escolar, quando introjeta como sua culpa o abandono devido a conflito com colegas, indisciplina e a própria apatia. Eles julgam que estudam muitos conteúdos que muitas vezes não têm significado, provocando o desinteresse nas aulas, compreendendo que os docentes não abordam assuntos de interesse da comunidade escolar e desconsideram a importância do conteúdo.

Contudo, a escola não pode se manter distante da comunidade a qual está atendendo, mas necessita ter o compromisso de refletir continuamente sobre a sua prática, procurando, por meio do conhecimento do estudante, aperfeiçoar seu planejamento e repensar aulas atrativas e contextualizadas com a objetividade. A escola necessita desenvolver um conhecimento em que os estudantes que apresentam mais dificuldades sejam mais valorizados (JOHANN, 2012).

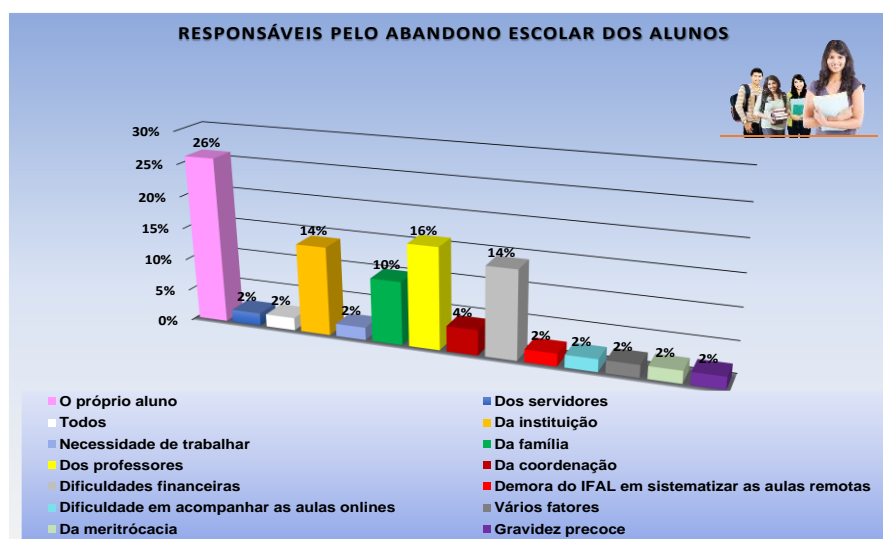
Torna-se importante ressaltar que reconhecer que o educando(a) necessita de maior apoio pedagógico em sua aprendizagem não significa negligenciá-lo ou privá-lo dos conhecimentos e da qualidade dos serviços ofertados pela escola, e sim o oposto, quanto maior a necessidade pedagógica na aprendizagem, maior a necessidade de um ensino de qualidade (ALMEIDA, 2011).

Percebe-se que os jovens estudantes, nas distintas maneiras em que vivenciam a escola, estão negando serem tratados como iguais, reivindicando o reconhecimento de suas particularidades. Isso pressupõe serem reconhecidos como jovens, na sua diversidade, em um processo especial de construção de identidades, de projetos de vida, de vivências e aprendizagens da autonomia. Portanto, necessitam que seus professores(as) desenvolvam uma atitude de escuta, que dialoguem com eles diante de suas crises, indagações e inseguranças, ao percorrerem os seus complexos itinerários de vida (GARBIN, PRATES, 2020).

No tocante à instituição ser responsabilizada pelos respondentes como uma variável que favorece o abandono estudantil, torna-se necessário considerar que a desistência se constitui em um mal habitual em um país marcado por profundas desigualdades sociais em todos os setores, especialmente nos econômicos e

sociais. Fundamentada nessas circunstâncias, o lócus escolar precisa ser inclusivo e priorizar o atendimento às diferentes necessidades dos estudantes. Por conseguinte, é essencial que a instituição escolar se encontre, efetivamente, planejada para acompanhar os estudantes, inteirada da particularidade de cada um no propósito de propiciar práticas de permanência e êxito, a fim de que a desistência não se torne uma possibilidade para esses estudantes. Para tal fim, é fundamental que os agentes envolvidos na dinâmica educacional possam perceber e refletir a escola e as práticas de ensino que estão acessíveis, ponderando se são realmente capazes de atender as demandas das diversidades manifestadas pela comunidade estudantil. “Além dessa questão, é necessária a construção de uma sensibilidade para o fato de que o ato de evadir do ambiente escolar difere de acordo com questões étnicas, de gênero, etárias, regionais, econômicas etc., ou seja, alguns grupos podem estar em uma posição mais vulnerável que outros. Dados recentes do IBGE (2020) apontam que a situação de abandono definitivo do espaço escolar é considerável no país, em especial em momento de experiência pandêmica, e que surge a busca por soluções para reverter tal quadro (FERREIRA, RODRIGUES, 2021, p. 192)”.

Figura 17 – Responsáveis pelo abandono escolar dos alunos



Fonte: Autora (2021)

Percebendo a necessidade de uma maior participação dos discentes no processo de construção do Produto Educacional, resolvemos questioná-los sobre a proposta de desenvolvermos uma exposição fotográfica como forma de responder ao problema da evasão. As perguntas foram enviadas no dia 19 de novembro de 2021, ficando disponível até o dia 19 de dezembro de 2021. Apesar de o coordenador do Curso de Eletrônica fornecer uma relação de 395 estudantes matriculados, apenas 344 e-mails estavam válidos, sendo enviado o questionário para esse quantitativo. O questionário foi enviado pelo *Google Forms*, tendo em vista a situação de pandemia perdurar até o presente momento. Foram lançadas três perguntas para os 344 discentes, obtendo as respostas de 11 respondentes. Os 11 estudantes concordaram em participar da pesquisa.

Dos 11 respondentes, ao serem questionados sobre o que acharam da proposta do Produto Educacional ser concretizado através de uma exposição fotográfica sobre a história do Curso de Eletrônica, 9 consideraram uma ótima proposta, 1 respondeu que não tinha nenhuma objeção e outro preferiu não opinar, alegando não ter lido a proposta.

A outra pergunta foi relacionada à sugestão para montagem da exposição fotográfica. A essa, 9 responderam. Desse, 8 alunos alegaram não ter nenhuma sugestão, e 1 sugeriu que se colocasse ao lado das fotos o contexto em que as mesmas foram tiradas ou a montagem de um guia interativo da exposição. Essa sugestão foi contemplada parcialmente, e em todas as fotos foram inseridas notas explicativas.

Percebemos, nas respostas dos estudantes, uma significativa aceitação do produto. Isso pode ter ocorrido em consequência da presença marcante da fotografia no dia a dia das pessoas na atualidade. Desde a sua invenção, a fotografia tem o poder de sensibilizar e influenciar a imaginação das pessoas (SOARES, 2013).

6.4 Resultado das rodas de conversa com discentes matriculados no Curso Técnico Integrado de Eletrônica

Realizamos duas rodas de conversas. A primeira foi agendada para o dia 25/11/2021, às 17h. O objetivo desse encontro foi colher sugestões para a montagem da exposição fotográfica. Localizamos os discentes através dos e-mails institucionais e os convidamos para o encontro. Para isso, utilizamos as salas virtuais do *Google Meet*. Desse primeiro encontro, participaram 10 estudantes, quando apresentamos o ProfEPT, a problemática da evasão e o produto educacional.

Contudo, a conversa foi direcionada para o problema da escassez de aulas práticas e um dos discentes externou a dificuldade de conciliar estudos e trabalho.

O segundo encontro ocorreu com a mesma dinâmica do primeiro. Esse aconteceu no dia 01/12/2021, às 16h, na sala virtual do *Google Meet*. Participaram 3 estudantes. Esses deram ênfase à questão da dificuldade de aprendizagem, principalmente nesse momento da pandemia, onde as aulas são ministradas virtualmente, dificultando ainda mais o processo da aprendizagem. Um dos participantes afirmou: “às vezes estou na aula e não entendo nada, e ainda tenho que fazer a prova, com base no que quase não entendi”.

O Ensino Médio Integrado (EMI) precisa estar articulado ao universo juvenil, como também promover a escuta sensível dos estudantes e propiciar espaços para que a voz desse sujeito seja ouvida e suas propostas, acatadas, decisão relevante para a construção de uma educação com significado e contextualização. Dessa forma, a educação para a cidadania não será apenas uma tese ou uma promessa, mas um exercício permanente e cotidiano (ARAÚJO, SILVA, 2017).

Desse modo, um EMI articulado ao mundo juvenil engendra uma escola que se torna o lócus privilegiado de socialização e de variadas relações entre os agentes sociais, entendendo e valorizando os jovens como eles são, portadores de desejos e sonhos, e não como deveriam ser. Essa é a trajetória para formação de uma escola mais humanizada (ARAÚJO, SILVA, 2017).

Estudos sobre a evasão na modalidade de educação profissional à distância revelam que o problema está relacionado à dedicação dos estudantes. Esses argumentam que a diminuição no rendimento e na frequência são os primeiros sinais de uma provável desistência, sendo responsabilidade do tutor mobilizar a equipe pedagógica a fim de formular um projeto de restauração desse discente. Inclusive, o volume de conteúdo e atividades de estudo encaminhados semanalmente pode provocar desânimo, descontrole da situação e gerar no educando o desinteresse (VEIGA, 2016).

A situação de fracasso escolar possivelmente está diretamente ligada ao educando, mas é fundamental destacar que as causas do fracasso escolar não estão apenas associadas ao discente, mas às práticas pedagógicas obsoletas que podem também agravar a vulnerabilidade de permanência. Pesquisas demonstram que metodologias de ensino praticadas ainda hoje remontam às diretrizes do ensino do século XIX (VEIGA, 2016).

Concernente a não atratividade escolar, verifica-se um sistema educacional desmotivador, perpetuando uma organização pautada em uma política de avaliação quantitativa. Os diversos aspectos pertinentes à evasão, via de regra, estão correlacionados à “motivação” do estudante. Porém, por intermédio da sistematização de um projeto de método pedagógico, se alcança o objetivo de integrar o aluno no universo escolar (VEIGA, 2016):

“Torna cada vez mais necessário enxergar os alunos como sujeitos históricos, sociais e culturais que tecem cotidianamente inúmeras relações interpessoais, com o saber, com a instituição numa cultura própria e que se movimentam ora em experiências de sucesso, ora em de insucesso, que apresentam dificuldades, mas também inúmeras capacidades, enfim, é necessário reconhecê-los num processo educativo de múltiplas dimensões (NERY, apud VEIGA, 2016, p.31)”.

6.5 Resultados dos questionários dos egressos evadidos

Na sequência, apresentaremos os resultados dos formulários encaminhados aos egressos evadidos do Curso Técnico Integrado de Eletrônica. Foram enviados para 101 e-mails, mas apenas 90 estavam válidos. Os e-mails foram fornecidos pela CRA do Ifal – Campus Maceió. Foi utilizado o *Google Forms* para envio desses formulários, onde 2 evadidos concordaram em participar da pesquisa. Esse dado demonstra que não é tarefa fácil estudar o problema da evasão escolar e muitas vezes as informações permanecem ocultas em virtude de o estudante evadido não se sentir à vontade em falar sobre o assunto e nem obrigação de explicar o seu abandono (GOMES; 2014). Vale ressaltar que 20,91% dos estudantes não informam nenhuma justificativa para a desistência (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

Foram transcritos na íntegra os depoimentos dos dois egressos evadidos do Curso Técnico Integrado de Eletrônica. Chamaremos os dois no transcorrer do roteiro de E1 e E2. Ambos concordaram em participar da pesquisa, são do sexo masculino e atualmente estão na faixa etária entre os 20-29 anos de idade. Na época em que tomaram a decisão de desistirem do curso, E1 tinha entre 20-29 anos de idade e E2 tinha 15-19 anos. O estado civil de E1 é casado e de E2 é solteiro, E1 não trabalha e E2 está trabalhando. O nível de renda familiar de E2 é de R\$ 3.000,00. E1 não respondeu à pergunta.

E1 é um jovem casado e desempregado, circunstância que não é particular de E1, mas consiste em realidade vivenciada pela maioria dos jovens brasileiros. No documentário *Nunca me Sonharam*, uma das entrevistadas afirma que 38% dos jovens no Brasil não estão no trabalho e nem mesmo na escola. Um dado preocupante, que nos motiva mais a prosseguir estudando e se posicionando sobre essa realidade de exclusão. Situação que permanece e prevalece na atual conjuntura social e econômica, incidindo na supressão do direito constitucional e fundamental de todos os indivíduos de acesso e permanência ao trabalho, a educação e aos bens culturais produzidos pela humanidade (DOCUMENTÁRIO *NUNCA ME SONHARAM*).

Portanto, a escola não pode manter-se distante da comunidade em que age, mas tem o compromisso de refletir continuamente sobre a sua prática, procurando,

por meio do conhecimento do estudante, aperfeiçoar seu planejamento, repensar suas práticas e contextualizar com a realidade. A escola precisa desenvolver um conhecimento em que os estudantes que apresentam mais dificuldades sejam os mais valorizados.

Ao serem indagados se repetiram alguma vez quando realizavam o curso de eletrônica e se lembravam da série e do ano, E1 respondeu que repetiu o 2º ano no ano letivo de 2014 e E2 que repetiu o 3º e 4º anos. E2 não disse em que anos letivos essas repetências aconteceram.

Pesquisas demonstram que o fracasso escolar, repetências, evasões e altos índices de analfabetismo estão associados à situação social dos educandos, que via de regra pertencem aos contingentes sociais mais empobrecidos, os quais ficam expostos a muitas circunstâncias de desigualdades escolares (ARAÚJO, 2013).

Entretanto, o fracasso escolar na maioria das vezes é imputado aos estudantes que não se adequam aos padrões educacionais, acarretando o abandono, a exclusão e a desigualdade escolar. Porém, conferir o fracasso escolar somente ao estudante é pressupor que o problema está apenas no sujeito da aprendizagem, eximindo da responsabilidade do processo de ensino e de aprendizagem os demais agentes escolares: “sistema educacional, professor, método, material, ambiente físico, cultura, políticas públicas e economia (ARAÚJO, 2013)”.

E1 e E2 apresentam histórias de repetências. Essas situações são sinalizações de vulnerabilidade de permanência e, assim, exigem uma identificação precoce desses discentes, um planejamento preventivo, bem como um acompanhamento sistematizado e diferenciado desses estudantes em ação conjunta de todos os agentes pedagógicos do sistema escolar (NUNES et al, 2007).

Quando questionado sobre o motivo da repetência, E1 alegou que se “sentia inferior aos demais alunos da turma, o que o desmotivou a estudar, futuramente fazendo com que desistisse do curso”. E2 disse que a causa foi “juventude e liberdade, misturadas”.

Figueiredo e Salles (2017) constata em suas pesquisas casos de jovens similares ao de E1, quando afirmam que há registros de casos de estudantes que

abandonaram os estudos porque apresentaram um rendimento insatisfatório. Sem estímulo por sentirem dificuldades em acompanhar os outros discentes, decidem evadir da escola por vergonha ou para não repetir a mesma série. A retomada, quando acontece, torna-se um processo moroso, especialmente porquanto esse estudante carrega consigo recordações frustrantes do ano anterior, sem contar com a dificuldade de adaptação na nova turma.

As situações relatadas pelos dois desistentes, principalmente por E1, demonstram que não é razoável enxergarmos esses estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e vulnerabilidade escolar como “coitados”. É fundamental transformar essa comoção em uma consciência humanitária que se compromete com a criança, o adolescente ou o jovem, no que concerne ao avanço de um determinado ciclo de desenvolvimento cognitivo, linguístico, cultural, afetivo e psicomotor como direito inalienável de atingir novos níveis de assimilação de conhecimento. São inegáveis os resultados de pesquisas sobre as conexões positivas entre o nível socioeconômico e o rendimento escolar, bem como das pesquisas qualitativas sobre as práticas escolares que questionam uma pedagogia seletiva e discriminatória. Muitas experiências hoje confirmam que os estudantes “carentes”, sejam criança ou adulto, são capazes de aprender (BAETA, 1992).

O descontentamento com as reprovações, a convicção na capacidade de aprendizagem do educando, as experiências de novas práticas na relação professor-estudante, e, principalmente, a decisão de partir das experiências, habilidades e conhecimentos que os estudantes já adquiriram em seu espaço familiar e comunitário, asseguram que diversos professores, direcionados por uma atitude político-pedagógica e crítica, conquistaram resultados assertivos (BAETA, 1992).

Quanto à reação dos pais, E1 revelou que sua “mãe ficou “decepcionada”; E2 justificou que “um dos motivos foi afronte ao meu pai na época”.

Ao questionamento de como se sentiu ao saber que teria de repetir, E1 disse: “Fiquei muito triste, mas sabia que era fruto de minhas escolhas”. E2, por sua vez, respondeu que foi “muito ruim ficar para trás”.

À pergunta se gostava de estudar no Ifal, E1 declarou, “muito, estudei um ano inteiro para a prova me preparando e me dedicando, infelizmente meus

conhecimentos não eram suficientes para acompanhar a turma”. E2 disse apenas que “sim”.

À indagação sobre o espaço físico do Ifal, E1 disse que era “regular” e E2, “ótimo”.

No que se refere ao motivo da desistência do curso, E1 declarou: “como dito anteriormente, me sentia desmotivado dado o avançado conhecimento dos demais alunos da turma (por vezes falavam até palavras que na época eu nem sabia da existência)”. E2 explicou: “Eu não desisti, eu concluí, porém, não coleí grau por dever relatório final de estágio”. Hoje, E2 trabalho na área.

O depoimento de E1 nos remete a refletir sobre o direito de todos à educação. Dentre o conjunto de problemas intraescolares, um dos mais relevantes está em assegurar o acesso ao conhecimento, visto que a educação se constitui em direito. Precisa ser fornecida de maneira ampla e eficaz nos espaços escolares. Portanto, “a prática pedagógica de toda equipe escolar é responsável por gerar ambientes que proporcionem aprendizagem significativa e por trabalhar buscando a formação do educando e não apenas um egresso a mais, um certificado, um número”. Faz-se imprescindível investigar e compreender as práticas sociais e pedagógicas desenvolvidas no interior das escolas, pois o conhecimento desenvolvido nas escolas deve ser ministrado de forma efetiva, profunda e duradoura, viabilizando êxito à população estudantil em todas as vivências e esferas, e não se limitar a garantir o acesso e a permanência física nas escolas e a certificação formal (ARAÚJO, p. 40, 2013).

E2 não se considera um desistente, mesmo não tendo um diploma que comprove a sua habilitação profissional. Ele atua na área, o que se constata como uma desvalorização profissional. Essa realidade não é particular do egresso evadido de eletrônica. Lira (et al 2015) verificou, em sua pesquisa com evadidos do curso superior de design do Ifal – Campus Maceió, que muitos evadidos que participaram da pesquisa alegaram que o mercado de trabalho não reivindica diplomação para atuar na área. Pressupõe-se, assim, que essa desvalorização profissional pode estar associada à inexistência de um sindicato local para a profissão, como também um conselho que atenda a categoria. Os profissionais recorrem exclusivamente à Associação Brasileira de Design de Interiores (ABD).

Torna-se importante considerar as mudanças que vêm acontecendo no mundo do trabalho. No Brasil, vêm transformando os modos de ingresso dos jovens no mercado, com a ampliação dos índices de desemprego abertos e criação de empregos precários, que afeta, especialmente, os jovens das camadas populares, restringindo o âmbito de suas experiências e seu campo de oportunidades. Nessa conjuntura maior, a condição juvenil no Brasil revela-se nas mais diversas perspectivas (DAYRELL, 2007).

Concernente à série e ao ano letivo da desistência, E1 respondeu só o ano letivo, 2015. E2, que faltou entregar relatório final e colar grau, disse que “não”, provavelmente referindo-se ao ano letivo da desistência.

A respeito da opinião de quem é a responsabilidade de um estudante abandonar os estudos, E1 argumentou: “É um conjunto de fatores, que por vezes podem contribuir para uma escolha que afetaria todo um futuro”. E2 justificou: “A condição social e psicológica assim como o meio familiar interferem bastante”.

Quanto à importância de estudar, E1 disse: “Estudar é fundamental, pois conhecimento é a única coisa que não conseguem tirar de nós”. E2 afirmou: “Sim, estudar é se engrandecer por dentro”.

Ante a esses últimos depoimentos, se faz necessário trabalhar por um EMI que se coloque como uma forma de resistência e transformação. Resistência a um padrão educacional que atua na lógica da exclusão, “pela culpabilização individual do fracasso escolar em relação ao estudante; é de resistência a um modelo de educação abstrato e compartimentado, o qual ignora o mundo juvenil”. Assim sendo, deve-se permanecer implementando uma proposta de EMI que tenha como finalidade a transformação na dimensão pessoal e social, a apropriação de uma formação contextualizada aos sonhos e projetos, vivências, trajetórias e histórias da juventude. Conseqüentemente, a apropriação da educação integral deve estar comprometida com a transformação social, cultural e econômica do Brasil (ARAÚJO, SILVA, p. 12, 2017).

Portanto, a consolidação do EMI transformador social, vigoroso e atrativo para a juventude procederá de muitas variáveis que não se restringem exclusivamente à organização escolar. Essa consolidação só se efetivará

plenamente com um projeto de ensino cativante e focado em valores que fortaleçam o processo formativo de uma sociedade democrática. Melhor dizendo, depende de políticas públicas de Estado atuantes e financiadoras da educação; necessita da atuação da comunidade escolar, acima de tudo, dos estudantes, “na construção, no acompanhamento e na avaliação desse projeto (ARAÚJO, SILVA, p. 2017)”.

7 PRODUTO EDUCACIONAL – EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

TEMA: VALORIZANDO IDENTIDADES E SABERES ATRAVÉS DA IMAGEM – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Apresentamos o nosso Produto Educacional, elaborado e desenvolvido durante a nossa trajetória, no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A construção do Produto Educacional constitui-se em um requisito estabelecido pelos mestrados profissionais de ensino, esfera de natureza interdisciplinar.

Via de regra, os mestrados profissionais são ofertados para os profissionais da Educação Básica, e conseqüentemente projetam produtos educacionais apresentados nos sites dos Programas de Pós-Graduação (PPG) para utilização em escolas públicas do país, além das dissertações e artigos oriundos do relato descritivo e analítico dessas vivências. O PE procede de um processo tangível de elaboração com base em uma atividade de pesquisa.

O desenvolvimento de um PE envolve múltiplas preocupações que são peculiares à dinâmica de construção, tais como: a definição do problema da investigação, a relação de dados coerentes, a análise de dados, o uso de técnicas apropriadas, o atendimento o cronograma determinado, e a definição do público-alvo. O público-alvo torna-se o mais importante desse processo, afinal de contas, será o mais favorecido pelo desfecho e objetivos da pesquisa.

Um PE é o construto que envolve muitos colaboradores que se tornam integrantes no percurso da pesquisa, o orientador, o público-alvo, diversas pessoas que possam contribuir e participar com a pesquisa, a banca de qualificação e outros.

Com muita dificuldade, uma vez que não é tarefa fácil apropriar-se de uma proposta de construção de um Produto Educacional (PE), resolvemos com as indicações do nosso professor-orientador a direção de formulação do referido PE, materializado em uma exposição fotográfica. Enfim, após intenso período de estudos, chegamos à conclusão de construir um PE na tipologia *atividades de*

extensão (exposições), conforme documento da área de Ensino da Capes para Mestrados Profissionais.

O nosso PE pretende responder a um problema habitual no contexto da educação brasileira, que é a questão da evasão escolar. A intenção da exposição fotográfica é formar, através da fotografia, um olhar crítico, promovendo a valorização da identidade e saberes discentes no processo de combate à exclusão. Ou seja, mostrar e trazer à tona a reflexão do cotidiano de formação e vivências dos estudantes de eletrônica do Ifal – Campus Maceió, de maneira que eles tenham voz, visibilidade e sintam-se protagonistas do processo de construção das suas identidades estudantis.

A intenção é que este trabalho possa contribuir chamando a atenção, em especial dos discentes, mas também de todos que fazem parte da educação, para esse universo de imagens cada vez mais presente na sociedade e na sala de aula.

Esta pesquisa foi apenas o princípio de um estudo que pode e deve ser ampliado para outras áreas de pesquisa, pois não há como desconsiderar o mundo cada vez mais visual em que vivemos.

Dessa forma, partilhamos de nossas experiências, erros e acertos do nosso itinerário de reflexões, pesquisas e elaboração deste material.

Mariluze da Silva Vieira Fidelis

Técnica em Assuntos Educacionais (Ifal)

André Suêlto Tavares de Lima

Professor efetivo do Ifal

Professor do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica(ProfEPT/Ifal)

7.1 Articulação entre a problemática da evasão e a proposta do Produto Educacional

A proposta do nosso Produto Educacional consiste em sistematizar uma exposição fotográfica sobre as identidades e experiências da comunidade estudantil do Curso Técnico de Eletrônica. Essa proposição está classificada na tipologia *atividade de extensão*, conforme reconhece oficialmente a área de ensino da Capes para mestrados profissionais. Consideramos que esse material favorece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, atividades indissociáveis, que possibilitam a formação integrada, humana e cidadã.

Em consonância com as reflexões realizadas nesse estudo, o trabalho sistematizou a montagem de uma exposição fotográfica, como Produto Educacional (PE), com o intuito de contribuir com o registro, a publicização, a visibilidade e a valorização das identidades estudantis, da história, das experiências, dos saberes e da cultura construídos ao longo do tempo pela comunidade integrante do Curso Técnico Integrado de Eletrônica, estimulando a discussão sobre a importância da formação da identidade social da educação profissional na direção de um fazer político-pedagógico comprometido com a formação, transformação dos processos das lutas dos discentes, docentes, pensadores da educação comprometidos com uma educação integral e inclusiva, a qual transgride com a formação aligeirada e fragmentada do ser humano imposta pelos interesses de uma educação mercadológica legitimadora dos interesses das classes dominantes. E isso importa “(...) por considerar a natureza política da ação humana, isto é, uma ação que leva em conta sua intencionalidade no mundo, busca a transformação, consciente, da realidade social (SILVA, 2021, p.7)”.

A intenção é promover o compromisso com uma formação plena e integral, a afirmação das identidades estudantis, possibilitando o desenvolvimento da compreensão crítica das imagens fotográficas da EPT, proporcionando a valorização e sensibilização do público discente. Assim concorre-se também com a tessitura de uma consciência social reflexiva, crítica e criativa, a qual entenda o seu estar no mundo, compondo com os segmentos sociais que refutam a exclusão, e por isso, denunciam e combatem a naturalização da senda da deserção escolar. Ao mesmo

tempo, trata-se de disseminar a história, as experiências e conhecimentos produzidos no âmbito do Curso de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió.

Os mestrados profissionais em ensino caracterizam-se, além da elaboração da dissertação, por desenvolverem um Produto Educacional (PE), de modo que discuta o intento de melhorar algumas problemáticas docentes, com a finalidade de ser amplamente utilizado nas práticas docentes cotidianas, tentando aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem (PASQUALLI et al, 2018).

Além disso, o PE necessita extrapolar a função de se configurar em apenas um método ou ferramenta orientada para o processo de ensino e aprendizagem, e fomentar uma reflexão sobre o propósito e a realidade da educação (SILVA, SOUZA, 2018).

Para tal fim, esse produto não se restringe a uma mera transposição didática de uma escola para outra. Tampouco um material didático finalizado a fim de ser manuseado por professores(as) e estudantes. Longe disso, é vivo, contém fluência, movimento e em tempo nenhum está pronto e acabado, porque retrata a dinâmica das experiências vivenciadas pelos discentes (SOUSA, 2010).

A primeira tarefa da educação é ensinar a ver....

Rubens Alves

7.2 Proposições sobre a fotografia

7.2.1 Advento da fotografia

Na contemporaneidade, o costume de tirar fotos toda semana e até todos os dias não aboliu e não retirou a importância dos retratos de família ou das obras expostas em galerias, museus e livros. As fotografias de álbuns ou postadas em redes sociais permanecem nos sensibilizando. Ao nos depararmos com imagens

interessantes da história da fotografia, até o momento nos encanta, porque elas têm a capacidade de transformar o passado em um presente emocionante. A fotografia não se limita a um registro ou documento histórico, mas pertence tanto à esfera da realidade quanto à da imaginação (SOARES, 2013).

O advento da fotografia está intimamente conectado com a Revolução Industrial, desencadeada no século XVIII. Esse evento promoveu uma série de transformações significativas nos costumes ocidentais, acarretando o desenvolvimento e a invenção de várias tecnologias, entre estas, a fotografia (FARIAS, 2014).

O que era função das mãos, dos lápis e pincéis foram transferidas para a máquina. As novas técnicas evidenciam as mudanças da produção da imagem, superioridade na velocidade e no realismo em relação a pintura (FARIAS; 2014)

No início as câmeras fotográficas eram chamadas de máquina-caixote ou máquina-caixão, na parte interna continha dois compartimentos “que funcionavam como tanques para revelação e fixação das fotografias.” (FARIAS, 2014)

O desenvolvimento das tecnologias e a vanguarda da fábrica Kodak em 1888 no mercado promoveram a popularização da fotografia analógica (...). “Os momentos em família, viagens, eventos sociais, a cidade em que vive, enfim, todo e qualquer evento ou objeto que despertasse a atenção de quem dispusesse de uma câmera passou a ser registrado com a possibilidade de ser transportado no tempo e no espaço. É um processo de comunicação que se globalizava (FARIAS, p.5, 2014)”.

Joseph Nicéphore Niépce, em 1793, faz experimentos para captar imagens gravadas quimicamente com a câmera escura. “Em 1826 foi tirada a primeira fotografia permanente do mundo.” (MAETA, apud Soares, p. 13, 2013)

Posteriormente à morte de Niépce, o inglês Willian Henry Fox Talbot (1800-1877) deu continuidade à busca pela criação da fotografia. Em 1839 ele explora a câmera clara, porém, o aparelho era de difícil manuseio, então voltou a usar a câmera escura na qual passou a aplicar complexo de prata em papel, até descobrir um fixador, um mecanismo para estabilizar a imagem (SOARES, 2013).

Daguerre, outro precursor da fotografia, conseguiu em placas de prata iodadas revelar com mercúrio positivos diretos. “Sua primeira fotografia foi tirada de uma vista do contato de seu ateliê: uma rua em movimento que mostra um ser humano (o único que ficou tempo suficiente parado para que a máquina registrasse) (SOARES, p. 14, 2013).”

O cientista e político francês François Arago, em 1839, realizou uma exibição pública dos procedimentos desenvolvidos por Louis Mandé Daguerre. O aparelho fotográfico transformou-se no objeto de desejo e representação de prestígio social. Esse apetrecho de produzir imagens e reproduzi-las iguais, “transformou cada um que possuísse uma câmera em artista e repórter do seu mundo (SOARES, 2013).”

A partir de 1851, o mecanismo denominado de chapa molhada passou a produzir impressões exatas, diminuindo o tempo de exposição para segundos. Próximo de 1858, a fotografia instantânea substituiu o procedimento de Daguerre e “em 1888 George Eastman, fundador da Kodak, criou as câmeras portáteis de mão e os rolos de filmes os quais se tornaram populares. Era leve e pequena, carregada com um rolo de papel para 100 exposições do tipo ‘caixão’. Feita a exposição fotográfica, enviava-se a câmera a Rochester, no qual o exposto era retirado, processado, feitas as cópias e colocado um novo rolo (SOARES, p.14, 2013)”.

A gênese da fotografia acompanhada da viabilidade de obtenção da imagem em movimento e posteriormente a união com o som transformaram a configuração da expressão e da comunicação, alteraram a maneira de perceber a realidade (SOARES, 2013).

Por volta de 1888, no Brasil, a câmera portátil era a fórmula para os fotógrafos que planejavam obter a imagem e investir no jornalismo investigativo. A fotografia alcançou o status de prova, testemunho da realidade informada. Em um país predominantemente de pessoas analfabetas, quanto mais gravuras tivesse um jornal ou revista, maior seria a probabilidade de propagação (SOARES, 2013).

7.2.2 Algumas considerações sobre a imagem

No início do seu desenvolvimento, o homem, quando ainda não tinha o domínio do sistema de articulação da fala, anterior a isso, utilizava a visão para

explorar e entender as coisas em seu entorno. Os estudos asseveram que a imagem antecede outros códigos na elaboração das ideias, tornando-se um dos primeiros instrumentos cognitivos do ser humano. Argumentam que a sequência ideias, significados e imagens, socialmente nos transcende, construindo o universo das imagens, onde as informações que o formaram manifestam-se em símbolos visuais e mentais (SILVA, 2019).

Refletindo sobre a conjuntura atual, é possível entender que a realidade pode ser percebida de distintas maneiras, indicando novas estratégias de construção do conhecimento, uma vez que a vivência do homem hodierno não pode ser entendida a parte de suas interações com a produção audiovisual, constituindo-se como protótipo de uma sociedade que faz uso constante das tecnologias (SILVA; 2019).

As novas tecnologias precisaram enfrentar a desconfiança. Isso também ocorreu em tempos passados, mesmo em mentes mais progressistas, como foi com a linguagem escrita, censurada por Sócrates, que pensava que a facilidade desta, deixaria o leitor de exercitar a memória, “tornando-se perigosamente esquecido, e Platão, o qual receava a facilidade de falsificação e a impessoalidade do texto escrito (SILVA, p. 26, 2019)”.

Porém, a história atestou que os filósofos estavam equivocados ao criticarem a capacidade da escrita. Da mesma maneira, pode acontecer inclusive com as tecnologias da inteligência, por isso, não devemos hesitar na sua utilização nos espaços educacionais (SILVA, 2019).

No século passado, a linguagem escrita era de extrema importância, entretanto, nos encontramos em um contexto globalizado, em que a linguagem visual é intensamente explorada. Por esse motivo, torna-se fundamental entender que a linguagem visual “é universal, é mais inclusiva e não oferece obstáculos como a linguagem escrita, se apresentando mais acessível e igualitária,” embora, seja necessário transpor as aparências de que a compreensão visual é algo completamente natural. Sendo assim, suplantando o entendimento ingênuo de absorver a imagem e aprender a decodificá-la faz-se imprescindível, uma vez que estamos imersos em um universo de imagens forjadas tecnicamente (SILVA, 2019).

Os moradores das cidades deparam-se frequentemente, em suas vias, com fotografias na paisagem. Stadler (2011) afirma que a ensaísta Susan Sontag revelou perplexidade com a presença predominante da imagem no dia a dia dos anos 1970. Um dos motivos destacados seria a difusão das câmeras fotográficas amadoras e a forte influência da indústria do turismo para se fotografar e assim conservar um fragmento do lugar visitado.

A frequência da fotografia como aspecto da organização urbana de circulação, mesmo com o advento da digitalização dos processos fotográficos, não aboliu a foto da parede, de outdoors, vitrines e de cartazes. Inclusive de jornais, revistas ou da própria banca de revistas a expor as atraentes imagens em suas paredes laterais no meio das praças e calçadas dos centros das cidades. As possibilidades das trocas de arquivos digitais de imagem e o procedimento de visualização de fotos na tela do computador não extinguiram a fotografia como produto marcante nos meios comunicacionais e circulatórios dos espaços urbanos (STADLER, 2011).

A imagem tem a capacidade de estimular a sensibilidade, a inteligência e a subjetividade. As imagens mentais adquiridas nas relações com o mundo podem ser acumuladas, construindo nossa memória, podendo ser exploradas pelas nossas ponderações e transformadas em um conjunto de conhecimentos, experiências e afetividade (SILVA, 2019).

Portanto, pensamos em uma exposição fotográfica, como PE, uma vez que a fotografia na atualidade é uma ferramenta manipulada constantemente. As imagens sempre fizeram parte do dia a dia das sociedades, elas carregam uma grande capacidade de comunicação, sua mensagem se processa através do tempo, sendo, por isso, uma forte aliada para aguçar a capacidade reflexiva nos fóruns educacionais.

7.2.3 A fotografia e o estudo de história

O estudo da história local possibilita uma percepção histórica diversa uma vez que não abrange apenas a história de homens e acontecimentos focados na elite, mas de pessoas do povo e ocorrências corriqueiras, ou seja, o estudo da história popular, familiar, local, e outras, viabiliza uma compreensão mais refinada do estudante como um sujeito histórico que imprime suas marcas no tempo e no espaço (SILVA, 2014).

A fotografia é uma fonte histórica que incita o nosso imaginário enquanto ser humano, encorajando-nos a enxergar o que está para além da imagem que está a nossa frente, fortalecendo a consciência de pertencimento, favorecendo a nossa identificação com a imagem como sendo algo que não está longe, mas próximo de nós, permitindo-nos ver o antes e o agora. As imagens nos desvelam as diversas formas de sentir e pensar de uma coletividade, elas nos revelam como a memória coletiva vai sendo construída, gerando vínculos de pertencimento recíproco e conectando os integrantes de uma mesma coletividade (SILVA, 2014).

O aparecimento da Escola dos Annales, em 1929, estabeleceu a censura da utilização exclusiva das fontes escritas e chamadas de oficiais. Hegemônicas na pesquisa da história, posteriormente passaram a diversificar os campos da pesquisa historiográfica, reconhecendo-se o valor das culturas material e visual como recursos adequados da pesquisa. Admitindo-se, dessa forma, qualquer documento como marca deixada pela humanidade e não somente o documento escrito como fonte histórica, isto é, todo documento é um construto do seu tempo. Melhor dizendo, constitui-se em um registro escolhido pela sociedade da época para perpetuar a história sobre si mesma (SILVA, 2014).

As transformações vivenciadas pelo conhecimento histórico alteraram a compreensão da pesquisa histórica, inserindo os recursos imagéticos, como a fotografia, e outros acervos, como a oralidade e o audiovisual, que foram reconhecidos como novos instrumentos de estudo, contrariando o modelo que dominava até o momento. Os novos objetos de pesquisa, equipou o historiador com concepções teóricas e metodológicas que permitiram diversas maneiras de analisar as especificidades históricas “diante da possibilidade de pesquisar novos temas, tais

como a história da vida privada, as diferentes classes sociais, a história local, a influência da religião no cotidiano das pessoas, suas práticas, seus costumes, suas tradições; pode-se falar em revolução historiográfica (SILVA, 2014).”

Em consideração a isso, a fotografia transformou-se em uma importante ferramenta para a construção do conhecimento histórico, verificando diferentes etapas de compreensão a partir do período de sua invenção e seus diversos usos sociais. Porém, torna-se necessário ser cauteloso para não conceber as fontes fotográficas como revelação exata da realidade. Longe disso, a fotografia sempre expressa uma intencionalidade, um recorte selecionado, um momento, aguardando pela elucidação do leitor (SILVA, 2014).

7.2.4 A Importância da utilização da fotografia nas práticas pedagógicas

Ramalho (2021), a fim de ampliar seus estudos concernentes às pesquisas realizadas nos mestrados profissionais sobre o uso da fotografia enquanto estratégia de ensino no tocante ao percurso histórico da EPT, especialmente, com os estudantes de nível médio, constata a exiguidade dessas análises. No entanto, essa ferramenta está imersa no cotidiano e desvela muitas histórias, o que pressupõe aprofundarmos nossos olhares e adaptarmos nossas lentes de pesquisa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais assimilam a importância da leitura e análise de imagens como aspecto importante de aprendizado, porém, ao ponderarmos sobre a sala de aula, perceberemos o número reduzido de professores que usam dessa linguagem visual. Contudo, a fotografia pode ser empregada para construção de um olhar crítico, suscitando sujeitos conscientes, pensantes e produtores de conhecimento (SIMASatall, 2017).

Diversas didáticas atuais têm buscado uma abordagem metodológica que introduza a história do cotidiano nos currículos escolares. Essa forma de estudar a história tem a perspicácia de mobilizar o estudante para pensar sobre sua história de vida, vinculando-a com o dia a dia do grupo em que está incluso. Considerando assim, a história é abrilhantada seguindo a ideia da contextualização na experiência

peçoal, em consonância com a experiência coletiva de sua comunidade, inserida na específica condição histórica. É nessa perspectiva que a história do Curso Técnico de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió torna-se importante para aprendizagem da história local, uma vez que o discente vai apreender o seu próprio espaço, contribuindo e refletindo sobre a sua realidade, bem como sobre a realidade do seu grupo social (SILVA, 2014).

O Produto Educacional apresentado caracterizou-se como uma construção coletiva com a participação dos estudantes de Eletrônica, os professores da formação geral e técnica e gestores do ensino. As fotografias foram fornecidas pelos professores da formação técnica do Departamento de Comunicação e Eventos do Ifal, obtidas também por meio de pesquisas no *Google* e em matérias jornalísticas do departamento. Foi solicitado aos estudantes o envio de fotos, mas eles não deram retorno. O conteúdo fotográfico tencionou fazer um paralelo entre o passado e o presente, observando suas continuidades, permanências e mudanças.

A fotografia como ferramenta de pesquisa histórica, bem como para o ensino da história, tornou-se de suma importância para a formação básica dos educandos. Os Parâmetros Curriculares afirmam:

A investigação histórica passou a considerar a importância da utilização de outras fontes documentais e da distinção entre a realidade e a representação da realidade expressa nas gravuras, desenhos, gráficos, mapas, pinturas, esculturas, fotografias, filmes e discursos orais e escritos (BRASIL, p. 32, 1998).

A inserção da fotografia no aprendizado de conteúdos verbais constitui-se em uma via alternativa para trabalhar o conteúdo de ensino. A articulação entre o verbal e visual envolve um nível de aprendizagem mais intenso e significativo, contribuindo com uma educação mais plena, de maneira oposta à segmentação pessoal e social motivada pela sociedade hodierna (TOMBINI, 2015).

No uso da fotografia como ferramenta didático-pedagógica, o professor está viabilizando aos sujeitos da aprendizagem, que apresentam dificuldade com a linguística, a possibilidade de assimilar conteúdos linguísticos através da inteligência

visual-espacial (aprendizagem por meio das artes visuais). É de elevada importância a pluralidade metodológica de ensino com um programa flexível e equilibrado, pois o processo de aprendizagem é pessoal e profundamente complexo, que o sujeito se depara numa diversidade de fatores e contextos (TOMBINI, 2015).

O projeto do professor Jayse Ferreira, da Escola de Referência em Ensino Médio Frei Orlando, o qual discutiu o problema étnico-racial pela mediação da fotografia, obteve significativa aceitação pelos estudantes dessa instituição, seguramente por ser uma metodologia diferenciada da comumente utilizada nos ambientes escolares, especialmente por contribuir com a redução da evasão escolar, ao valorizar e respeitar as origens culturais dos educandos, na intenção de desconstruir a discriminação dos coletivos sociais excluídos e estigmatizados (TOMBINI, 2015).

O educando(a) necessita perceber, na aprendizagem, que ele é parte integrante da história, onde suas origens, seus valores, sua cultura são contemplados no estudo da história. É fundamental desmistificar a história relatada pelos homens brancos que descaracterizaram os autênticos fatos históricos, priorizando somente o que lhes favorece. Isso é reflexo da ótica eurocêntrica que marcou significativamente a historiografia brasileira presente na estrutura curricular e programas de ensino. Entende-se que o ensino da história local oportuniza ao estudante uma reflexão sobre temas do contexto em que está inserido de forma interessante. Assim também, “a história local pode ser um indicador da construção de identidade do estudante, a qual possui marcos relacionais que estão entrelaçados com o processo de mundialização da economia” (AMORIM, SANTOS, p.147, 2013).

A produção historiográfica nessa interpretação permite a construção de uma história mais diversa, sem silenciar as pluralidades de vozes e particularidades dos sujeitos históricos. Promove, ainda, a construção do entendimento entre as permanências, rupturas, continuidade, descontinuidade e analogias de distintas vivências. Inclusive facilita a integração do educando(a) na história da sua comunidade e a valorização do acervo histórico do seu lugar. Logo, a história da comunidade promove oportunidades de pesquisas com recursos que estão disponíveis na própria localidade e também valoriza os saberes das pessoas idosas

que na nossa sociabilidade frequentemente sofrem a estigmatização (AMORIM, SANTOS, 2013).

Finalmente, o estudo da história local favorece o afastamento da postura comum de transmissão do conhecimento para a consolidação da reflexão sobre a realidade em que o sujeito está imerso. A história local também permite o contato com as histórias silenciadas pela história oficial. Compreende-se que a identidade se fortalece pelo conhecimento que adquirimos da nossa ancestralidade, das histórias das nossas famílias e da comunidade ao qual pertencemos (AMORIM, SANTOS, 2013).

7.2.5 A fotografia e a memória

Faz-se necessário salientar que existe uma diferença primordial entre o olhar humano e o olhar fotográfico. As mensagens captadas pelos olhos são trabalhadas pelo cérebro, que, motivado por vários elementos do ambiente, a exemplo do odor e dos sons, e outros, deflagra diversas reações químicas que atingem a postura e a escolha do fotógrafo. As imagens são produzidas pelos fotógrafos e não pela máquina, o fotógrafo é como um pintor, e o visor de uma câmera como a tela, no final, é o fotógrafo que irá conceber o produto (MILDER, 2013).

Desde sua criação, a fotografia tem registrado as experiências humanas. Dela faz parte um arcabouço de informações sobre lugares, pessoas e eventos, ou seja, é a memória do ser humano e suas realizações preservadas (MILDER, 2013).

A fotografia não se assemelha aos elementos vivos, ela não tem mobilidade, não se altera, mas fixa o momento. Porém, essa questão não se conforma com a ideia depreciativa de que a fotografia é um objeto morto, longe disso, ela transmite força e energia, tornando-se parte de vivências bastante intensas do presente. O momento da fotografia é o passado, uma vez que, no instante do clique, já se situa no passado. Porém, não se pode refutar que o referente real esteve presente, foi ele que foi exposto diante da lente, sem esse referente, não existe a imagem, por isso, nunca poderá desconhecer que o referente está lá (MILDER, 2013).

Embora a fotografia seja memória estagnada, o que se apresenta no instante do clique é distinto do que está presente na fotografia. Por se ter pouco vínculo com o tempo histórico, observa-se apenas uma aparência estática. Milder (Apud MARTINS, p.67, 2013) afirma que existem decodificadores que descongelam os aspectos que revelam a dimensão sociológica e antropológica do que foi fotografado. “Se a fotografia aparentemente congela um momento, sociologicamente, de fato, ela ‘descongela’ esse momento ao remetê-lo para a dimensão da história, da cultura e das relações sociais.”

A apreciação da fotografia possibilita preservar as identidades, os objetos e os lugares que se mostram. A fotografia é analisada por muitos crivos: o crivo histórico, o crivo cultural, o crivo social, em síntese o crivo ideológico. Dessa forma, é assimilando esses filtros que as fotografias são interpretadas (MILDER, 2013).

Nogueira (2010) defende a ideia de que a fotografia não deve funcionar como instrumento de depreciação de populações, mas proporcionar a ruptura com o preconceito, priorizando questionamentos e contribuindo com debates e reflexões. A autora pondera sobre a certeza da capacidade da fotografia em produzir a transformação, mas presume sobre o seu poder de captar situações difíceis de serem notadas por um olhar de reduzida capacidade crítica:

“Através das imagens, captei contextos, momentos e fatos, promovendo o registro histórico da comunidade, imortalizando aquela realidade. Trata-se da importância da fotografia como ferramenta de registro visual do cotidiano. A análise de fotografias antigas constitui uma forma eficiente no estudo de processos migratórios, revoluções políticas e desenvolvimento de cidades, por exemplo, permitindo a construção de valiosos instrumentos de pesquisa voltados às comunidades estudadas (NOGUEIRA, 2010, p. 22).”

A imagem fotográfica origina-se de uma determinada realidade que está imersa em uma essência cultural, assim, está repleta de informações e significados. Por essa razão, a fotografia auxilia no aprofundamento nas análises antropológicas e torna-se capaz de funcionar como instrumento facilitador da compreensão e construção de significados dos contextos e culturas (NOGUEIRA, 2010)

A fotografia pode ser um importante mecanismo de reflexão sobre a importância da EPT para a construção de um paradigma de educação centrada na humanização, reflexão crítica e de mudança social. A fotografia se constitui um produto social, funcionando como uma alternativa a mais de leitura da realidade (RAMOS, 2016).

Na contemporaneidade, a fotografia é utilizada no dia a dia das pessoas, principalmente com a evolução das tecnologias de produção e disseminação de imagens, novos estímulos e novas aprendizagens são socializadas em distintos cenários. Tal realidade é confirmada pela popularização de aparelhos celulares, smartphones, drones, câmeras de ação, com máquinas fotográficas que popularizaram a fotografia e possibilitaram (re)produzir e compartilhar imagens em diferentes interpretações e situações. A adoção da fotografia digital promoveu a produção de registros fotográficos permitindo a sua popularização e divulgação nas mais diversificadas plataformas digitais, visto que prescinde os custos de impressão (RAMALHO *et al*, 2021).

A humanidade constrói sua existência por meio de inter-relacionamentos com outros homens, em um determinado contexto social, e o ambiente escolar formal propicia a socialização dos distintos sujeitos. Assim, os seres humanos interferem na realidade, praticam a reflexão, conferem sentido às suas experiências, assimilam e reinterpretam mensagens (WOLNIEWICZ, 2019).

Um dos temas centrais das reflexões teóricas do sociólogo Michael Pollak é sobre o tema da identidade social em situações limites. Defendia a relação entre memória e identidade social. A memória é um fenômeno construído individualmente e socialmente. Essa pode ocorrer de forma consciente e inconsciente. Finalmente, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, sendo essencial o sentimento de comunidade e coerência, de uma pessoa ou grupo na construção de si (POLLAK, 1992).

Como expomos anteriormente, a memória está intimamente ligada à composição da identidade individual e coletiva. Assim sendo, a nossa pesquisa pretende recuperar a história do Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas Ifal – Campus Maceió, através, também, das imagens fotográficas. O intuito é promover a valorização e construção das identidades estudantis, estimulando o debate no âmbito da instituição sobre o tema da evasão, buscando alternativas que

atenuem esse problema que trava o desenvolvimento e a ampliação da educação profissional em nível de educação básica.

Pollak (1989) argumenta sobre a articulação entre memória e identidade social no contexto das histórias de vida, denominada de história oral. O objetivo é estabelecer uma metodologia que assimile nos fragmentos da memória sua relação com a memória política. A memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, construída coletivamente e em constante mudança. Porém, na maioria das memórias existem pontos imutáveis.

“A imagem fotográfica é um precioso documento que preserva a memória histórica” (KOSSOY, 2016, p.130). A história e a memória têm a competência de recompor, através da análise, os fragmentos do passado. A importância dessa tarefa envolve a preocupação de evitar que o ser humano esqueça as referências imprescindíveis à composição das identidades coletivas, as quais são as bases fundamentais do “autoconhecimento do homem como sujeito de sua história” (DELGADO, 2003, p.14).

A exposição fotográfica como Produto Educacional baseia-se na argumentação de Kossoy (*apud* Wolniewicz, 2019, p.11) sobre a relação entre fotografia e memória, ao afirmar que “fotografia é memória e com ela se confunde”.

“As imagens fotográficas são processos sociais complexos que guardam a história de seu tempo” (CIAVATTA, p. 37, 2012).

As imagens sempre integraram o cotidiano das sociedades históricas, elas possuem uma enorme capacidade de comunicação, se transformam em uma mensagem que se perpetua ao longo do tempo, servem como uma alternativa a mais de leitura da realidade (RAMOS, 2016).

As fotografias provocam distintas reflexões na produção das interações do fazer educacional. Distinguir, dar visibilidade e valorizar a comunidade discente do Curso de Eletrônica tenciona, dessa forma, apresentar ao Instituto Federal de Alagoas (Ifal) Campus Maceió, seus saberes, seus conhecimentos, suas vivências, suas contribuições, seus reveses e seus desafios cotidianos (WOLNIEWICZ, 2019).

As classes que dominam a sociedade têm a sagacidade de perceber que um povo sem memória é um povo sem futuro. Assim, diligentemente mobiliza-se para desqualificar não apenas suas lideranças, mas até mesmo, e essencialmente, a

memória da luta dos povos em condição de subalternidade. O domínio da história no combate aos subordinados, designado de “pessimismo imobilizante”, revela, dessa maneira, que as classes sociais, os antagonismos de classes e a consciência de classe são reais e exercem uma função histórica. Por esse motivo a supremacia das classes hegemônicas tem um prazo histórico, e está permanentemente desafiada pelas ideias libertadoras e de emancipação dos explorados de uma sociabilidade cindida em classes (PINHEIRO, 2019).

7.3 Sistematização para montagem de uma exposição fotográfica

As exposições têm a missão social e pedagógica de viabilizar ao público o reconhecimento de seus próprios bens e a sua memória. Mas também possibilitam e oportunizam uma reflexão da própria trajetória passada, o que está presente e o que está por vir. O uso da fotografia também possui um aspecto significativo, porque valida eventos a serem conservados. Uma fotografia ou uma coleção não tem apenas uma percepção, mas delas é possível mover uma diversidade de sentidos.

A temática da exposição fotográfica tem como objetivo fazer referência à identidade e à memória dos estudantes do Curso Técnico de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió. “A identidade é uma construção simbólica organizada a partir da ideia de pertencimento, gerando uma identificação do indivíduo frente a coletividade; já a construção da memória dá sentido a determinada identidade (MILDER, p. 90, 2013).” Uma das formas de fortalecer uma identidade é através da valorização da sua cultura, das suas criações e das suas vivências.

Para sistematizar uma exposição fotográfica torna-se importante refletirmos sobre o olhar. Na nossa relação com o outro, o primeiro sentido a ser utilizado no primeiro contado é o olhar. Entre os cinco sentidos, é o olhar que, na maioria das vezes, aciona os demais sentidos na aquisição do conhecimento (MILDER, 2013).

A organização de uma exposição fotográfica sugere uma tomada de posição diante do passado, principiando pelo presente e da experiência que está sendo projetada. A exposição nos dirige a uma história, a uma memória muitas vezes não vivida, porém, de alguma maneira, comunica-se com o visitante. A exposição é uma

forma de falar com o público, o qual aprende e apreende conhecimento tanto na dimensão intelectual quanto na dimensão emocional (MILDER, 2013).

Portanto, a sugestão da composição de um produto educacional envolve “uma experiência de aprendizado que deve consistir na construção ou elaboração de um novo saber, através da reflexão e ressignificação dos conhecimentos anteriores (SILVA, SOUZA, 2018)”.

A exposição fotográfica organiza-se como um ambiente favorável de comunicação entre o sujeito (visitante) e objeto (exposição). Esse espaço incrementa a formação de valores e tanto o emissor quanto o receptor posicionam-se no tocante a esses valores. Desse modo, o público necessita ser encorajado para o diálogo e estimulado à reflexão. Outrossim, exposições possibilitam a construção, reconstrução e propagação de saberes, sendo espaços especiais para disseminação de ideias, a fim de manifestar e publicizar posicionamentos (WOLNIEWIEZ; 2019).

Conforme Wolniewicz (2019), uma exposição fotográfica apresenta as seguintes fases: fase de planejamento e de ideia, fase de design, fase de elaboração técnica, fase de montagem, fase de manutenção, atualização e avaliação.

Na fase de planejamento, realiza-se a sondagem do referencial teórico para sistematização das estratégias, métodos e recursos acessíveis e as limitações. Nessa fase será importante especificar o que será realizado, quem irá realizar, quando deve ser realizado, onde deve ser realizado, por que realizar, qual será a metodologia usada para colocar em prática o plano e os custos do empreendimento (WOLNIEWIEZ; 2019).

Para uma exposição fotográfica ser bem-sucedida é fundamental pensar a escolha de seu tema. Por isso, as necessidades e interesses da comunidade terão que ser investigada e avaliados previamente com a finalidade de despertar o interesse do público, visto que as exposições têm a incumbência social de difundir aos sujeitos seus bens e sua memória, proporcionando significado a sua própria trajetória. “É o tema que atrairá o público ao local da exposição, no entanto é o planejamento e as demais técnicas aplicadas que garantirão a permanência deste (MILDER; 2013, p.62)”.

As exposições vão muito além do que meramente ordenar objetos em cavaletes, quadros e molduras com textos e legendas. Na realidade, são diversos os aspectos que interferem na comunicação da exposição com o visitante, por isso torna-se fundamental a adaptação da linguagem, uma vez que as diferentes montagens promovem narrar histórias diversas e prover novas interpretações e perspectivas (MILDER; 2013).

Outro assunto fundamental é a especificação da exposição no que concerne ao seu tempo, local, acervo ou público. Essas, assim como o tema, terão de ser selecionadas priorizando o público-alvo. Dessa forma, torna-se essencial assegurar o bem-estar e livre acesso do público, especialmente aqueles portadores de deficiência de mobilidade e pessoas idosas (MILDER; 2013).

No tocante ao tempo de duração, existem duas alternativas: temporária ou permanente. As temporárias duram aproximadamente 180 dias, e as permanentes têm uma duração maior (MILDER; 2013).

Na sequência, descrição das atividades referentes ao projeto da exposição fotográfica, conforme o quadro 10:

Quadro 11 – Objetivos e ações para sistematização da exposição fotográfica

Objetivos e ações para sistematização da exposição fotográfica	
Objetivos	Ações
O que	Planejar, elaborar, montar e avaliar uma exposição fotográfica sobre a história e memórias do curso técnico de eletrônica no Ifal – Campus Maceió.
Quem	Eu mesma serei a responsável por efetuar a exposição.
Onde	No Ifal – Campus Maceió, na recepção do auditório Oscar Sátilo (a acertar com a Coordenação do Curso Técnico Integrado de Eletrônica).
Quando	De 17/01/2022 a 17/03/2022, aproximadamente 60 dias, conforme

	acordo a ser firmado com a Direção-geral do Ifal – Campus Maceió.
Por que	1) Aprofundar a compreensão das experiências escolares e do processo de construção das identidades que acontecem no trabalho pedagógico e no processo formativo dos discentes, promovendo a constituição de acervo para uso em novas pesquisas sobre o tema; 2) Dar visibilidade às experiências e produção dos saberes dos sujeitos (alunos, professores e técnicos administrativos) que atuam no referido curso; 3) Conferir protagonismo às produções dos saberes dos estudantes e colaborar para que as memórias apreendidas através das fotografias sejam preservadas na história da instituição de ensino pesquisada; 4) Valorizar as memórias dos discentes na construção das identidades, objetivando minimizar gradativamente a evasão no curso em foco.
Como	Sumariamente, o planejamento será o seguinte: 1) Definir o espaço da exposição junto à Direção-geral e à Coordenação do Curso Técnico de Eletrônica; 2) Levantar bibliografia atualizada; 3) Acessar exposições, prioritariamente exposições fotográficas, a fim de somar ideias; 4) Construir a proposta conceitual da exposição; 5) Submeter o esboço da proposta à avaliação do meu orientador; 6) Com a proposta sendo aprovada, desenvolver o conceito da proposta ou adequá-la; 7) Solicitar outras autorizações caso sejam necessárias para fotografar nos espaços do campus; 8) Definir e fabricar a coleção que dará suporte material a comunicação do tema escolhido; 9) Divulgar institucionalmente a exposição; 10) Realizar a avaliação da exposição junto aos visitantes (pesquisa de recepção de público); 11) Desmontar a exposição.
Quanto Custa	Aproximadamente R\$ 236,50, procedentes de recursos próprios, valor este previsto no orçamento financeiro do projeto de pesquisa cadastrado na Plataforma Brasil, uma base nacional e unificada de registro de pesquisas envolvendo seres humanos.

Fonte: Autora (2021)

7.4 Projeto da exposição

7.4.1 Tema e subtemas da exposição

O tema da exposição fotográfica é *Valorizando Identidades e Saberes Através da Imagem*. A exposição contém 30 fotos referentes à implantação da educação profissional vinculada à rede federal no estado de Alagoas, à criação do Curso Técnico de Eletrônica e à produção de conhecimentos e experiências atuais desse curso no Ifal – Campus Maceió. Esses elementos integram os subtemas da exposição escolhidos por meio de uma seleção das fotos:

- Subtema 1: A história da educação profissional referente à rede federal em Alagoas.
- Subtema 2: A criação do Curso de Eletrônica no âmbito da educação profissional vinculada à rede federal em Alagoas.
- Subtema 3: Produção de conhecimentos e experiências atuais dos estudantes do Curso Técnico Integrado de Eletrônica no Ifal – Campus Maceió.

7.4.2 O Local Escolhido

Local: auditório Oscar Sátilo, situado na Avenida do Ferroviário, 530 – Centro, Maceió-AL, CEP 57020 – 600.

A escolha do local deu-se através de solicitação de liberação do espaço físico encaminhado à Direção-geral do Campus Maceió. A escolha foi baseada no critério de maior fluxo de pessoas, principalmente porque o Campus Maceió está passando por um processo de reforma e a entrada de estudantes encontra-se fechada. O auditório Oscar Sátilo está localizado próximo à portaria de servidores e visitantes, e, por conta da referida reforma, também se tornou entrada dos estudantes.

Imagem 1 – Local da exposição fotográfica (recepção do auditório Oscar Sático)



Fonte: Acervo da autora 2022

7.4.3 O Período da exposição

O período de exposição iniciou no dia 17/01/2022, finalizando no dia 17/03/2022. A autorização foi dada pela Direção-geral do Ifal – Campus Maceió. O horário foi das 8h às 21h, seguindo os três turnos de funcionamento do Campus. A segurança e limpeza são da própria instituição.

7.4.4 Modelo do Convite

Imagem 2 – Convite da exposição fotográfica



Fonte: Acervo da Autora 2022

7.4.5 Texto de abertura

A exposição apresenta 30 imagens coloridas em tamanho 50cm x 40 cm, cada uma contendo notas explicativas sobre os estudantes, professores, ambientes, eventos, equipamentos e prédios referentes à educação profissional ofertada pela rede federal em Alagoas e do Curso Técnico de Eletrônica do Ifal – Campus Maceió, inclusive das mudanças de endereço e estrutura física ao longo da história da educação profissional.

A exposição foi construída coletivamente, com a participação dos professores e discentes do Curso Técnico Integrado de Eletrônica, assim como de gestores (área de Ensino, Comunicação e Eventos e Design) do Ifal – Campus Maceió. As imagens foram cedidas de acervos pessoais pelos professores da formação técnica Adriana de Almeida Franco, Carlos Vangasse, Sérgio de Almeida Franco (aposentado) e Valmir José Moreti, do Departamento de Comunicação e Eventos do Ifal, obtidas em pesquisas no *Google* e em matérias jornalísticas do Departamento de Comunicação e Eventos do Ifal.

Para essa exposição, todas as fotos foram apreciadas pelo meu orientador, Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima.

7.4.6 Ficha técnica

Ficha Técnica

Número de fotografias:

30 Imagens de dimensão 50cm x 40cm – Impressão em banner em lona.

Fotografias:

Fornecidas pelos professores da formação técnica de Eletrônica, Google e Departamento de Comunicação e Eventos do Ifal

Curadoria:

Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa

Apoio financeiro:

Recursos Próprios

Apoio institucional:

Direção-geral do Ifal – Campus Maceió

Produção:

Mariluze da Silva Vieira Fidelis

Assessoria de Comunicação:

Coordenação de Comunicação e Eventos do Ifal – Campus Maceió

Design gráfico:

João Fidelis da Silva Filho

Design de montagem:

Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa

Cleber Nauber

Impressão das fotos:

ARTENOVA

Gráfica Rápida/Impressão Digital

7.4.7 Disposição das fotos

O espaço físico foi preenchido com 30 fotos afixadas em tripés. Em razão disso, idealizou-se a disposição dos tripés em formato de ilhas.

7.4.10 Divulgação

É fundamental no planejamento e operacionalização de um evento o processo de divulgação ao público a que ele se direciona, e sobre sua realização. Uma das formas de divulgação foi realizada através de solicitação à Coordenação de Comunicação e Eventos do Campus Maceió, a qual publicou notícia jornalística na página eletrônica do Campus Avançado do Benedito Bentes, onde ocorre o curso de mestrado profissional vinculado ao ProfEPT de Alagoas, e na página eletrônica do Campus Maceió, lócus da pesquisa. Conjuntamente, foi fixado o convite nos murais do Campus Maceió, conforme imagem 4.

Voluntariamente, o professor Eduardo, integrante do corpo permanente de docentes do ProfEPT/AL, disseminou nas mídias sociais o evento. Assim como o diretor-geral do Campus Maceió, professor Damião Augusto de Farias Santos. Quando visitou a exposição na ocasião da reunião do Conselho do Campus (CONCAMP), no Auditório Oscar Sático, ele se dispôs a fazer divulgação nas redes sociais. Na primeira semana de instalação, a exposição foi visitada por 73 pessoas, precisamente entre os dias 17 a 21 de janeiro.

Imagem 4 – Mural do Campus Maceió



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 5 – Professor Eduardo do corpo docente do ProfEPT



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 6 – Visita do meu orientador à exposição fotográfica



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 7 – Carlos Eduardo, estagiário do Curso Superior de Design (Operacionalização e monitoramento da exposição fotográfica)



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 8 – Meu orientador em visita ao Curso de Eletrônica e realização de trabalho de orientação



Fonte: Acervo da Autora 2022

7.5 Plano de ação sobre a seleção do Produto Educacional e a organização da exposição fotográfica

Quadro 12 – Plano de ação sobre a seleção do Produto Educacional e a organização da exposição fotográfica

Etapas 2019	08/19 a 12/19	05/20	12/20 a 01/21	03/21 a 11/21	11/21	11/21 e 12/21	01/22
Estudo das concepções do PE	x						
Escolha do PE		x					
Levantamento bibliográfico sobre a fotografia e exposição fotográfica		x					
Seleção coletiva de fotos				x			
Questionário diagnóstico para professores sobre a importância do PE (exposição fotográfica)			x				
Questionário para os alunos sugerirem e compartilhem fotos					x		
Rodas de conversas						x	
Reunião com a Coordenação e professora do Curso Superior de Design para organização da montagem da exposição							x
Reunião com o estagiário de Design para realizar a montagem e monitoramento da exposição							x

Quadro 13 – Cronograma da montagem e desmontagem da exposição fotográfica

Etapas/2021	Set/2021	Nov/2021	Dez/2021	Jan/2022	Mar/2022
Solicita entrada nas turmas – Apresentação do PE	x				
Convite por e-mails aos alunos para apresentação do PE – rodas de conversas		x			
Realização das rodas de conversas		x	x		
Contado verbal com a Coord. Comunicação e Eventos – divulgação e liberação dos tripés.		x	x		
Design gráfico das fotos			x		
Solicitação oficial à Coord. de Comunicação e Eventos – liberação dos tripés			x		
Solicitação por e-mail à Coord. de Comunicação e Eventos para realização da divulgação da exposição			x		
Solicitação oficial à Direção-geral do campus Maceió para liberação do espaço físico (Recepção do auditório Oscar Sático) para exposição			x		
Reunião com as professoras do Curso Superior de Design para elaboração do projeto de montagem da exposição				x	
Fixação dos convites nos murais do Campus Maceió				x	
Desmontagem da exposição: Comunica à Coordenação de Comunicação e Eventos a entrega dos tripés. Informa à Secretaria do Gabinete a liberação do espaço físico da exposição fotográfica.					x

Fonte: Autora (2021)

7.6 Projeto de Instalação da exposição fotográfica

O projeto de instalação da exposição fotográfica foi resultado da parceria com o Curso Superior de Design, mediado, a princípio, pela professora e coordenadora do curso, Valéria Teles. O estagiário Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa, sob a orientação do Professor Cleber Nauber e supervisão da autora da exposição fotográfica, elaborou o projeto em pauta. Segue a lógica da construção do projeto.

PROJETO DE MONTAGEM

I – Introdução

O espaço de exposição com ênfase na fotografia será o ponto de partida para a elaboração do projeto de montagem para a exposição fotográfica, valorizando identidades e saberes através da imagem. Contém 30 fotos referentes à implantação da educação profissional vinculada à rede federal no estado de Alagoas, à criação do Curso Técnico de Eletrônica e à produção de conhecimentos e experiências atuais do curso, no Instituto Federal De Alagoas – Campus Maceió.

Como o design no ambiente de uma exposição pode contribuir para a sua elaboração, esse questionamento, dentre outros, será resolvido a partir das ferramentas e recursos do design sensorial, técnicas do design comercial.

A exposição de acervos com conteúdo institucional traz ao ambiente locado uma grande importância, sobretudo com o auxílio de interfaces de profissionais preparados em design de interiores, para produzir e adaptar novidades capazes de sensibilizar os visitantes. É necessário que o usuário se sinta tocado pelo ambiente criado, superando as suas expectativas, transformando sua experiência sensorial em algo prazeroso.

Nesse caso, um ambiente bem montado capta o público, gerando uma fidelização que faz com que o visitante indique para outras pessoas. Portanto, indiretamente, se faz propaganda tornando o local, até então, pouco visitado, num espaço visível ao público.

O conceito e a atmosfera do local “ambiente” precisam ser atrativos e coerentes entre si. Todos devem passar ao usuário a mesma mensagem, os valores e a identidade institucional do espaço expositivo.

II – Tipo de exposição

A exposição foi classificada como exposição histórico-temporária.

Exposição histórica: tipo de exposição onde se exibem aspectos de um período ou períodos históricos determinados.

Exposição temporária: é exibida por um período limitado de tempo. Ela é organizada a partir de um tema ou de uma comemoração, podendo ser apresentada como exposições fixas realizadas em museus e instituições.

III – Conceito “versátil”

O conceito versátil estrutura-se no nosso dia a dia. Tudo tem que se adaptar às novas formas de percepção do público. Como uma exposição fotográfica pode ser bem-aceita pelo público? A versatilidade traz uma nova visão de espaço. Como um espaço, até então pouco visualizado pelo público, pode chamar sua atenção partindo da premissa ao contexto, e de técnicas como o formato “ilha” e materiais utilizados na composição da exposição fotográfica? Através desse conceito busca-se a linguagem do design e suas diversas áreas, para a sua produção. Assim o designer estará apto a desenvolver gatilhos que gerem no público visitante apelos sensoriais e diálogos que caracterizem bem o conteúdo oferecido na exposição fotográfica.

IV – Método

Faz-se necessário o uso de uma abordagem mais ampla para que a concepção se valide de forma a agregar conhecimento sobre o que está se expondo e que não gere confusão de informações. Portanto, a partir de bibliografia de áreas do design e exposição, a análise visou mostrar as diferentes ideias para a concepção de um espaço de exposição fotográfica.

Moura (2015) sugere seis áreas de responsabilidades no gerenciamento de projetos de exposição fotográficas, dentre elas: conteúdo, linguagem, discurso e responsável pelo design de exposição. Segundo o autor, o responsável é aquele que executa e elabora o conteúdo científico, realiza pesquisa e se responsabiliza pela preparação conceitual da exposição, pelo roteiro expositivo e pelas técnicas de expografia, que é a definição do uso adequado do espaço.

Mantovani Franco (2007) define exposição fotográfica como uma área do conhecimento que estuda, projeta e define o que é necessário para uma boa apresentação de conteúdo ao público, destacando, segundo o autor, estruturas de suporte, planos de atendimento ao usuário e projetos complementares de suporte, gerando assim uma boa funcionalidade do local onde se está expondo.

V – Local

Auditório Oscar Sático

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Endereço: R. Mizael Domingues, Nº 530

CEP: 57020-600

Telefone: (082) 2126-7000

Site: ifal.edu.br

CNAE: 8541-4/8542-2

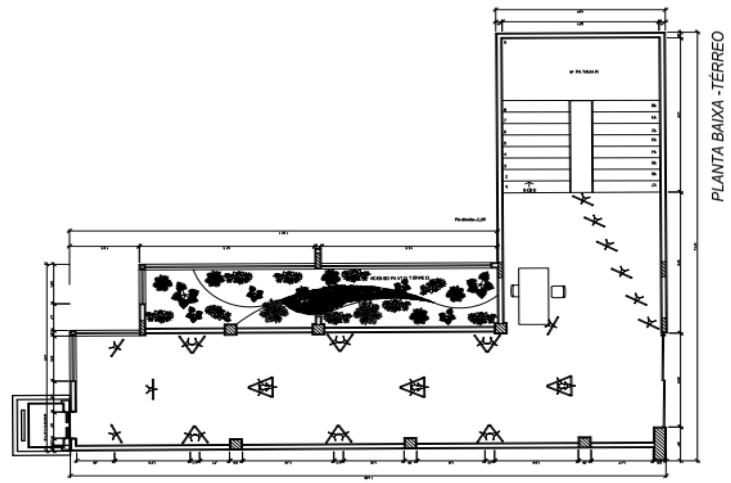
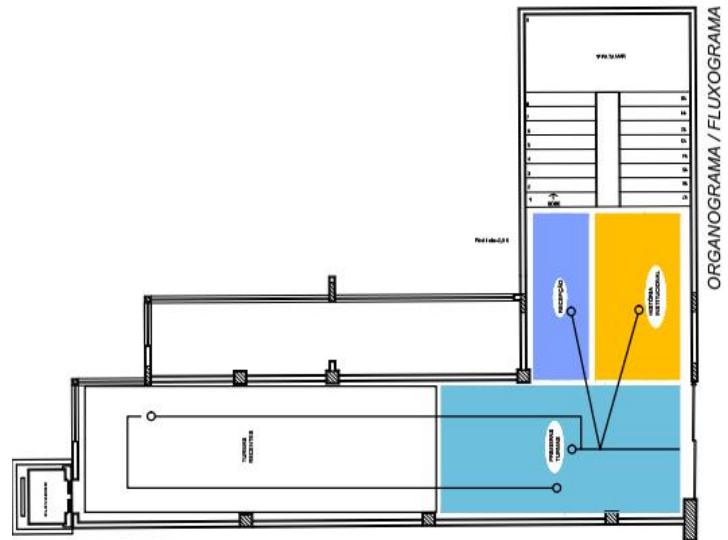
Grau de risco: Baixo

Mais de 1.200 funcionários

VI – Dados históricos

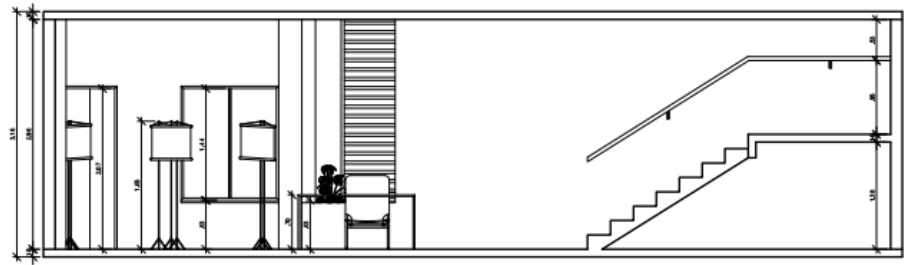
Localizado na capital, o Campus Maceió iniciou suas atividades em 1909, na Escola Técnica Federal de Alagoas, e hoje está instalado em sua sede definitiva. Atualmente, oferece cursos médios integrados de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estradas, Desenvolvimento de Sistemas, Mecânica e Química. Os cursos técnicos subsequentes presenciais oferecidos são Eletrotécnica, Mecânica, Química e Segurança do Trabalho. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é oferecido o curso de Artesanato. Esse campus também oferece cursos superiores de Tecnologia presencial (Alimentos, Engenharia Civil, Design de Interiores, Gestão de Turismo e Hotelaria); bacharelado (Administração Pública (EaD), Engenharia Civil e Sistema de Informação); e Licenciaturas (Ciências Biológicas (presencial e EaD), Letras, Português (EaD), Física, Matemática e Química). À distância, o campus oferece os cursos técnicos subsequentes de Alimentação Escolar, Guia de Turismo, Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, os cursos superiores de Ciências Biológicas, Letras/Português e Administração Pública. Em nível de Pós-graduação lato sensu, é oferecido, em Educação de Jovens e Adultos, História de Alagoas.

Figura 18 – Layout 1 para a mostra fotográfica

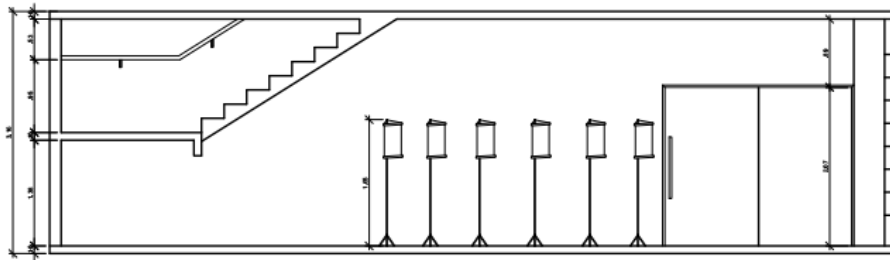


TÍTULO:	PROJETO EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	CARLOS EDUARDO DE O. BARBOSA
ASSUNTO:	PLANTA BAIXA E ORGANOGRAMA / FLUXOGRAMA	ESCALA:	1/75
SUPERVISOR (S):	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	REVISOR:	XXX
		FOLHA:	01
		DATA:	05/04/2022

Figura 19 – Layout 2 para a mostra fotográfica



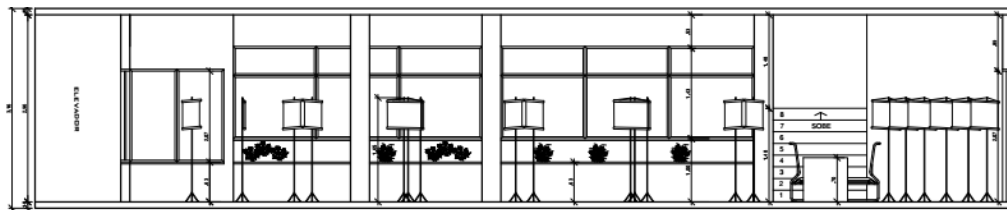
CORTE 01 -TÉRREO



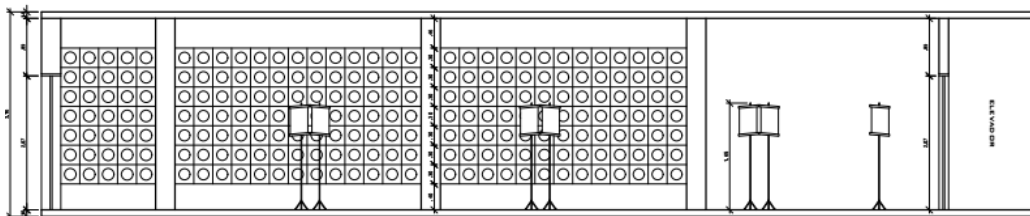
CORTE 02 -TÉRREO

TÍTULO:	PROJETO EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	CARLOS EDUARDO DE O.BARBOSA
ASSUNTO:	CORTES 01 E 02	ESCALA:	1/50
SUPERVISOR (A):	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	FOLHA:	02
		REVISOR:	XXX
		DATA:	06/04/2022

Figura 20 – Layout 3 para a mostra fotográfica



CORTE 03 -TÉRREO



CORTE 04 -TÉRREO

TÍTULO:	PROJETO EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	CARLOS EDUARDO DE O.BARBOSA
ASSUNTO:	CORTES 03 E 04	ESCALA:	1/50
SUPERVISOR (A):	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	FOLHA:	02
		REVISOR:	XXX
		DATA:	06/04/2022

Imagem 9 – Fotos das mudanças históricas do Ifal – Campus Maceió



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 10 – Fotos do primeiro corpo docente, primeira turma e primeiro curso da Escola de Aprendizes e Artífices



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 11 – Fotos antigas e atuais do curso de eletrônica



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 12 – Fotos recentes do Curso de Eletrônica



Fonte: Acervo da Autora 2022

Imagem 13 – Fotos recentes do Curso de Eletrônica



Fonte: Acervo da Autora 2022

7.7 Avaliação dos visitantes

Cabe recordar aqui que a instalação da exposição seguiu um projeto de design elaborado pelo estagiário Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa, do Curso Superior de Design, seguindo a orientação do Professor Cleber Nauber, que operacionalizou a instalação e monitoramento diário, alternando entre os turnos matutino, vespertino e noturno. E a supervisão foi realizada pela autora da exposição. Esse projeto foi formalizado na Coordenação de Relações Empresariais e Egressos (CREE), Coordenação integrante da Diretoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI).

O projeto da operacionalização da exposição promoveu o diálogo entre os conhecimentos da história da educação profissional e os conhecimentos do design de interiores, bem como o encontro entre dois cursos, o curso do ProfEPT e o curso Superior de Design de Interiores. Outro fato positivo no desenvolvimento da operacionalização da exposição está relacionado a oferta do estágio para o graduando que, devido à problemática da pandemia, estava com dificuldade de encontrar estágio para concretizar a conclusão do curso, ou seja, a exposição oportunizou o término do curso de design para o estagiário Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa.

Quadro 14 – Avaliação dos visitantes sobre a exposição fotográfica

Data da visita	Profissão	Comentário/Feedback
17/01/2022	Estudante/Edificações	Gostei bastante, os textos e as imagens foram bem explicativos, é bom ver a história sendo lembrada.
17/01/2022	Estudante/Edificações	Legal
17/01/2022	Estudante	Acredito que a exposição é muito boa para podermos presenciar um pouco da história da instituição. Eventos como este são fundamentais para valorizar e apreciar um de história.
17/01/2022	Estudante	Gostei muito, achei muito interessante a história do Campus, muito importante texto e a transparência dos textos, as fotos dos formandos, curti muito.

18/01/2022	Estudante/Eletrônica	Amei! Muito interessante.
18/01/2022	Estudante/Eletrônica	Incrível, tudo, as fotos e a história.
18/01/2022	Estudante/Eletrônica	Ficou legal, interessante.
18/01/2022	Professor	A valorização e exposição do passado é a base para o futuro.
18/01/2022	Estudante/Eletrônica	Maravilhosa, impressionante, cheia de história.
18/01/2022	Docente	O cérebro humano tem uma capacidade enorme de armazenamento de informações, mas é através da imagem que podemos visualizar melhor os fatos ocorridos na história. Parabéns!!!
18/01/2022	Estudante/Eletrônica	Muito interessante.
18/01/2022	Bibliotecária Ifal Maceió	Importante o resgate com o registro fotográfico e histórico mostrando a evolução do instituto. Certamente fortalece a escola e todos que aqui trabalham por uma educação de qualidade.
18/01/2022	Funcionário público municipal	Gostei, é uma forma de valorizar o aluno.
18/01/2022	Estudante	Achei interessante a proposta, exaltando um curso com uma problemática como essa, sugeriria também uma exposição do curso de Química, porque né.
18/01/2022	Estudante/Mecânica	Foi muito explicativo. Gostei bastante de ver turmas antigas e as competições que o curso participa.
18/01/2022	Estudante/Eletrônica	É importante para o saber histórico e cultural do passado de um curso do nosso colégio.
18/01/2022	Estudante	Ótima iniciativa, gostei demais!
18/01/2022	Estudante/Mecânica	Legal, trazer um pouco da história do instituto e dando uma empolgação maior ao curso de Eletrônica.
18/01/2022	Estudante/Química	Gostei da exposição e descobri um pouco mais sobre a história de Eletrônica e do Ifal.
18/01/2022	Estudante/Edificações	Muito interessante a exposição, cheia de

		conteúdo e muito explicativa, uma profissão muito interessante também. Parabéns aos organizadores.
18/01/2022	Estudante/Segurança do Trabalho	Interessante, vasta variedade de informações.
18/01/2022	Estudante/PROEJA Artesanato	Muito bem-apresentado pelo Carlos Eduardo (parabéns).
18/01/2022	Estudante/Eletrônica	Daorapow!!!
19/01/2022	Estudante/Edificações	Bem produtivo.
19/01/2022	Estudante/Edificações	Produtivo e enriquecedor.
19/01/2022	Estudante/Edificações	Muito Bom.
19/01/2022	Estudante de Tecnologia em Alimentos	Achei a exposição muito produtiva, onde pude ver um pouco mais sobre a história do Ifal, achei gratificante.
19/01/2022	Estudante de Química	Muito interessante a força que a instituição sempre proporciona aos alunos p/ explorarem seus cursos, algo notório na exposição.
19/01/2022	Estudante Química	Acredito que serve como incentivo para todos que visitam; além da oportunidade de conhecer, mesmo que vagamente, um outro curso. É importante citar que fotografias nos levam a épocas distintas, o que é incrível!
19/01/2022	Estudante de Química	Achei mega interessante, para termos reconhecimento das histórias dos demais cursos.
19/01/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	É muito interessante ver imagens antigas do Ifal e ver as histórias dele.
19/01/2022	Estudante de Química	Imagens legais e interessantes, novos conhecimentos e informações sobre o campus em que estudo.
19/01/2022	Estudante de Química	Muito legal conhecer um pouco da história do Ifal, os cartazes também.
19/01/2022	Estudante de Química	Uma ótima forma de motivar os alunos, além de, com certeza, acender uma nostalgia nos últimos alunos do curso de Eletrotécnica e

		professores.
19/01/2022	Professora	Parabéns!!
19/01/2022	Estudante	Ótima explicação do guia, experiência interessante.
20/01/2022	Estudante de Estradas	Gostei muito da exposição, que traz fotos tanto antigas como atuais de momentos importantes.
20/01/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Foi interessante.
20/01/2022	Estudante de Eletrônica	Bom, realmente é muito interessante mostra a história.
20/01/2022	Estudante de Química	Bem interessante.
20/01/2022	Estudante de Química	Bem explicativa e de fácil acesso, necessária para um melhor conhecimento sobre a história do Instituto.
20/01/2022	Vendedora	Parabéns!!!
20/01/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Eu achei muito interessante.
20/01/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Achei uma ótima exposição, deveriam (...) para não haver desistência.
20/01/2022	Servidor Público	Parabéns pela valorização da história de nosso Campus.
20/01/2022	Estudante	Uma boa exposição, com bastantes imagens, legendas explicativas e interessante, é muito bom saber mais sobre Eletrônica.
20/01/2022	Estudante	Um mergulho na história do Ifal.
21/01/2022	Estudante de Mecânica	Exposição que demonstra a importância do curso e do próprio instituto, muito legal a iniciativa e os desdobramentos!
21/01/2022	Estudante de Mecânica	Interessantíssimo, os cursos prévios do Ifal e a valorização do curso, principalmente sobre a primeira feira de ciências de 1984.
21/01/2022	Estudante de Mecânica	É uma exposição muito boa, ajuda a conhecer um pouco mais da história do

		instituto. Muito bom.
21/01/2022	Estudante de Mecânica	Gostei muito das imagens expostas, estão bem organizadas e se eu fosse da turma de Eletrônica eu ficaria ainda mais contente.
21/01/2022	Professor	Muito importante, pois eu não sabia como era antes.
21/01/2022	Estudante de Eletrônica	Exposição interessante e de grande valor para quem é novo no campus.
21/01/2022	Estudante visitante	Muito legal, gostei muito das imagens.
21/01/2022	Estudante de Hotelaria	Legal
21/01/2022	Estudante de Eletrônica	Foi muito interessante poder ver registros feitos desde a origem do curso.
21/01/2022	Estudante de Eletrônica	Muito interessante, principalmente por divulgar conteúdo muitas vezes desvalorizado.
21/01/2022	Estudante de Eletrônica	Gostei muito, me identifiquei principalmente com a história do curso de eletrônica.
21/01/2022	Estudante em Segurança do Trabalho	É interessante saber e conhecer a história de todo antes até o agora do Ifal e do curso de Eletrônica, inspirador. Ótimo apresentador, comunicativo e inteligente, "guerreiro". Gostei muito da oportunidade.
21/01/2022	Estudante de Química	Proposta muito interessante para a valorização histórica do curso e do campus Maceió, registros que trazem à tona memórias que nos inspiram a continuar.
21/01/2022	Estudante de Química	Gostei, pois o incentivo é necessário para os alunos que estão deixando a instituição, por dificuldades referentes ao curso e sob a história da instituição.
21/01/2022	Estudante de Química	Uma exposição interessante.
21/01/2022	Estudante de Química	Foi incrível conhecer um pouco da história de nosso campus e incentivo dado aos alunos mostrando como são interessantes as práticas do curso.

21/01/2022	Estudante de Química	Interessante e informativo
21/01/2022	Professora	Agradeço por poder conhecer um pouco mais sobre a história do Ifal, que começou em 1910 com a Escola de Artífices. Só senti falta do nome dos professores e alunos que fizeram parte da primeira turma da Escola de Aprendizagem e artífices. Ah, também senti falta de encontrar a expositora pessoalmente. Saudades!
24/01/2022	Estudante de Edificações	Interessante conhecer um pouco a evolução do campus!
24/01/2022	Estudante de Mecânica	Gostei, explicações ótimas, história linda do ifal.
24/01/2022	Estudante de Mecânica	Eu gostei da exposição por causa das coisas de Eletrônica que eu acho interessante.
24/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Mostra com e de forma intuitiva o passado e as conquistas da instituição, principalmente na área de Eletrotécnica que fala bastante do que é estudado hoje.
24/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Além de ter um conhecimento geral sobre o Ifal, tem a mostra a apresentação do curso de eletrotécnica que eu estou cursando e gostei muito.
24/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Foi bastante interessante essa exposição.
24/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Foi uma experiência incrível, fiquei intrigada como o Ifal era antigamente. Muito ... Gostei muito.
24/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Show de bola, muita qualidade, relembrando a história através das imagens.
24/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Valeu pow, foi muito massa.
25/01/2022	Estudante de Eletrônica	Legal.
25/01/2022	Estudante de Eletrônica	Legal conhecer o passado do meu campus e do meu curso.
25/01/2022	Estudante de Química	Legal.
25/01/2022	Estudante de Eletrônica	Muito interessante. É encantador

		observar/contemplar os antecessores ao curso, observar os antigos projetos, os antigos momentos.
25/01/2022	Estudante de Mecânica	Interessante e bem explicativa.
25/01/2022	Estudante de Mecânica	Acho legal, importante para conhecermos a História.
25/01/2022	Estudante de Mecânica	Muito legal descobrir como começou o Ifal.
25/01/2022	Estudante de Eletrônica	Foi bom, memorável gostei muito, super-recomendo.
25/01/2022	Estudante de Eletrônica	Gostei muito! Recomendo.
26/01/2022	Estudante de Química	Foi interessante saber das histórias da Escola antigamente.
26/01/2022	Estudante de Edificações	Foi legal, bastante interessante toda a história!
26/01/2022	Estudante de Edificações	A exposição foi uma experiência única, aprendi bastante sobre o início do nosso campus.
26/01/2022	Estudante	Foi legal, e interessante saber um pouco sobre a instituição Ifal.
26/01/2022	Estudante de Química	Uma exposição muito boa, que mostrou a história do Ifal de uma maneira bastante didática e interessante.
26/01/2022	Estudante de Química	Muito boas
27/01/2022	Estudante de Estradas	Bom, achei muito massa. O guia explicou muito bem a história do Ifal.
27/01/2022	Auxiliar Técnica	Amei, sai nas fotos embelezando a exposição e matei a saudades dos velhos tempos. Parabéns pelo trabalho, esforço e dedicação.
27/01/2022	Estudante de Estradas	Muito interessante, consegui entender e “ver” de perto a história do Ifal. O guia deu uma ótima explicação sobre todo o assunto. Estão todos de parabéns.
27/01/2022	Estudante	Muito bom ver a história do nosso curso!
27/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Achei interessantes essas imagens, e gostei

		das apresentações do guia.
27/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Eu amei, gosto de exposições.
27/01/2022	Estudante de Eletrotécnica	Muito interessante.
27/01/2022	Estudante de Estradas	Gostei da exposição, achei muito interessante. Principalmente sobre a história do Ifal em si. Amei.
31/01/2022	Estudante de Engenharia Civil	Se faz necessário conhecer a história da nossa instituição, a exposição mostra como os alunos buscam expor essa história.
02/02/2020	Estudante de Engenharia Civil	É importante conhecer a história do local onde estudamos.
03/02/2022	Técnica em Assuntos Educacionais/servidora do Campus Maceió	Achei de suma importância resgatar a história do Ifal, desde o seu início até os dias atuais, com foco no curso de Eletrônica, em seus aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e educacionais.
03/02/2022	Recepcionista/servidora terceirizada	Uma exposição onde fiquei sabendo que o prédio da loja gavota um dia já foi o Ifal. Morria e não sabia.
07/02/2022	Estudante de Estradas	Foi muito bom, principalmente em relação ao conhecimento do campus pelos alunos, professores e etc.
07/02/2022	Estudante de Edificações	Interessante.
07/02/2022	Estudante de Estradas	A exposição foi nostálgica e agregadora.
07/02/2022	Estudante de Edificações	Ótima exposição! Interessante saber a história do Ifal.
07/02/2022	Estudante de Eletrotécnica	Foi uma ótima exposição: Gostei e foi muito boa.
08/02/2022	Recepcionista	Muito bom demais.
09/02/2022	Estudante de Hotelaria	Muito interessante, bem organizada.
10/02/2022	Estudante de Edificações	Ótima exposição, surge grande reflexão principalmente com as fotos mais antigas.
11/02/2022	Concluinte de Design de Interiores	Um mergulho na história, como egresso do

		campus recordou bastante coisa.
16/02/2022	Estudante de Edificações	Ótima explicação, muito didático, estagiário muito simpático.
18/02/2022	Estudante de Edificações	Apresentação extremamente explicativa.
	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Achei legal.
22/02/2022	Estudante de Eletrônica	Achei interessante e bem intuitivo, além de bem organizada
22/02/2022	Estudante de Eletrônica	Achei muito interessante o formato e exposição dos fatos.
24/02/2022	Estudante de Edificações	Foi muito legal, bem interessante.
07/03/2022	Estudante de Informática	Interessantíssimo!
07/03/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Muito interessante.
07/03/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Achei muito massa e interessante.
07/03/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Muito bacana!
07/03/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Muito interessante.
07/03/2022	Estudante de Desenvolvimento de Sistemas	Foi muito interessante!
17/03/2022	Engenheiro Agrônomo (Professor Campus Maragogi)	Achei muito boa a exposição. Consegui entender a formação do Ifal e do curso. Quanto as imagens estão adequadas para uma maior experiência.
17/03/2022	Estudante de Química	Achei bastante interessante conhecer a história da nossa instituição, suas histórias, registros fotográficos, e basicamente todo o contexto que faz a nossa história hoje.
	Professor de Eletrônica (Engenheiro Eletricista)	Muito bom poder ver a trajetória do curso!
	Técnico de Laboratório de	Parabéns pela exposição! Excelente iniciativa

	Eletrônica	de resgatar a história da escola e do curso de eletrônica. Sucesso!
	Professor Aposentado de Eletrônica	Foi uma viagem ao tempo em que fui aluno.
	Professora de Eletrônica	A exposição foi muito válida, pois mostrou o trabalho que é feito com os alunos.
	Professor de Eletrônica	A exposição foi de grande importância para o público em geral pois mostrou a história da instituição, em particular, do curso de eletrônica desde o seu primórdio na Etfal ou momento atual no Ifal.

Fonte: Autora (2021)

7.8 Últimas reflexões

O Produto Educacional materializado na exposição fotográfica, com o tema *Valorizando Identidades e Saberes Através da Imagem*, teve grande aceitação no Ifal – Campus Maceió, principalmente, pela comunidade estudantil, possivelmente por não ser uma metodologia habitualmente utilizada no dia a dia da educação, bem como pela tentativa de valorizar e evidenciar o estudante, em especial o do Curso Integrado de Eletrônica, e suas culturas. E também pelo poder que a linguagem fotográfica tem de sensibilizar e descobrir realidades desconhecidas, como muitos afirmaram como foi gratificante conhecer a história do Ifal, lócus de suas vivências escolares.

O êxito da mostra fotográfica no Ifal provavelmente pode estar ligado à questão de que esse material é de uso recorrente nos espaços artísticos e outros espaços sociais, mas a sua presença no interior das escolas constitui-se em prática muito recente.

Conforme Tombini (2019), o uso da fotografia no locus educacional tem a capacidade de apreender a realidade, instigando os estudantes a pensar, melhor, entender e ser tocado pela realidade local. Por isso, torna-se essencial trabalhar a

contextualização histórica articulada às imagens fotográficas, como o seu lugar e as suas vivências, promovendo, a partir daí, os diálogos e os questionamentos.

A fotografia consiste em uma ferramenta singular que pode ser utilizada de diversas formas na leitura da realidade. Com o auxílio de outros instrumentos de representações como, os desenhos e os textos descritivos, torna-se possível desenvolver muitos trabalhos comparativos e compreender as mudanças ocorridas nas vivências. O registro fotográfico permite a reflexão de várias circunstâncias, em que o cenário é selecionado conforme a perspectiva da observação feita pelo indivíduo. Apoiado em suas intencionalidades e instigado pelo contexto social ao qual pertence, esse sujeito projeta a sua visão para conexões entre a sua verdade e outras verdades. Melhor dizendo, a imagem, que é a captura física/digital do real observado desde os primórdios da humanidade, é essencial no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Conseqüentemente, a fotografia se apresenta como um material de análise e de apoio na construção da reflexão crítica (SANTOS et al., 2018).

Silva e Rosa (2021) argumentam sobre a ausência da neutralidade na ação educativa, uma vez que não existe neutralidade em nenhuma ação dos homens em seu convívio no mundo. De modo geral, em todas as esferas das relações sociais é evidente a intencionalidade do agir humano nos seus intentos, anseios, percepção de mundo e interesses. Qualquer ação educativa está ancorada em uma maneira de compreender a realidade, ou pelo ponto de vista da alienação de um ser por outro, ou pelo prisma de sua emancipação. Levando em conta que a educação tanto pode libertar quanto acorrentar, o propósito de uma educação comprometida com a mudança social deve contemplar a formação crítica da pessoa, valorizando suas aspirações e crenças. A premissa da neutralidade política da educação é uma artimanha mais eficaz do que a ideia do poder transformador da educação nas sociedades capitalistas.

Os contextos sociais são de céleres mudanças, e essa velocidade dificulta a compreensão dessas mudanças em sua completude. Por isso, a fotografia permite uma conexão entre a memória, o contexto histórico e as relações sociais, políticas e culturais, as quais pertencem a um determinado tempo, promovendo uma

assimilação crítica e refinada das continuidades e alterações sucedidas no decurso do tempo (SANTOS et al., 2018).

Dessa forma, este trabalho tenciona colaborar com outros estudos que envolvam a assimilação da fotografia no ambiente educacional, favorecendo o processo formativo e a promoção de concepções de metodologias diferenciadas no ensino. Além de, principalmente, impactar positivamente na problemática da evasão escolar, gerando nos estudantes o sentimento de pertencimento ao contexto da educação profissional por intermédio do fortalecimento das identidades e dos saberes dos estudantes.

A educação do olhar como forma de compreensão do mundo...

Maria Ciavatta

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa no campo empírico revelou, nas falas dos professores e estudantes, a necessidade de articulação entre os setores do Ifal – Campus Maceió. Em seus depoimentos, os alunos, num percentual importante, alegaram dificuldade de aprendizagem, relação interpessoal entre professores e os estudantes, melhoria nas metodologias de ensino e necessidade de trabalhar. Os egressos evadidos respondentes apresentaram dificuldades de aprendizagem e problemas sociais, psicológicos e familiares. Tendo em vista a tarefa de acessar as informações sobre a evasão já ser difícil em tempos normais, por conta da falta de sistematização dos dados demonstrada em outros trabalhos já mencionados sobre o tema, muito mais nesses dois anos de circunstâncias atípicas. Por essa razão, essa pesquisa de campo necessita de aprofundamento e ampliação no acesso às informações sobre a evasão no Ifal – Campus Maceió, especificamente no Curso Integrado de Eletrônica, objeto de estudo desta investigação.

Observa-se também na pesquisa diagnóstica, a recorrência referente à necessidade de formação permanente e em serviço do corpo docente quanto a questão de ordem didático-pedagógica. Isso compreende uma ação que amplia a visão da natureza da educação, repercutindo positivamente no sujeito da aprendizagem. Entende-se, assim, que essa problemática está associada à diversidade de profissionais e de estudantes que constituem os Institutos Federais, como foi constatado nos resultados da pesquisa diagnóstica. Essa problemática também realça as características do dinamismo da inclusão. Por isso, é fundamental planejar, possibilitar e difundir a atualização, principalmente no campo pedagógico, dos professores e de todos os atores que compõem os Institutos Federais, uma vez que esse assunto diz respeito à totalidade da educação brasileira, bem como pensar e possibilitar a todos os profissionais de ensino, especialmente os professores, encontros constantes entre os pares, como foi frisado pelos docentes na pesquisa diagnóstica, a fim de estabelecer a integração institucional no combate a evasão. (FREDENHAGEM, 2014).

É fundamental ampliar a integração entre os setores da instituição, aprofundar as práticas dos princípios da interdisciplinaridade, cobrar a presença da família no acompanhamento dos estudos dos filhos, melhorar as relações interpessoais entre

professor e o estudante, adequar as didáticas e as metodologias, e propiciar uma melhor articulação entre teoria e prática.

O anseio dos estudantes pelo retorno presencial das aulas, a dificuldade de aprendizagem, estudantes que apresentam lacunas de conhecimentos prévios para prosseguirem os estudos na EPT, a falta de identificação com o curso, a necessidade de trabalhar dos discentes são situações que também foram identificadas na pesquisa. A importância de ajustar o planejamento de atendimento psicológico às reais necessidades dos estudantes e aperfeiçoar a estrutura do curso foram problemas abordados nos depoimentos dos professores(as), gestores e estudantes. Eles sugerem investimentos e planejamento constantes para a formação continuada dos docentes e demais profissionais da instituição, o planejamento permanente de pautas de reuniões pedagógicas na perspectiva de refletir sobre como amenizar a vulnerabilidade da permanência dos discentes que expressam em seu comportamento a iminência da desistência/evasão. Faz-se necessário, também, a elaboração de um planejamento que favoreça a articulação entre os setores que integram a comunidade do Ifal – Campus Maceió, com vistas a priorizar a permanência dos estudantes.

O depoimento dos professores referente à falta de integração dos setores que compõem o Campus Maceió pode acarretar prejuízos no desempenho escolar. Dessa maneira, a desarticulação entre o trabalho administrativo e o pedagógico reduz o dinamismo da instituição. Em consequência disso, dificulta ao professor refletir sobre o seu fazer pedagógico e o efetivar projetos inovadores e contextualizados.

Outro dado importante, revelado nas falas dos discentes participantes da pesquisa diagnóstica, é que muitos declararam que deixariam os estudos para trabalhar e outra quantidade expressiva trabalharia por apresentar dificuldades financeiras. Isso demonstra que a evasão não está circunscrita apenas aos muros da escola, mas retrata as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se impõe como um grave problema social. A conjuntura é crítica, especialmente porque envolve uma parcela de jovens que estão excluídos dos bens culturais produzidos socialmente. E, mais ainda, encontram-se excluídos do mercado de

trabalho por não reunirem os requisitos de exigências da atual sociedade no que se refere à qualificação profissional.

Apesar das restrições impostas pelo cenário da Covid-19, no tocante ao acesso aos documentos acadêmicos, como históricos, registros acadêmicos, registros de conselhos de classe, bem como o contato pessoal (a maior parte da coleta de dados foi realizada virtualmente) com os participantes da pesquisa, foi possível perceber que o percurso educacional desses estudantes é realizado com muitas dificuldades, as quais ampliam os problemas inerentes ao processo de aprendizagem. Isso demonstra que esses estudantes necessitam de acompanhamento mais eficiente e célere em sua aprendizagem, através do atendimento por uma equipe multidisciplinar. Porém, maior apoio não significa aligeirar os conhecimentos. Longe disso. Pois na oferta do atendimento escolar, quanto maior a dificuldade apresentada nos processos pedagógicos e de aprendizagem, mais eficaz precisa ser esse atendimento.

Grande parcela dos discentes entrevistados demonstrou ter um projeto profissional amparado na aquisição de sólidos conhecimentos e, por isso, esses alunos ambicionam saber mais. E a missão do Ifal deve responder a essas aspirações, ampliando as oportunidades de instrumentalizar o educando para o exercício prático das profissões, como também fortalecendo as aspirações de conhecer e saber mais.

Por isso, torna-se imperioso que o Ifal assimile a necessidade permanente da pesquisa na direção da consolidação de conhecimentos, principalmente em relação ao ensino técnico integrado de nível médio, com o propósito de identificar e conhecer melhor as razões do fracasso escolar, o qual provoca a evasão, envolvendo toda comunidade educacional.

Cabe ressaltar, mais uma vez, que a evasão é um problema complexo na análise de suas possíveis causas. Pelas pesquisas realizadas sobre o assunto, entende-se que a evasão é provocada por um conjunto de fatores que não acontecem isoladamente, mas ocorrem simultaneamente e estão associados ao estudante e a sua família, à escola e à comunidade em que vive, bem como à ausência de políticas públicas educacionais.

Meira (2015) discute que a evasão escolar se constitui em um fenômeno permanente no contexto da educação brasileira, sendo na maioria das vezes tolerado negligentemente pelo sistema de ensino e pela comunidade escolar. As consequências muitas vezes são gravíssimas para o estudante e a sociedade. E podem ser percebidas com mais ênfase nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, quando adolescentes e jovens abandonam os estudos e optam por outras veredas.

Conforme IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), o Brasil apresenta o maior percentual de evasão escolar no ensino médio entre os países do Mercosul. De acordo com os dados, 1 em cada 10 alunos(as) entre 15 a 17 anos abandonam os estudos precocemente (FREDENHAGEM, 2014, p. 53).

As desigualdades sociais existentes na realidade brasileira são consequências da divisão de classes, e são elas que determinam o “fracasso escolar” nas camadas populares (DINIZ, 2015, p.68).

O “fracasso escolar/evasão” é uma problemática que necessita ser confrontada no campo político e pedagógico, não devendo ser associado apenas a uma questão periférica, como, por exemplo um problema alimentar, porque os impactos da seleção e exclusão social acarretam mais sequelas que as consequências da desnutrição (DINIZ, 2015).

Souza (2013) propõe uma possível proposta pedagógica para confrontar o problema da evasão escolar, ou seja, implementar um Plano de Ação Intersectorial de todos os integrantes da equipe multidisciplinar de incentivo à permanência do estudante. Da mesma maneira, desenvolver um Sistema Unificado de Administração Pública a fim de que essa equipe implante um banco de dados para acompanhar a mobilidade dos discentes, para que, de posse desses dados, se tenha base para articular ações e políticas que facilitem o êxito da permanência escolar.

É preciso, contudo, enfatizar que as estratégias para combater a evasão escolar precisam ser diversificadas, permitindo que os estudantes percebam a experiência escolar como um período de “descoberta, amadurecimento e formação para o exercício da cidadania (FERREIRA, RODRIGUES, 2021, p. 193)”.

O direito à vida equânime e digna precisa dirigir as ações escolares e permitir a construção de uma escola como lócus de acolhimento aos sujeitos e suas

identidades. “Evasão nada mais é que do que um processo de exclusão, estejam ou não os excluídos cientes disso. Ela representa a negação não apenas das histórias de vida, mas das possibilidades reveladas pela aquisição do saber (FIGUEIREDO, SALLES, 2017, p. 372)”. Infelizmente, enquanto a escola não for um espaço de humanização, de aceitação do outro, transtornos vinculados ao insucesso escolar, como evasão, serão frequentemente tema de debates, importantes pela não superação do problema, mas permanecendo como lugar de sonho (FIGUEIREDO, SALLES, 2017).

O presente estudo não está concluído, porquanto a construção do processo educativo é um movimento permanente. Por isso, é necessário que outras pesquisas e reflexões sejam efetivadas para o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam a redução da evasão escolar e, em consequência disso, contribuam para o avanço da educação profissional e tecnológica da rede federal. Por esse aspecto, sugerimos, para pesquisas futuras, investigar a evasão escolar nos segmentos de ingressantes cotistas de origem socioeconômica e étnico-racial e gênero, incluindo a percepção do egresso evadido do ensino médio integrado no âmbito do Ifal – Campus Maceió.

9 REFERÊNCIAS

AMORIM, Roseane Maria; SANTOS, Ângela Maria dos Santos. **O Ensino da História Local e Itinerários da Disciplina Tópicos de História da Educação em Alagoas Diálogos Possíveis.** História e Ensino, Londrina, v. 19, n. 1, p. 143-162, jan-jun 2013.

ANDRE, Marti Eliza Dalmazo. **Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico: Aproximações e Diferenças.** Revista Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n.53, p.823-841, 2017.

ALMEIDA, Laura Ribeiro. **Evasão Escolar no Ensino Médio: Um Diagnóstico dos Alunos da Escola Pública Noturna do Rio Grande do Sul – Brasil.** Revista Int. Invetig. Cien. Soc. Vol. 7, n. 2, dezembro p. 83-118, 2011.

ANDRIONI, Ivonei. **Educação Profissional Integrada ao Ensino: Concepção e Categorias Fundantes.** Brasília: Ed. IFB, 2017.

ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento (Org.). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios.** Brasília: Ed. IFB, 2017.

ARAUJO, Cristiane Ferreira. **A Evasão na Educação Profissional de Nível Técnico: Um Estudo Realizado Com Base na Trajetória Escolar e no Depoimento do Aluno Evadido.** Orientadora Professora Dr^a Roseli Albino dos Santos. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Taubaté, SP, 2013.

AUED, Bernardete Wrublesvski. (org). **EDUCAÇÃO PARA (DES)EMPREGO (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento).** 2^a edição, editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2000.

BAETA, Anna Maria Bianchini. **Fracasso Escolar: Mito e Realidade.** São Paulo: FDE, 1992.

BATISTA, Maria Marlene. **Uma Investigação sobre a Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: A Experiência da E.E.E.F.M. Professora Luzia Simões Bartolini** -2014. p.57. (Monografia de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Técnico e Educação a Distância, João Pessoa, Paraíba, 2014.

Brasil. Lei nº 9394, de 20 dezembro de 1996.

Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASÃO, HeberJunio Pereira; DIAS, Ana Lúcia. **Evasão Escolar Brasileira e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Análise das Causas e Possíveis Medidas Para Dirimir Tal Prática.** Cadernos da FUCAMP, v.15, n. 24, p. 127-136,

2016.

CAMPOS, R. K. DO N.; SANTANA, G. DA C. **Fatores e Motivos da Evasão Escolar no Curso Técnico Subsequente de Manutenção e Suporte em Informática do IFIS - Campus Itabaiana.** In: Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 11, Curitiba. 2013. Anais eletrônicos... Curitiba, PUCPR, set., 2013

CARDOSO, Denise Aparecida Godoi. **Evasão Escolar e os Desafios Para Alunos, Escola e Sociedade No Contexto Da Escola Municipal Lupércio de Oliveira Koeche De Lages/SC.** Especialização em PROEJA, 2012.

CIAVATTA, Maria. **Política e História da Educação Profissional: luzes e sombras da realidade brasileira.** Cadernos de Pesquisa, v. 26, n. 4, p. 30-44, out/dez, 2019.

CIAVATTA, Maria. **O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia.** Revista de Psicologia: Organizações e Trabalho, jan/abr 2012, vol. 12. N. 1, pp. 33-46.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.** 2ª edição – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

COSTA, Maria Cledilma Ferreira da Silva, SOEIRA, Elaine dos Reis, BRASILEIRO, Regina Maria de Oliveira. **A Evasão Estudantil nos Cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Alagoas: A Formação Docente em Questão.** IV Colóquio Internacional Sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, Cadernos de Resumos Expandidos, ISSN 2175-683X, Belo Horizonte: UFMG, RIMEPES, 2015

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF:Senado, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

DAYRELL, Juarez. **A Escola “Faz” as Juventudes? Reflexões em Torno da Socialização Juvenil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

DINIZ, Carine Saraiva. **Evasão Escolar no Ensino Médio: Causas Intraescolares na Visão dos Alunos.** Orientadora: ProfªDrª Adilene Gonçalves Quaresma 2015. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário UMA, Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

DORE, Rosemary e LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Cadernos de Pesquisa [online]. 2011, v. 41, n. 144 [Acessado 26 Agosto 2021], pp. 770-789. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>>. Epub 04 Maio 2012. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>.

FARIAS, Lídia; OSMAR; Gonçalves. **A Fotografia ao Longo do Tempo: da Kodak ao Instagram.**Intercom, XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa – Pb 15 a 17/05/2014.

FERREIRA, L. S., RODRIGUES, R. R. M.**O núcleo de estudos e pesquisa em gênero e sexualidade do campus Bento Gonçalves enquanto ferramenta de**

permanência e êxito escolar. Permanência e êxito no IFRS: reflexões e práticas, 1ª edição – São Paulo, SP, Pimenta Cultural, 2021.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva, SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. **Educação Profissional e Evasão Escolar em Contexto: Motivos e Reflexões.** Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 95, p. 356-392, abr/junh., 2017.

FILHO, João da Costa Cavalcante. **NARRATIVAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RETRATO DO CEJA JACIRA CABOCLÓ.**Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, 2018.

FREDENHAGEM, Sheyla Vilar. **Evasão Escolar no Âmbito do Instituto Federal de Brasília.** Revista Eixo, Brasília - DF, v.2, julho-dezembro de 2014.

FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições.** Editora Cortez, São Paulo, 2005.

GARBIN, Elisabete Maria; PRATES, Daniela Medeiros Azevedo (Org.). **Juventudes Contemporâneas: Emergências e Disposições.** Editora Cirkula LTDA, 1ª edição, Porto Alegre, Coleção Juventudes Contemporâneas, v.1, p. 365, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Série Educação A Distância – EAD. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1ª edição, Editora: UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GOMES, Stephanie Silva Weigel; Brasileiro, Regina Maria de Oliveira. **A Formação Docente no Instituto Federal de Alagoas: (re) discutindo a identidade profissional dos professores.** IV Colóquio Internacional sobre a Educação Profissional e Evasão Escolar, 26-28 de outubro de 2015, Belo Horizonte, Brasil – ISSN: 2175683X.

GURAN, Milton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica Notas e Reflexões.** XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; NASCIMENTO; José Mateus do (Org.). **Memória e Experiências de Formação Docente Na/Para EPT.** Chamada Para Publicação em E-BOOK. IFRN, PPGE (Programa de Pós-Graduação em EP), 2021.

IFAL. **Plano Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica.** Maceió/AL, 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. **Censo escolar.** Brasília: INEP/MEC, 2010.

INOCÊNCIO, Aline de Oliveira. **Principais causas para a desistência de alunos no ensino médio.** Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnológica - RECIT, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. Disponível <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão Escolar no Instituto Federal Sul Rio Grandense: Um Estudo de Caso no Campus Passo Fundo.** ProfºDrº Telmo

Marcon - 2012. 118p. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Educação, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2012.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 5ª edição, Ateliê Editorial, São Paulo, 2016.

KUENZER, AcaciaZeneida (Org.). **Ensino Médio e Profissional: a0s políticas do Estado neoliberal**. 3ª edição, editora Cortez, São Paulo, 2001.

KUENZER, AcaciaZeneida. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª edição, editora Cortez, São Paulo, 2007.

LIRA, Iolita Marques de; GAIA, Rossana Viana; CLEMENTE, Camila da Rocha. Limites e Possibilidades no Ensino do Design de Interiores: Questões sobre Evasão e Permanência. IV Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, 26-28 de outubro de 2015, Belo Horizonte, Brasil-ISSN: 2175-683X p.241-244.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, 1992

MAGALHÃES, Belmira.; EDNA, Bertoldo (Org.). **Trabalho, Educação e Formação Humana**. EDUFAL/PPGE/CEDU, Maceió/AL, 2005.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002

MEIRA, Cristiane Araújo. **A Evasão Escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: Um Estudo de Caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015, 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2015.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (Org.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. EDUFAL, 18º EPENN, Maceió/AL, 2007.

MILDER, Camilla Rodrigues. **"Por Debaixo dos Panos": A Construção da Imagem da Prenda Tradicionalista Por Meio de Exposição do Departamento de Tradições Gaúchas Noel Guarany**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Santa Maria, RS, Barsil, 2013.

MOEHLECKE, Sabina. **O Ensino Médio e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais: entre Recorrências e Novas Inquietações**. Revista Brasileira de Educação, v.17, n. 49, jan-abr. 2012.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa: UmInstrumento Metdológico Possível**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, V.23, nº 1, p.98-106, jan-jun. 2014.

MOURA, Rosilda Germano da Silva. **Liceu de Artes e Ofícios de Alagoas (1884-1917): Um Resgate da História da Educação Na Transição do Império Para República**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

NOGUEIRA, Lis Pedreira. **Movimento Cotidiano Memória da Exposição Fotográfica**. Memória do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia/Salvador, 2010.

NUNES, Elizabete de Fátima Polo de Almeida e outros. **Análise da Evasão de Alunos dos Cursos de Profissionalização da Área de Enfermagem no Paraná**. *Ciência cuidando da Saúde*, out/dez, 6(4): 433-440, 2007.

PARIZOTTO, Jaiane, BREITENBACH, Raquel. **Agricultura Familiar e Alimentação Escolar Contribuem para a Permanência e Êxito no IFRS – Campus Sertão?** *Permanência e Êxito no IFRS: Reflexões e Práticas*. 1ª edição – São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMANÃ, A. S. **PRODUTOS EDUCACIONAIS NA FORMAÇÃO DO MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO**. *Revista de Estudos e Pesquisa sobre Ensino Tecnológico - EDUCITEC*, v. 04, N.0 ed. Manaus AM: 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31417/educitec.v4i07.302>.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 1ª edição, UAB/NTE/UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2018.

Plano Pedagógico do Curso Técnico Integrado Ao Ensino Médio Em Eletrônica/IFAL. Maceió - 2019, www.ifal.edu.br

Plano de Desenvolvimento Institucional/IFAL 2019/2023. Outubro de 2019, www.ifal.edu.br

Plataforma Nilo Peçanha. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. SETEC/MEC. Dados da Taxa de Evasão. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018, 2019, 2020>.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Neoconservadorismo: A Contribuição da História da Educação Para Compreender o Presente**. *Cadernos, GPOSSHE On-line*, Fortaleza, v. 2, n.1, p. 120 – 142, 2019.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PNUD-PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2005**./ Tradução: José Freitas e Silva; Coordenação da tradução e revisão técnica: João Estêvão; Consultora do PNUD para a publicação da versão portuguesa do RDH2005: Ana Paula Faria. Camarate – Portugal: SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda., 2005. ISBN: 972-8920-17-2. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr05_po_complete.p

PIZZATO, Michelle Camara; ESCOTT, Clarice Monteiro; SOARES, Rhuany.

Educação Profissional e Tecnológica: Práticas, Organização e Memórias. Belo Horizonte - MG, Poisson, 2021.

RAMALHO, Camila da Silva et al. **A Fotografia enquanto estratégia de ensino: um zoom nas pesquisas desenvolvidas no contexto da educação profissional.** Educação Profissional e Tecnológica: Práticas, organização e memórias. 1ª edição, Editora Poisson, Belo Horizonte/MG, 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ª edição, editora Cortez, São Paulo, 2006.

SANTOS, Karen Mata et al. **A Fotografia Como Recurso Didático.** Cederj Fundação Cecierj, v. 18, Ed. 1 – 09/01/2018.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 6ª edição, Campinas, São Paulo, Coleção Educação Contemporânea, 2000.

SILVA, Claudio Nei Nascimento da; CASTILHO, Mara Lúcia. **O Planejamento dos Institutos Federais (IF): Valores Institucionais e Documentos Norteadores.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.I.] v.1, n. 20, p. 10002, abr. 2021. ISSN 2447 – 1801.

SILVA, Claudio Nei Nascimento; ROSA, Daniele dos Santos (Org.). **As Bases Conceituais na Educação Profissional e Tecnológica.** Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa/Grupo Nova Paideia, 1ª ed., Brasília, 2021.

SILVA, Keila Crystina Brito e; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus/Manaus/Centro, 2018.

SILVA, Marcus Alexandre Buarque da. **Evasão ou Permanência de Alunos no Técnico de Mecânica – IFAL – Campus Maceió.** Psicologia e Saberes, v. 4, n. 5, 2015.

SILVA, Raquel Batista. **O Uso da Fotografia na Educação Histórica do Município de Pinhais: Memória e Cultura Visual.** Cadernos PDE, Volume I, Paraná, Governo do Estado/Secretaria de Educação, 2014.

SILVA, Vanessa Thomazini da. **Desafio da Imagem: Uso da Fotografia no Processo de Ensino – Aprendizagem de Botânica.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional) Universidade Federal do Espírito Santo. São Martins, ES, 2019.

SIMAS, Lorena Santiago; RAMOS, Eveli Rayane da Silva; PAIVA. **Oficina de Fotografia como Possibilidade de Articulação entre Imagem Fotográfica e Educação.** INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba/PR – 04, 09/09/2017.

SOARES, Ana Maria Rodrigues de Souza. **Fotografia: Uma Possibilidade Pedagógica.** Especialização em Ensino das Artes Visuais, Escola de Belas Artes da UFMG, Belo Horizonte, MG, 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Programa de Pós-graduação em Educação**

Profissional e Tecnológica (PROFEPT): Conquistas, perspectivas e Desafios. Cadernos de Pesquisa, V 26, n.4, out/dez, 2019.

SOUZA, Juarina A. Silveira. **Permanência e Evasão Escolar: Um Estudo de Caso em Uma Instituição de Ensino Profissional.** Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica, N. 6, Vol. 1, dez/2013.

SOUSA, C. P., PLACCO, V.M.S. **Mestrados Profissionais na Área de Educação e Ensino.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.25, n.47,p.23-25, set/dez, 2016.

SOUSA, M.C. **Produtos Educacionais de Matemática Elaborados por Professores da Educação no Âmbito do NIPEM.** In: **Encontro da Rede de Professores, Pesquisadores e Licenciados de Física e de Matemática, 2.,** 2010, São Carlos. Trabalhos apresentados...São Carlos/DP:UFSCAR, nov. 2010. Disponível em:<http://www.enrede.ufscar.br/participantes_arquivos/E3_Sousa_TA.pdf>

SOUZA, T.R.A.; SOUZA, J.F. **Formação Profissional e Perfil Docente da Educação Profissional e Tecnológica: Um Estudo no IFTM - Campus Paracatu.** IFTM, HOLOS, Ano 34, Vol. 3, fev. 2018.

STADLER, Luana Nunes. **A Circulação da Fotografia na Cidade: Indicações Sobre Lugares de Exposição e Usos Culturais.** Intercom. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Londrina – PR – 26 a 28 de maio de 2011.

TANAJURA, L. L. C.; BEZERRA, A. A. C. **PESQUISA - AÇÃO SOB A ÓTICA DE RENÊ BARBIER E MICHEL THIOLENT: APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES METODOLÓGICAS.** Revista Eletrônica, Santos, v. 07 N.13,p.10-13, ed. jan.-jun. 2015.

TOMBINI, CleandroStevão. **Fotografia no Ensino de Conteúdos Étnico-Raciais: Usos e Implicações Pedagógicas na Educação Básica.** 8º SBECE – Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, ULBRA/2019; 25 a 27 de junho, Canoas, RS, Brasil.

TRIPP, D. **PESQUISA - AÇÃO: UMA INTRODUÇÃO METODOLÓGICA.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p.443-466, set.-dez. 2005.

VEIGA, Cergio; BERGIANTE, Níssia. **Fatores Predominantes da Evasão Escolar no Ensino Médio Profissional: Uma Revisão de Literatura.** XIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. ISSN 1984-9354, 29 e 30/Set, 2016.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação Nas Alagoas: História, histórias.** Edufal, 4ª edição, Maceió/Alagoas, 2006.

WILLE, Caroline Neugebauer et al. **Desenvolvimento de matérias didáticos para o ensino médio integrado: A pedagogia histórico crítica orientando construções em uma perspectiva omnilateral.** Educação Profissional e Tecnológica: Práticas, organização e memórias, 1ª edição, Editora Poisson, Belo Horizonte/MG, 2021.

WOLNIEWICZ, Eveline BoppréBesen. **Exposição Fotográfica "O Trabalho dos TAE'S em imagens e textos": intervenção por meio da imagem fotográfica.** Florianópolis, SC: IFSC, Julho/2019. Produto da Dissertação "A construção da identidade profissional do técnico administrativo em educação: saindo dos bastidores da educação profissional e tecnológica - Instituto Federal de Santa Catarina.

YOKOTA, M. S. F. **EVASÃO NO ENSINO TÉCNICO E TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO NOS CURSOS TÉCNICOS EM ELETRÔNICA, INFORMÁTICA E MECATRÔNICA DA ETEC JORGE ESTREET DO CENTRO PAULA SOUZA.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 95. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário Professor (a)

1. Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não Responder

2. Nível de escolaridade: () Graduação () Especialização () Mestrado ()
Doutorado

3. Na sua opinião, o que é preciso para diminuir a evasão no Ifal?

4. Em sua opinião, de quem é a responsabilidade de um aluno evadir do Ifal?

5. Na sua opinião, quais fatores contribuem para o aluno desistir dos estudos no Ifal?

6. Quais ações o Ifal deveria desenvolver para possibilitar a permanência do aluno até a conclusão dos estudos?

7. A proposta do nosso produto educacional é uma exposição fotográfica da história do Curso Técnico de Eletrônica. O que você acha dessa proposta?

Obs.: Questionário adaptado da monografia de especialização - Uma Investigação sobre a Evasão na

EJA: A Experiência da E.E.E.F.M. Professora Luzia Simões Bartoline - de Maria Marlene Batista, 2014.

APÊNDICE 2 – Questionário Estudante

Sexo: () Feminino () Masculino

2. Série que está cursando: _____

3. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) Viúvo(a) () Divorciado(a) () União estável

4. Faixa etária: () 15 a 19 anos () 20 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () acima de 50 anos.

5. Trabalha? () Sim () Não

6. Nível de renda familiar:

7. É repetente? () Sim () Não

8. Se é repetente, por que repetiu?

9. Qual foi a reação dos seus pais ao saberem que você teria que repetir?

10. É bem recepcionado pelos funcionários do Ifal?

11. Você gosta de estudar no Ifal? Na sua opinião, o que o Ifal deveria fazer para atrair mais os alunos?

12. Você deixaria de estudar para trabalhar? Por quê?

13. Como você gostaria que fossem as aulas?

14. Você acha importante estudar? Por que?

15. O espaço físico do IFAL é: () Bom () Regular () Ótimo

16. Você utilizou o sistema de cotas ou disputou as vagas gerais?

17. Na sua opinião, de quem é a responsabilidade de um aluno abandonar os estudos?

18. A proposta do nosso produto educacional será sistematizar uma exposição fotográfica sobre a história do Curso Técnico de Eletrônica. O que você acha dessa proposta?

19. Qual a sua sugestão para montagem da exposição fotográfica?

Obs.: Questionário adaptado da monografia de especialização - Uma Investigação sobre a Evasão na EJA: A Experiência da E.E.E.F.M. Professora Luzia Simões Bartoline - de Maria Marlene Batista, 2014.

APÊNDICE 3 – Questionário Egresso(a) Evadido(a)

1. Você concorda em participar desta pesquisa?

Sim Não

2. Sexo:

Masculino

Feminino

Prefiro não responder

3. Qual é atualmente a sua faixa etária?

15 a 20 anos

20 a 29 anos

30 a 39 anos

40 a 49 anos

4. Qual era a sua faixa etária na época que você decidiu desistir do Curso Técnico de Eletrônica?

15 a 20 anos

20 a 29 anos

30 a 39 anos

40 a 49 anos

5. Qual o estado civil?

Solteiro(a) Casado(a) Viúvo (a) Divorciado (a) União estável

6. Trabalha?

Sim Não

7. Nível de renda familiar?

8. Você repetiu alguma série quando realizava o Curso de Eletrônica? Se repetiu, Você lembra a série e ano letivo?

9. Se repetiu, qual o motivo de ter repetido?

10. Se repetiu, qual foi a reação de seus pais ao saberem que você teria que repetir?

11. Se repetiu, como você se sentiu ao saber que teria de repetir?

12. Você gostava de estudar no Ifal?

13. O espaço físico do Ifal era:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

14. Por que você desistiu de concluir o Curso de Eletrônica?

7 Qual era a série do Curso de Eletrônica quando você decidiu desistir? Você lembra o ano letivo em que desistiu?

17. Na sua opinião, de quem é a responsabilidade de um aluno abandonar os estudos?

18. Você acha importante estudar? Por quê?

Obs.: Questionário adaptado da dissertação - A Evasão Escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: Um Estudo de caso no Campus Cariacica do IF Espírito Santo - de Cristiane Araújo Meira, 2015.

APÊNDICE 4 – Questionário (Gestão de Ensino)

1. Cargo: _____

2. Sexo: () Feminino () Masculino () Prefiro não responder

3. Nível de escolaridade: () Graduação () Especialização () Mestrado ()
Doutorado

4. Na sua opinião, o que é preciso para diminuir a evasão no Ifal?

5. Em sua opinião, de quem é a responsabilidade de um aluno evadir do Ifal?

6. Na sua opinião, quais fatores contribuem para o aluno desistir dos estudos no Ifal?

7. Quais ações o Ifal deveria desenvolver para possibilitar a permanência do aluno até a conclusão dos estudos?

8. A proposta do nosso produto educacional é uma exposição fotográfica da história do Curso Técnico de Eletrônica. O que você acha dessa proposta?

APÊNDICE 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor(a)



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

Você está sendo convidado a participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica: RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE À EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL sob responsabilidade da pesquisadora MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS e orientação do Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA. Desde logo, fica garantido o sigilo da identidade do participante, que está livre para recusar-se a participar. A participação no estudo não acarretará custos e não disponibilizará nenhuma compensação financeira.

A seguir, indico as informações do projeto sobre a participação do/da estudante:

1. O estudo se propõe a reinterpretar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) Campus Maceió a fim de promover a valorização e sensibilização dos discentes no desafio de conter gradativamente a evasão escolar na educação profissional.
2. A importância deste estudo é contribuir com a permanência do estudante no Curso de Eletrônica do Ifal Campus Maceió até a conclusão, conforme prever o art. 3, inciso I da Lei nº 9394/96, utilizando a metodologia da ressignificação das memórias da história do Curso em análise no construto da identidade social do aluno e formação da consciência crítica de sujeitos protagonistas da sua formação acadêmica e profissional no contexto da educação profissional.

3. O objetivo específico desta pesquisa é investigar as razões que influenciam no abandono escolar na realidade da Educação Profissional e Tecnológica para elaboração de um produto educacional na forma de uma exposição fotográfica.

4. A coleta de dados está prevista para acontecer no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2021.

5. Por se tratar de pesquisa-ação, espera-se o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento de ações que apontem a melhoria da educação durante todo o processo da pesquisa. Além da caracterização quantitativa e qualitativa da pesquisa, serão aplicados questionários com 10 (dez) questões à gestão, aos professores, técnicos administrativos e alunos. As perguntas dos questionários tratam da história e evasão do Curso Técnico de Eletrônica, com a finalidade de conhecer a percepção da comunidade escolar em relação a problemática a ser investigada. No caso dos estudantes, um outro questionário será aplicado como forma de avaliação antes e depois das ações de valorização e sensibilização dos discentes no combate à evasão – com a finalidade de comparar as respostas e, conseqüentemente, a eficácia da interferência. Igualmente, a sistematização de 3 três rodas de conversa com 15 alunos de três turmas.

6. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: de acordo com a metodologia descrita, inibição/constrangimento durante a aplicação dos questionários, quebra do sigilo da pesquisa, não saber o que responder. Para evitar tais riscos, antes do início da pesquisa serão dados todos os esclarecimentos sobre o objetivo do estudo e as etapas metodológicas que serão aplicadas aos professores, técnicos administrativos, terceirizados e estudantes colaboradores. Se mesmo assim, os riscos ocorrerem, o colaborador pode sair da pesquisa, sendo o fato comunicado ao CEP para que se avalie a necessidade de se adequar o estudo. Em caso de quebra de sigilo, informo que os dados cujo sigilo tenha sido rompido durante a realização da pesquisa, serão descartados.

7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este termo.

8. Os benefícios esperados com a participação do estudante colaborador no projeto de pesquisa, direta ou indiretamente, são: contribuição para a implementação de uma instituição educacional que priorize ações pertinentes a permanência do aluno em sala de aula, e para a formação de sujeitos conscientes do seu papel no âmbito da educação formal e no contexto social. A pesquisa traz um Produto Educacional, em forma de exposição fotográfica, apresenta-se como um instrumento facilitador no processo da comunicação e difusão de uma educação inclusiva.

9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização da pesquisa, sendo responsáveis pela mesma: a **pesquisadora – Mariluze da Silva Vieira Fidelis** e o **Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima (Orientador)**.

10. Você será informado (a) sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento você pode recusar a continuar participando do estudo sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. Você receberá uma via do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
Endereço: Avenida do Ferroviário, 530, Centro.
Complemento: CAMPUS MACEIÓ
Cidade/CEP: Maceió/57.020-600
Telefone: (82) 2126-7050/2126-7054

Contato de urgência:

Orientador: Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA
Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus – Maragogi.
Complemento: AC Maragogi
Cidade/CEP: Maragogi/57.955-790
Telefone: (81)99944-4816

Pesquisadora: MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

Av. Dona Constança de Góes Monteiro, Nº 627, Jatiúca.
Cidade/CEP: Maceió/ 57.038-370
Telefone: (82)9-9171-6060

Endereço do/a participante-voluntário/a
Domicílio: (rua, praça, conjunto):
Bloco: /Nº: /Complemento:
Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

ASSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,

declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido/a de maneira transparente e detalhada sobre os objetivos e procedimentos do estudo “RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL” pela pesquisadora responsável, Mariluze da Silva Vieira Fidelis, bem como me foi garantido/a o sigilo das informações e da minha identidade. Tenho conhecimento de que a participação é voluntária, e que posso desistir em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Maceió, _____ de _____ de 2020.

Mariluze da Silva Vieira Fidelis
Lima
Pesquisadora responsável

André Suêlto Tavares de
Orientador da pesquisa

Participante

APÊNDICE 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais ou responsáveis dos estudantes menores de idade



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Você está sendo convidado a participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica: **RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ** PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL sob responsabilidade da pesquisadora MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS e orientação do Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA. Desde logo fica garantido o sigilo da identidade do participante, que está livre para recusar-se a participar. A participação no estudo não acarretará custos e não disponibilizará nenhuma compensação financeira.

A seguir, indico as informações do projeto sobre a participação do/da estudante:

1. O estudo se propõe a reinterpretar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica no Instituto Federal de Alagoas (IFAL) Campus Maceió a fim de promover a valorização e sensibilização dos discentes no desafio de conter gradativamente a evasão escolar na educação profissional.
2. A importância deste estudo é contribuir com a permanência do estudante no Curso de Eletrônica do IFAL Campus Maceió até a conclusão, conforme prever o art. 3, inciso I da Lei nº 9394/96, utilizando a metodologia da ressignificação das memórias da história do Curso em análise no construto da identidade social do aluno e formação da consciência crítica de sujeitos protagonistas da sua formação acadêmica e profissional no contexto da educação profissional.

3. O objetivo específico desta pesquisa é investigar as razões que influenciam no abandono escolar na realidade da Educação Profissional e Tecnológica para elaboração de um produto educacional na forma de uma exposição fotográfica.

4. A coleta de dados está prevista para acontecer no período de 01 de setembro de 2020 a 30 de junho de 2021.

5. Por se tratar de pesquisa-ação, espera-se o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento de ações que apontem a melhoria da educação durante todo o processo da pesquisa. Além da caracterização quantitativa e qualitativa da pesquisa, serão aplicados questionários com 10 (dez) questões a gestão, aos professores, técnicos administrativos e alunos. As perguntas dos questionários tratam da história e evasão do Curso Técnico de Eletrônica, com a finalidade de conhecer a percepção da comunidade escolar em relação a problemática a ser investigada. No caso dos estudantes, um outro questionário será aplicado como forma de avaliação antes e depois das ações de valorização e sensibilização dos discentes no combate à evasão – com a finalidade de comparar as respostas e, conseqüentemente, a eficácia da interferência. Igualmente, a sistematização de 3 três rodas de conversa com 15 alunos de três turmas.

6. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: de acordo com a metodologia descrita, inibição/constrangimento durante a aplicação dos questionários, quebra do sigilo da pesquisa, não saber o que responder. Para evitar tais riscos, antes do início da pesquisa serão dados todos os esclarecimentos sobre o objetivo do estudo e as etapas metodológicas que serão aplicadas aos professores, técnicos administrativos, terceirizados e estudantes colaboradores. Se mesmo assim, os riscos ocorrerem, o colaborador pode sair da pesquisa, sendo o fato comunicado ao CEP para que se avalie a necessidade de se adequar o estudo. Em caso de quebra de sigilo, informo que os dados cujo sigilo tenha sido rompido durante a realização da pesquisa, serão descartados.

7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este termo.

8. Os benefícios esperados com a participação do estudante colaborador no projeto de pesquisa, direta ou indiretamente, são: contribuição para a implementação de uma instituição educacional que priorize ações pertinentes a permanência do aluno em sala de aula, e para a formação de sujeitos conscientes do seu papel no âmbito da educação formal e no contexto social. A pesquisa traz um Produto Educacional, em forma de exposição fotográfica, apresenta-se como um instrumento facilitador no processo da comunicação e difusão de uma educação inclusiva.

9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização da pesquisa, sendo responsáveis pela mesma: a **pesquisadora Mariluze da Silva Vieira Fidelis** e o **Prof. Dr. André Suêlido Tavares de Lima (Orientador)**.

10. Você será informado (a) sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento você pode recusar a continuar participando do estudo sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. Você receberá uma via do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
Endereço: Avenida do Ferroviário, 530, Centro.
Complemento: CAMPUS MACEIÓ
Cidade/CEP: Maceió/57.020-600
Telefone: (82) 2126-7050/2126-7054

Contato de urgência:

Orientador: Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA
Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus – Maragogi.
Complemento: AC Maragogi
Cidade/CEP: Maragogi/57.955-790
Telefone: (81)99944-4816

Pesquisadora: MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

Av. Dona Constança de Góes Monteiro, Nº 627, Jatiúca.
Cidade/CEP: Maceió/ 57.038-370
Telefone: (82)9-9171-6060

Endereço do/a participante-voluntário/a
Domicílio: (rua, praça, conjunto):
Bloco: /Nº: /Complemento:
Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

ASSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,
responsável pelo/a aluno/a, concordo que o mesmo/a participe do estudo
“RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA NO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A
VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE
A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. Declaro que fui devidamente
informado/a e esclarecido/a pela pesquisadora responsável, Mariluze da Silva Vieira
Fidelis, sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como me foi
garantido/a o sigilo das informações e da minha identidade. Tenho conhecimento
que a participação é voluntária, e que posso desistir em qualquer fase da pesquisa
sem nenhum prejuízo.

Maceió, _____ de _____ de 2020.

Mariluze da Silva Vieira Fidelis
Lima
Pesquisadora responsável

André Suêlto Tavares de
Orientador da pesquisa

Participante

APÊNDICE 7 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para estudante menor de idade



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Você está sendo convidado a participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica: RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL sob responsabilidade da pesquisadora MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS e orientação do Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA. Desde logo fica garantido o sigilo da identidade do participante, que está livre para recusar-se a participar. A participação no estudo não acarretará custos e não disponibilizará nenhuma compensação financeira.

A seguir, indico as informações do projeto sobre a participação do/da estudante:

1. O estudo se propõe a reinterpretar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) Campus Maceió a fim de promover a valorização e sensibilização dos discentes no desafio de conter gradativamente a evasão escolar na educação profissional.
2. A importância deste estudo é contribuir com a permanência do estudante no Curso de Eletrônica do Ifal Campus Maceió até a conclusão, conforme prever o art. 3, inciso I da Lei nº 9394/96, utilizando a metodologia da ressignificação das memórias da história do Curso em análise no construto da identidade social do aluno e formação da consciência crítica de sujeitos protagonistas da sua formação acadêmica e profissional no contexto da educação profissional.

3. O objetivo específico desta pesquisa é investigar as razões que influenciam no abandono escolar na realidade da Educação Profissional e Tecnológica para elaboração de um produto educacional na forma de uma exposição fotográfica.

4. A coleta de dados está prevista para acontecer no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2021.

5. Por se tratar de pesquisa-ação, espera-se o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento de ações que apontem a melhoria da educação durante todo o processo da pesquisa. Além da caracterização quantitativa e qualitativa da pesquisa, serão aplicados questionários com 10 (dez) questões à gestão, aos professores, técnicos administrativos e alunos. As perguntas dos questionários tratam da história e evasão do Curso Técnico de Eletrônica, com a finalidade de conhecer a percepção da comunidade escolar em relação a problemática a ser investigada. No caso dos estudantes, um outro questionário será aplicado como forma de avaliação antes e depois das ações de valorização e sensibilização dos discentes no combate à evasão – com a finalidade de comparar as respostas e, conseqüentemente, a eficácia da interferência. Igualmente, a sistematização de 3 três rodas de conversa com 15 alunos de três turmas.

6. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: de acordo com a metodologia descrita, inibição/constrangimento durante a aplicação dos questionários, quebra do sigilo da pesquisa, não saber o que responder. Para evitar tais riscos, antes do início da pesquisa serão dados todos os esclarecimentos sobre o objetivo do estudo e as etapas metodológicas que serão aplicadas aos professores, técnicos administrativos, terceirizados e estudantes colaboradores. Se mesmo assim, os riscos ocorrerem, o colaborador pode sair da pesquisa, sendo o fato comunicado ao CEP para que se avalie a necessidade de se adequar o estudo. Em caso de quebra de sigilo, informo que os dados cujo sigilo tenha sido rompido durante a realização da pesquisa, serão descartados.

7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este termo.

8. Os benefícios esperados com a participação do estudante colaborador no projeto de pesquisa, direta ou indiretamente, são: contribuição para a implementação de uma instituição educacional que priorize ações pertinentes à permanência do aluno em sala de aula, e para a formação de sujeitos conscientes do seu papel no âmbito da educação formal e no contexto social. A pesquisa traz um Produto Educacional, em forma de exposição fotográfica, apresenta-se como um instrumento facilitador no processo da comunicação e difusão de uma educação inclusiva.

9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização da pesquisa, sendo responsáveis pela mesma: a **pesquisadora – Mariluze da Silva Vieira Fidelis** e o **Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima (Orientador)**.

10. Você será informado (a) sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento você pode recusar a continuar participando do estudo sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. Você receberá uma via do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
Endereço: Avenida do Ferroviário, 530, Centro.
Complemento: CAMPUS MACEIÓ
Cidade/CEP: Maceió/57.020-600
Telefone: (82) 2126-7050/2126-7054

Contato de urgência:

Orientador: Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA
Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus – Maragogi.
Complemento: AC Maragogi
Cidade/CEP: Maragogi/57.955-790
Telefone: (81)99944-4816

Pesquisadora: MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

Av. Dona Constança de Góes Monteiro, Nº 627, Jatiúca.
Cidade/CEP: Maceió/ 57.038-370
Telefone: (82)9-9171-6060

Endereço do/a participante-voluntário/a
Domicílio: (rua, praça, conjunto):
Bloco: /Nº: /Complemento:
Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

ASSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,

declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido/a de maneira transparente e detalhada sobre os objetivos e procedimentos do estudo “RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL” pela pesquisadora responsável, Mariluze da Silva Vieira Fidelis, bem como me foi garantido/a o sigilo das informações e da minha identidade. Tenho conhecimento que a participação é voluntária, e que posso desistir em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Maceió, _____ de _____ de 2020.

Mariluze da Silva Vieira Fidelis
Lima
Pesquisadora responsável

André Suêlto Tavares de
Orientador da pesquisa

Participante

APÊNDICE 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Egresso Evadido



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Você está sendo convidado a participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica: RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL sob responsabilidade da pesquisadora MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS e orientação do Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA. Desde logo fica garantido o sigilo da identidade do participante, que está livre para recusar-se a participar. A participação no estudo não acarretará custos e não disponibilizará nenhuma compensação financeira.

A seguir, indico as informações do projeto sobre a participação do/da estudante:

1. O estudo se propõe a reinterpretar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) Campus Maceió a fim de promover a valorização e sensibilização dos discentes no desafio de conter gradativamente a evasão escolar na educação profissional.
2. A importância deste estudo é contribuir com a permanência do estudante no Curso de Eletrônica do Ifal Campus Maceió até a conclusão, conforme prever o art. 3, inciso I da Lei nº 9394/96, utilizando a metodologia da resignificação das memórias da história do Curso em análise no construto da identidade social do aluno e formação da consciência crítica de sujeitos protagonistas da sua formação acadêmica e profissional no contexto da educação profissional.

3. O objetivo específico desta pesquisa é investigar as razões que influenciam no abandono escolar na realidade da Educação Profissional e Tecnológica para elaboração de um produto educacional na forma de uma exposição fotográfica.

4. A coleta de dados está prevista para acontecer no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2021.

5. Por se tratar de pesquisa-ação, espera-se o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento de ações que apontem a melhoria da educação durante todo o processo da pesquisa. Além da caracterização quantitativa e qualitativa da pesquisa, serão aplicados questionários com 10 (dez) questões à gestão, aos professores, técnicos administrativos e alunos. As perguntas dos questionários tratam da história e evasão do Curso Técnico de Eletrônica, com a finalidade de conhecer a percepção da comunidade escolar em relação a problemática a ser investigada. No caso dos estudantes, um outro questionário será aplicado como forma de avaliação antes e depois das ações de valorização e sensibilização dos discentes no combate à evasão – com a finalidade de comparar as respostas e, conseqüentemente, a eficácia da interferência. Igualmente, a sistematização de 3 três rodas de conversa com 15 alunos de três turmas.

6. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: de acordo com a metodologia descrita, inibição/constrangimento durante a aplicação dos questionários, quebra do sigilo da pesquisa, não saber o que responder. Para evitar tais riscos, antes do início da pesquisa serão dados todos os esclarecimentos sobre o objetivo do estudo e as etapas metodológicas que serão aplicadas aos professores, técnicos administrativos, terceirizados e estudantes colaboradores. Se mesmo assim, os riscos ocorrerem, o colaborador pode sair da pesquisa, sendo o fato comunicado ao CEP para que se avalie a necessidade de se adequar o estudo. Em caso de quebra de sigilo, informo que os dados cujo sigilo tenha sido rompido durante a realização da pesquisa, serão descartados.

7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este termo.

8. Os benefícios esperados com a participação do estudante colaborador no projeto de pesquisa, direta ou indiretamente, são: contribuição para a implementação de uma instituição educacional que priorize ações pertinentes a permanência do aluno em sala de aula e para a formação de sujeitos conscientes do seu papel no âmbito da educação formal e no contexto social. A pesquisa traz um Produto Educacional, em forma de exposição fotográfica, apresenta-se como um instrumento facilitador no processo da comunicação e difusão de uma educação inclusiva.

9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização da pesquisa, sendo responsáveis pela mesma: a **pesquisadora Mariluze da Silva Vieira Fidelis** e o **Prof. Dr. André Suêlido Tavares de Lima (Orientador)**.

10. Você será informado (a) sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento você pode recusar a continuar participando do estudo sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. Você receberá uma via do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
Endereço: Avenida do Ferroviário, 530, Centro.
Complemento: CAMPUS MACEIÓ
Cidade/CEP: Maceió/57.020-600
Telefone: (82) 2126-7050/2126-7054

Contato de urgência:

Orientador: Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA
Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus – Maragogi.
Complemento: AC Maragogi
Cidade/CEP: Maragogi/57.955-790
Telefone: (81)99944-4816

Pesquisadora: MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

Av. Dona Constança de Góes Monteiro, Nº 627, Jatiúca.
Cidade/CEP: Maceió/ 57.038-370
Telefone: (82)9-9171-6060

Endereço do/a participante-voluntário/a
Domicílio: (rua, praça, conjunto):
Bloco: /Nº: /Complemento:
Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

ASSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,

declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido/a de maneira transparente e detalhada sobre os objetivos e procedimentos do estudo “RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL” pela pesquisadora responsável, Mariluze da Silva Vieira Fidelis, bem como me foi garantido/a o sigilo das informações e da minha identidade. Tenho conhecimento que a participação é voluntária, e que posso desistir em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Maceió, _____ de _____ de 2020.

Mariluze da Silva Vieira Fidelis
Lima
Pesquisadora responsável

André Suêlto Tavares de
Orientador da pesquisa

Participante

APÊNDICE 9 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Gestão do Ensino



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Você está sendo convidado a participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica: RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MACEIÓ PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL sob responsabilidade da pesquisadora MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS e orientação do Prof. Dr. ANDRÉ SUÉLDO TAVARES DE LIMA. Desde logo fica garantido o sigilo da identidade do participante, que está livre para recusar-se a participar. A participação no estudo não acarretará custos e não disponibilizará nenhuma compensação financeira.

A seguir, indico as informações do projeto sobre a participação do/da estudante:

1. O estudo se propõe a reinterpretar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica no Instituto Federal de Alagoas (Ifal) Campus Maceió a fim de promover a valorização e sensibilização dos discentes no desafio de conter gradativamente a evasão escolar na educação profissional.
2. A importância deste estudo é contribuir com a permanência do estudante no Curso de Eletrônica do Ifal Campus Maceió até a conclusão, conforme prever o art. 3, inciso I da Lei nº 9394/96, utilizando a metodologia da ressignificação das memórias da história do Curso em análise no construto da identidade social do aluno e formação da consciência crítica de sujeitos protagonistas da sua formação acadêmica e profissional no contexto da educação profissional.

3. O objetivo específico desta pesquisa é investigar as razões que influenciam no abandono escolar na realidade da Educação Profissional e Tecnológica para elaboração de um produto educacional na forma de uma exposição fotográfica.

4. A coleta de dados está prevista para acontecer no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de dezembro de 2021.

5. Por se tratar de pesquisa-ação, espera-se o apoio da comunidade escolar no desenvolvimento de ações que apontem a melhoria da educação durante todo o processo da pesquisa. Além da caracterização quantitativa e qualitativa da pesquisa, serão aplicados questionários com 10 (dez) questões à gestão, aos professores, técnicos administrativos e alunos. As perguntas dos questionários tratam da história e evasão do Curso Técnico de Eletrônica, com a finalidade de conhecer a percepção da comunidade escolar em relação a problemática a ser investigada. No caso dos estudantes, um outro questionário será aplicado como forma de avaliação antes e depois das ações de valorização e sensibilização dos discentes no combate à evasão – com a finalidade de comparar as respostas e, conseqüentemente, a eficácia da interferência. Igualmente, a sistematização de 3 três rodas de conversa com 15 alunos de três turmas.

6. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: de acordo com a metodologia descrita, inibição/constrangimento durante a aplicação dos questionários, quebra do sigilo da pesquisa, não saber o que responder. Para evitar tais riscos, antes do início da pesquisa serão dados todos os esclarecimentos sobre o objetivo do estudo e as etapas metodológicas que serão aplicadas aos professores, técnicos administrativos, terceirizados e estudantes colaboradores. Se mesmo assim, os riscos ocorrerem, o colaborador pode sair da pesquisa, sendo o fato comunicado ao CEP para que se avalie a necessidade de se adequar o estudo. Em caso de quebra de sigilo, informo que os dados cujo sigilo tenha sido rompido durante a realização da pesquisa, serão descartados.

7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este termo.

8. Os benefícios esperados com a participação do estudante colaborador no projeto de pesquisa, direta ou indiretamente, são: contribuição para a implementação de uma instituição educacional que priorize ações pertinentes à permanência do aluno em sala de aula e para a formação de sujeitos conscientes do seu papel no âmbito da educação formal e no contexto social. A pesquisa traz um Produto Educacional, em forma de exposição fotográfica, apresenta-se como um instrumento facilitador no processo da comunicação e difusão de uma educação inclusiva.

9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização da pesquisa, sendo responsáveis pela mesma: a **pesquisadora Mariluze da Silva Vieira Fidelis** e o **Prof. Dr. André Suêlido Tavares de Lima (Orientador)**.

10. Você será informado (a) sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

11. A qualquer momento você pode recusar a continuar participando do estudo sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. Você receberá uma via do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
Endereço: Avenida do Ferroviário, 530, Centro.
Complemento: CAMPUS MACEIÓ
Cidade/CEP: Maceió/57.020-600
Telefone: (82) 2126-7050/2126-7054

Contato de urgência:

Orientador: Prof. Dr. ANDRÉ SUÊLDO TAVARES DE LIMA
Endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Campus – Maragogi.
Complemento: AC Maragogi
Cidade/CEP: Maragogi/57.955-790
Telefone: (81)99944-4816

Pesquisadora: MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

Av. Dona Constança de Góes Monteiro, Nº 627, Jatiúca.
Cidade/CEP: Maceió/ 57.038-370
Telefone: (82)9-9171-6060

Endereço do/a participante-voluntário/a
Domicílio: (rua, praça, conjunto):
Bloco: /Nº: /Complemento:
Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

ASSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____,

declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido/a de maneira transparente e detalhada sobre os objetivos e procedimentos do estudo “RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MACEIÓ, PROMOVENDO: A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL” pela pesquisadora responsável, Mariluze da Silva Vieira Fidelis, bem como me foi garantido/a o sigilo das informações e da minha identidade. Tenho conhecimento que a participação é voluntária, e que posso desistir em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Maceió, _____ de _____ de 2020.

Mariluze da Silva Vieira Fidelis
Lima
Pesquisadora responsável

André Suêlto Tavares de
Orientador da pesquisa

Participante

APÊNDICE 10 – PRODUTO EDUCACIONAL



Ficha Técnica

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)
Reitor: Carlos Guedes de Lacerda
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Emice Palmeira
Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

(ProfEPT/Ifal)
Coordenador: Beatriz Medeiros de Melo
Orientação: André Sueldo Tavares de Lima
Revisão de texto: Carlos Roberto
Projeto Gráfico: João Fidels da Silva Filho
Produção: Mariluze da Silva Vieira Fidelis

"Mas, o aquilo que se registra e alguém guarda, permanece a história vivida e contada, sem padronismo oculto alimentando as identidades de cliques e ajustes de tempo presente para não apagar a história"

Maria Clavero

The technical sheet includes a background image of a camera on a tripod and a film strip. A small orange camera icon is in the top right corner.

SUMÁRIO



Apresentação.....	06
1. Articulação entre a Problemática da Evasão e a Proposta do Produto Educacional.....	08
2. Proposições Sobre a Fotografia.....	05
2.1 Advento da Fotografia.....	06
2.2 Algumas Considerações Sobre a Imagem.....	07
2.3 A Fotografia e o Estudo de História.....	08
2.4 A Importância da Utilização da Fotografia nas Práticas Pedagógicas.....	09
2.5 A Fotografia e a Memória.....	10
3. Sistematização Para Montagem de Uma Exposição Fotográfica.....	11
4. Projeto da Exposição.....	12
4.1 Tema e Subtemas da Exposição Fotográfica.....	13
4.2 O Local Escolhido.....	14
4.3 O Período da Exposição.....	15
4.4 Modelo do Convite.....	16
4.5 Texto de Abertura.....	17
4.6 Ficha Técnica.....	18
4.7 Disposição das Fotos.....	19
4.8 Formulário de Avaliação.....	20
4.9 O Livro de Visitantes.....	21
4.10 Divulgação.....	22
5. Plano de Ação Sobre a Seleção do Produto Educacional e a Organização da Exposição Fotográfica.....	23
6. Projeto de Instalação da Exposição Fotográfica.....	24
7. Avaliação dos Visitantes.....	25
8. Últimas Reflexões.....	26

APRESENTAÇÃO



Prezado leitor, apresentamos o nosso produto educacional, elaborado e desenvolvido durante a nossa trajetória, no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProEPT. A construção do produto educacional, constitui-se em um requisito estabelecido pelos mestrados profissionais de ensino, esfera de natureza interdisciplinar.

Por via de regra, os Mestrados Profissionais são ofertados para os profissionais da Educação Básica, e consequentemente propõem produtos educacionais apresentados nos sites dos Programas de Pós-Graduação (PPG) para utilização em escolas públicas do país, além das dissertações e artigos oriundos do relato descritivo e analítico destas vivências. O PE procede de um processo tangível de elaboração com base em uma atividade de pesquisa.

O desenvolvimento de um PE envolve múltiplas preocupações que são peculiares a dinâmica de construção, tais como: definição do problema da investigação, a relação de dados coerentes, análise de dados, o uso de técnicas apropriadas, atender o cronograma determinado é requisito fundamental, e a definição do público-alvo. O público-alvo torna-se o mais importante desse processo, afinal de contas, será o mais favorecido pelo desfecho e objetivos da pesquisa.

Um PE é o construído que envolve muitos colaboradores que tomam-se integrantes no percurso da pesquisa, o orientador, o público-alvo, diversas pessoas que possam contribuir e participar com a pesquisa, banca de qualificação e outros.

Com muita dificuldade, uma vez que não é tarefa fácil apropriar-se de uma proposta de construção de um produto educacional (PE), resolvemos com as indicações do nosso professor orientador a direção de formulação do referido PE, materializado em uma exposição fotográfica. Então, após intenso



período de estudos chegamos à conclusão de construir um PE na tipologia atividades de extensão (exposições), conforme documento da área de Ensino da Capes para Mestrados Profissionais.

O nosso PE pretende responder a um problema habitual no contexto da educação brasileira, que é a questão da evasão escolar. A intenção da exposição fotográfica, compreende em formar, através da fotografia, um olhar crítico, promovendo a valorização da identidade e saberes discentes no processo de combate à exclusão. Ou seja, mostrar e trazer à tona, a reflexão do cotidiano de formação e vivências dos estudantes de eletrônica do IFAL - Campus Maceió, de maneira que eles tenham voz, visibilidade e sintam-se protagonistas do processo de construção das suas identidades estudantis.

A intenção é que este trabalho possa contribuir chamando a atenção, em especial dos discentes, mas também de todos que fazem parte da educação, para esse universo de imagens cada vez mais presente na sociedade e na sala de aula. Esta pesquisa foi apenas o princípio de um estudo que pode e deve ser ampliado para outras áreas de pesquisa, pois não há como desconsiderar o mundo cada vez mais visual em que vivemos.

Desta forma, parilharmos de nossas experiências, erros e acertos do nosso itinerário de reflexões, pesquisas e elaboração desse material.

Mariluze da Silva Vieira Fideles
Técnica em Assuntos Educacionais (IFAL)

André Suelto Tavares de Lima
Professor Efetivo do IFAL
Professor do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProEPT/IFAL)

ARTICULAÇÃO ENTRE A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO E A PROPOSTA DO PRODUTO EDUCACIONAL



A proposta do nosso produto educacional consiste em sistematizar uma exposição fotográfica sobre as identidades e experiências da comunidade estudantil do Curso Técnico de Eletrônica, essa proposição está classificada na tipologia atividade de extensão, conforme reconhece oficialmente área de ensino da Capes para mestrados profissionais. Consideramos que esse material favorece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, atividades indissociáveis, que possibilitam a formação integrada, humana e cidadã.

Em consonância com as reflexões realizadas nesse estudo, o presente trabalho sistematizou a montagem de uma exposição fotográfica, como produto educacional (PE), como intuito de contribuir com o registro, a publicização, a visibilização e a valorização das identidades estudantis, da história, das experiências, dos saberes e da cultura construídos ao longo do tempo pela comunidade integrante do curso técnico integrado de eletrônica, estimulando a discussão sobre a importância da formação da identidade social da educação profissional na direção de um fazer político-pedagógico comprometido com a formação, transformação dos processos das lutas dos discentes, docentes, pensadores da educação comprometidos com uma educação integral e inclusiva, a qual transgride com a formação aligeirada e fragmentada do ser humano imposta pelos interesses de uma educação mercadológica legitimadora dos interesses das classes dominantes. A vista disso, importa, "(...) por considerar a natureza política da ação humana, isto é, uma ação que leva em conta sua intencionalidade no mundo, busca a transformação, consciente, da realidade social (SILVA, 2021, p. 7)".

A intenção é promover, o compromisso com uma formação plena e integrada, a afirmação das identidades estudantis, possibilitando o desenvolvimento da compreensão crítica das imagens fotográficas da EPT, proporcionando a valorização e



sensibilização do público discente, concorrendo, assim, com a tessitura de uma consciência social reflexiva, crítica e criativa, a qual entenda o seu estar no mundo, compondo com os segmentos sociais que refutam a exclusão, e por isso, denunciam e combatem a naturalização da senda da desertão escolar. Como também, disseminar a história, as experiências e conhecimentos produzidos no âmbito do curso de eletrônica do IFAL - Campus Maceió.

Os mestrandos profissionais em ensino caracterizam-se, além da elaboração da dissertação, por desenvolverem um Produto Educacional (PE), de modo que discuta o intento de melhorar algumas problemáticas docentes, com a finalidade de ser amplamente utilizado nas práticas docentes cotidianas, tentando aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem (PASQUALLI et al, 2018).

Além disso, o PE necessita extrapolar a função de se configurar em apenas um método ou ferramenta orientada para o processo de ensino e aprendizagem, e fomentar uma reflexão sobre o propósito e a realidade da educação (SILVA, SOUZA, 2018).

Para tal fim, esse produto não se restringe a uma mera transposição didática de uma escola para outra. Tampouco um material didático finalizado a fim de ser manuseado por professores(as) e estudantes. Longe disso, é vivo, contém fluência, movimento e em tempo nenhum está pronto e acabado, porque retrata a dinâmica das experiências vivenciadas pelos discentes (SOUZA, 2010).

A primeira tarefa da educação é ensinar a ver...
Rubens Alves



ANEXO 1 – Carta de Autorização



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, DAMIÃO AUGUSTO DE FARIAS SANTOS, CPF nº 470.362.654-34, matrícula SIAPE nº 1033614, responsável pela Direção-Geral do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL, *CAMPUS MACEIÓ*, autorizo a realização da pesquisa intitulada **RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ: PROMOVEDO A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**, que tem por objetivo desenvolver uma exposição fotográfica que contribua com o processo de articulação ensino, pesquisa e extensão possibilitando a formação humana e cidadã no âmbito do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas – *Campus Maceió*.

Estou ciente que a pesquisa será realizada sob a responsabilidade de MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS, sob a orientação do professor Dr. André Suêlto Tavares de Lima, e concordo que a essa pesquisa seja realizada no período de 01 de setembro de 2020 a 30 de junho de 2021.

Declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS nº 466/12 e nº 510/16. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como Instituição envolvida no presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização condiciona o envio da pesquisa e coleta de dados à apresentação do Parecer Favorável a execução da pesquisa emitida pelo sistema CEP/CONEP e a entrega de uma cópia do parecer.

Maceió, 26 de junho de 2020.

DAMIAO AUGUSTO DE FARIAS
SANTOS:47036265434
DAMIÃO AUGUSTO DE FARIAS SANTOS
Diretor-Geral do Ifal, *Campus Maceió*

Assinado de forma digital por
DAMIAO AUGUSTO DE FARIAS
SANTOS:47036265434
Dados: 2020.06.26 11:30:06 -03'00'

ANEXO 2 – Declaração de Isenção de Conflito de Interesse



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFAL
CAMPUS MACEIÓ
Av. do Ferroviário, 530 - Centro, Maceió - AL, 57020-600 CNPJ: 10.825.373/0003-17
Telefone: (82) 2126-7000 Site: https://www2.ifal.edu.br/campus/site/campus_maceio

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Título: RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ: PROMOVENDO A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Eu, MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS, investigadora principal responsável pelo presente projeto de pesquisa a ser conduzido no INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL, CAMPUS MACEIÓ, localizado a Rua do Ferroviário, 530, Centro, Maceió/AL, 57020-600 a qual terá como colaborador a Prof. Dr. André Suêlto Tavares de Lima, declaro que não tenho nenhum conflito de interesse que possa influenciar o resultado da pesquisa, tais como: interesse financeiro no produto de teste como uma patente, marca registrada, direitos autorais ou acordo de licenciamento; pagamentos significativos de quaisquer tipos; interesse administrativo em utilizar o resultado da pesquisa para coagir, admitir ou demitir funcionários onde será realizada a pesquisa.

Maceió, 23 de junho de 2020.

 Mariluze da Silva Vieira Fidelis CPF Nº 515.071.024-53 Pesquisadora principal Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT IFAL – Campus Maceió	 André Suêlto Tavares de Lima CPF Nº 040.622.714-43 Pesquisador Assistente Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT IFAL – Campus Maceió
--	---

ANEXO 3 – Declaração para Assistência Física e Psíquica Emocional



DECLARAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA FÍSICA E PSÍQUICA EMOCIONAL

Eu, ELTON BARROS DO NASCIMENTO, Chefe do Departamento de Assistência Estudantil, vinculado à Diretoria de Apoio Acadêmico do Campus Maceió, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada, **Ressignificando as Memórias da História do Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas Campus Maceió: Promovendo a Valorização e Sensibilização da Comunidade Discente no Combate à Evasão na Educação Profissional**, a ser conduzida pelos pesquisadores: Mestranda Mariluze da Silva Vieira Fidelis (ProfEPT /IFAL) e Professor Dr. André Suêlto Tavares de Lima (ProfEPT/IFAL), no IFAL. Em decorrência da mencionada pesquisa o IFAL prestará assistência física e psíquica emocional gratuita aos participantes da pesquisa. Os seguintes profissionais de saúde, servidores do IFAL - Campus Maceió, estarão disponíveis para atendimento, caso haja necessidade:

Nome: MARIA TELMA BARBOSA GOMES

Cargo: Psicóloga

Tipo de assistência: Psicoterápica

Horário: 10h as 16h

Local: Durante a pandemia pela web e após no consultório do campus Maceió

Assinatura: _____

Nome: KATHIA MONIELLY TENORIO NUNES

Cargo: Medica


Tipo de assistência: ambulatorial

Horário: 7h as 13h

Local: Durante a pandemia pela web e após no consultório do campus Maceió

Assinatura: Kathia Monelly Tenório Nunes

Maceió - AL, 01 de julho de 2020.


Profº Me. Elton Barros do Nascimento
Departamento de Assistência Estudantil
Campus Maceió/IFAL

ANEXO 04 – Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESSIGNIFICANDO AS MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DO CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIÓ: PROMOVEDO A VALORIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE NO COMBATE A EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Pesquisador: MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 41195020.8.0000.5013

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.600.140

Apresentação do Projeto:

Segundo a autora do projeto, a problemática da evasão escolar atinge os diversos níveis e modalidades da educação. Esse fenômeno tem inquietado profissionais do campo educacional. O debate sobre tal temática ocupa espaço significativo nas reflexões da educação brasileira, bem como no contexto das políticas públicas educacionais. Rumberger (2004), um dos mais conceituados pesquisadores sobre o tema nos Estados Unidos, afirma que entender as razões da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema (DORE; LÜSCHER, 2011, p.776). Desse modo, reiteramos que os estudos referentes ao abandono dos estudantes da escola fornecem conhecimento para identificar as diversas causas do problema. Porém, não basta apenas conhecer as causas da evasão, se faz necessária também a discussão, no âmbito das instituições de ensino, de propostas que apontem melhoria na educação e, conseqüentemente uma escola que priorize a permanência do aluno na sala de aula. Sendo a pesquisa científica uma atividade de natureza intelectual propositiva com vistas a responder questões humanas (SANTOS, 2007), esta pesquisa visa, além de reconhecer e identificar o problema da evasão nos Cursos Médios Integrados no Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, utilizar os estudos para propor estratégias e práticas pedagógicas que influenciem positivamente no cotidiano da instituição com objetivo de minimizar a problemática em destaque.

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO

Telefone: (82)3214-1041

E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.600.140

Em conformidade com essas indagações, o estudo em tela aponta a seguinte hipótese: O aprofundamento do conhecimento das motivações dos processos de evasão contribuem para desenvolverem estratégias capazes de sistematizar o esforço para responder a realidade a ser investigada.

O estudo da temática em questão segue o padrão de pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que a "preocupação com o processo é muito maior do que com o produto". Bem como da relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos da pesquisa. No campo epistemológico o método da pesquisa será do tipo pesquisa-ação, considerando que a estrutura tem dois objetivos importantes, a transformação da realidade e a produção de conhecimento (TANAJURA; BEZERRA, 2015 P.11)

Objetivo da Pesquisa:

É apresentado como objetivo primário propor estratégias para conter os indicadores de evasão no Curso Médio Integrado de Eletrônica no Campus Maceió do Instituto Federal de Alagoas.

Tal objetivo é desmembrado nos seguintes objetivos secundários:

- Ressignificar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica;
- Identificar os fatores da evasão;
- Analisar os (indicadores) tipos de evasão;
- Apontar estratégias que possibilitem a permanência dos discentes;
- Elaborar um Produto Educacional em forma de uma Exposição Fotográfica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora faz a seguinte análise de riscos e benefícios da pesquisa:

Riscos:

A utilização da entrevista poderá acarretar algumas dificuldades como, bloqueio de expressão de ambas as partes, incompreensão por parte do informante, ausência de disposição do entrevistado em dar informações, retenção de alguns dados importantes e demanda tempo. A aplicação do questionário sugerido poderá causar riscos de timidez e incômodo na presença do entrevistador. Ocorrendo a cessação do sigilo da pesquisa existe a probabilidade de desligamento no desenvolvimento do processo. Preservando-se desse risco os participantes serão orientados sobre todas etapas e objetivos da pesquisa. Caso ocorra, a insistência dos riscos referidos acima o participante será afastado do estudo e a ocorrência informada ao Conselho de Ética na Pesquisa

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.600.140

para análise de adequação. Acontecendo a quebra do sigilo, os dados com sigilo rompido no curso da pesquisa serão excluídos.

Benefícios:

A pesquisa poderá contribuir para identificar os possíveis fatores internos e externos responsáveis pela evasão dos estudantes dos cursos médios integrado no IFAL Campus Maceió, a fim de indicar ações que promovam a superação, mesmo que gradativa, do fenômeno investigado. Bem como o guia de profissões possibilitará influenciar na reflexão para desenvolver possíveis ações de redução da evasão. Ademais a investigação poderá somar dados científicos sobre as causas da evasão, no contexto da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, considerando a escassez de pesquisas sobre essa temática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). A pesquisa tem por objetivo "ressignificar as memórias da história do Curso Técnico de Eletrônica do Instituto Federal de Alagoas no Campus Maceió a fim de dar visibilidade, valorizar e sensibilizar os alunos no intuito de mitigar a evasão e contribuir com a permanência do estudante até o término do referido curso". É proposta a aplicação de questionários semiestruturados com alunos, professores, coordenador do curso técnico integrado de eletrônica, coordenação pedagógica, coordenadores da formação geral e técnica, diretor de ensino e diretor geral do IFAL campus Maceió.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos de apresentação obrigatória.

Recomendações:

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo Aprovado

Prezado (a) Pesquisador (a), lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.600.140

consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S.^a, deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1585990.pdf	25/02/2021 20:45:35		Aceito
Outros	cart.pdf	25/02/2021 17:51:51	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Outros	dec.pdf	25/02/2021 16:48:43	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	tale.pdf	12/02/2021 15:33:57	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.600.140

Justificativa de Ausência	tale.pdf	12/02/2021 15:33:57	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	12/02/2021 15:33:28	MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS	Aceito
Cronograma	cron.docx	12/02/2021 15:33:01	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	12/02/2021 15:32:24	MARILUZE DA SILVA VIEIRA FIDELIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	decl.pdf	02/09/2020 14:20:50	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Outros	Declara.pdf	31/07/2020 17:46:05	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Orçamento	doc.docx	25/07/2020 18:06:52	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Outros	conflito.jpg	25/07/2020 17:49:24	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Declaração de concordância	carta.pdf	25/07/2020 17:41:56	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	25/07/2020 17:19:48	MARILUZE DA SILVA VIEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 18 de Março de 2021

**Assinado por:
Luciana Santana
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A . C. Simões,
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-800
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com